

Veículo: Tribuna	Caderno:
Data: 20/10/2020	Página:



Investimento

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos.

Bahia lidera ranking de investimentos junto com SP

Gov. do Estado já investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos.

Na proporção dos respectivos orçamentos, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016 e contou com ampla ajuda federal para a organização do evento internacional, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões. Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco.

Os dados foram extraídos do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, publicado pela STN –

Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Economia.

EQUILÍBRIO FISCAL

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia do novo coronavírus, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto.

“Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino.

O secretário observa, no entanto, que o desafio tende a se intensificar daqui para a frente. A pandemia trouxe perdas na arrecadação tomando-se como parâmetro os números de 2019, que já não refletem a realidade financeira de 2020, pressionada pela expansão nos gastos necessários ao enfrentamento da crise sanitária, lembra Vitorino.

O titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) ainda ressalta que a Bahia



SAÚDE Estado construiu 16 policlínicas e hospitais, como o da Costa do Cacaú, em Ilhéus, o da Chapada, em Seabra e a Maternidade do Hospital da Criança

mantém a máquina pública em pleno funcionamento e segue em dia com os pagamentos a servidores e fornecedores, mas o impacto das crises sanitária e fiscal tende a se amplificar em 2021. “O pacote de ajuda federal foi importante, mas incapaz de alterar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia”, alerta.

O período entre 2015 e 2020, entretanto, já vinha sendo marcado por crises sucessivas na economia ba-

sileira, acrescenta Vitorino, que atribui a sustentação da capacidade de investimento da Bahia ao longo desses seis anos a um bem sucedido trabalho de garantia do equilíbrio fiscal sob a liderança do governador Rui Costa, baseado em controle do gasto, modernização tecnológica do fisco baiano e combate à sonegação.

No âmbito das receitas próprias, a participação da Bahia na arrecadação nacional do ICMS, que era de 4,53% em 2014, encerrou o ano de 2019 em 4,85% –

cada variação de 0,1% corresponde a R\$ 480 milhões.

Já no que diz respeito às despesas, a Bahia obteve entre 2015 e 2019 a expressiva economia real de R\$ 5,9 bilhões, conquistada devido a ações de qualificação do gasto público que incluíram a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da

máquina pública.

ÁREAS

As principais áreas de concentração dos investimentos balanços desde 2015 foram infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança pública. Entre as principais obras realizadas no período estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além da construção e da recuperação de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais e 16 policlínicas regionais, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março deste ano.

Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacaú, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que estará em operação a partir de fevereiro de 2021.

Veículo: Secom	Caderno: Bahia
Data 23/10/2020	<u>Cita Secretário</u>



Bahia já investiu R\$ 13,7 bilhões desde 2015 e lidera ranking junto com SP

23 outubro 2020



Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais, como o Regional Costa do Cacau - Foto: Manu Dias/GOVBA

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos.

Na proporção dos respectivos orçamentos, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016 e contou com ampla ajuda federal para a organização do evento internacional, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões.

Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco.

Os dados foram extraídos do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, publicado pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Economia.

Equilíbrio fiscal

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia do novo coronavírus, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto.

“Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.**

O secretário observa, no entanto, que o desafio tende a se intensificar daqui para a frente. A pandemia trouxe perdas na arrecadação tomando-se como parâmetro os números de 2019, que já não refletem a realidade financeira de 2020, pressionada pela expansão nos gastos necessários ao enfrentamento da crise sanitária, lembra Vitório.

O titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) ainda ressalta que a Bahia mantém a máquina pública em pleno funcionamento e segue em dia com os pagamentos a servidores e fornecedores, mas o impacto das crises sanitária e fiscal sobre as contas públicas tende a se amplificar em 2021. “O pacote de ajuda federal foi importante, mas incapaz de alterar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia”, alerta.

O período entre 2015 e 2020, entretanto, já vinha sendo marcado por crises sucessivas na economia brasileira, acrescenta Vitório, que atribui a sustentação da capacidade de investimento da Bahia ao longo desses seis anos a um bem sucedido trabalho de garantia do equilíbrio fiscal sob a liderança do governador Rui Costa, baseado em

controle do gasto, modernização tecnológica do fisco baiano e combate à sonegação.

No âmbito das receitas próprias, a participação da Bahia na arrecadação nacional do ICMS, que era de 4,53% em 2014, encerrou o ano de 2019 em 4,85% – cada variação de 0,1% corresponde a R\$ 480 milhões.

Já no que diz respeito às despesas, a Bahia obteve entre 2015 e 2019 a expressiva economia real de R\$ 5,9 bilhões, conquistada devido a ações de qualificação do gasto público que incluíram a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina pública.

Investimentos

As principais áreas de concentração dos investimentos baianos desde 2015 foram infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança pública. Entre as principais obras realizadas no período estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além da construção e da recuperação de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca.



As obras da Linha Azul estão entre os principais investimentos em mobilidade – Foto: Camila Souza/GOVBA

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais e 16 policlínicas regionais, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental

para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março deste ano.

Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacao, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que estará em operação a partir de fevereiro de 2021.

As policlínicas regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Metro1	Caderno: Bahia
Data 24/10/2020	<u>Cita secretário</u>



Bahia

Bahia já investiu R\$ 13,7 bilhões desde 2015

Destinação de verbas deixa estado no topo do ranking juntamente com São Paulo



Foto : Mateus Pereira/GOVBA

Por **Metro1** no dia 24 de Outubro de 2020 · 08:05

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos. A informação consta em dados extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Economia.

Na proporção dos respectivos orçamentos, de acordo com o levantamento, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016 e contou com ampla ajuda federal para a organização do evento internacional, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões. Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco.

Somente em 2020, mesmo com a pandemia de coronavírus e a queda nos investimentos em todos os estados, a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto.

“Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto

do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório.**

Veículo: Bahia Econômica	Caderno: Notícias
Data: 23/10/2020	Cita secretário



BAHIA JÁ INVESTIU R\$ 13,7 BILHÕES E LIDERA RANKING JUNTO COM SP



23 Outubro, 2020

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos, mas como proporção dos respectivos orçamentos a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016 e contou com ampla ajuda federal para a organização do evento internacional, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões. Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco. Os dados foram extraídos do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, publicado pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Economia.

Equilíbrio fiscal

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia do novo coronavírus, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. “Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.**

Ele observa, no entanto, que o desafio tende a se intensificar daqui para a frente. A pandemia trouxe perdas na arrecadação tomando-se como parâmetro os números de 2019, que já não refletem a realidade financeira de 2020, pressionada pela expansão nos gastos necessários ao enfrentamento da crise sanitária, lembra Vitória, ressaltando que a Bahia mantém a máquina pública em pleno funcionamento e segue em dia com os pagamentos a servidores e fornecedores, mas o impacto das crises sanitária e fiscal sobre as contas públicas tende a se amplificar em 2021. “O pacote de ajuda federal foi importante, mas incapaz de alterar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia”, alerta.

O período entre 2015 e 2020, entretanto, já vinha sendo marcado por crises sucessivas na economia brasileira, lembra Manoel Vitória, que atribui a sustentação da capacidade de investimento da Bahia ao longo destes seis anos a um bem-sucedido trabalho de garantia do equilíbrio fiscal sob a liderança do governador Rui Costa, baseado em controle do gasto, modernização tecnológica do fisco baiano e combate à sonegação. No âmbito das receitas próprias, a participação da Bahia na arrecadação nacional do ICMS, que era de 4,53% em 2014, encerrou o ano de 2019 em 4,85% – cada variação de 0,1% corresponde a R\$ 480 milhões.

Já no que diz respeito às despesas a Bahia obteve entre 2015 e 2019 a expressiva economia real de R\$ 5,9 bilhões, conquistada devido a ações de qualificação do gasto público que incluíram a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina pública.

Investimentos

As principais áreas de concentração dos investimentos baianos desde 2015 foram infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança pública. Entre as principais obras realizadas no período estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador, além da construção e da recuperação de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais e 16 policlínicas regionais, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem-sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março deste ano. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que estará em operação a partir de fevereiro de 2021.

As Policlínicas Regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.



Bahia já investiu R\$ 13,7 bilhões desde 2015 e lidera ranking junto com SP

23 outubro 2020



Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais, como o Regional Costa do Cacau - Foto: Manu Dias/GOVBA

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e mais uma vez está entre os líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos.

Na proporção dos respectivos orçamentos, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016 e contou com ampla ajuda federal para a organização do evento internacional, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões. Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco.

Os dados foram extraídos do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, publicado pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Economia.



Equilíbrio fiscal

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia do novo coronavírus, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto.

“Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

O secretário observa, no entanto, que o desafio tende a se intensificar daqui para a frente. A pandemia trouxe perdas na arrecadação tomando-se como parâmetro os números de 2019, que já não refletem a realidade financeira de 2020, pressionada pela expansão nos gastos necessários ao enfrentamento da crise sanitária, lembra Vitória.

O titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) ainda ressalta que a Bahia mantém a máquina pública em pleno funcionamento e segue em dia com os pagamentos a servidores e fornecedores, mas o impacto das crises sanitária e fiscal sobre as contas públicas tende a se amplificar em 2021. “O pacote de ajuda federal foi importante, mas incapaz de alterar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia”, alerta.

O período entre 2015 e 2020, entretanto, já vinha sendo marcado por crises sucessivas na economia brasileira, acrescenta Vitória, que atribui a sustentação da capacidade de investimento da Bahia ao longo desses seis anos a um bem sucedido trabalho de garantia do equilíbrio fiscal sob a liderança do governador Rui Costa, baseado em controle do gasto, modernização tecnológica do fisco baiano e combate à sonegação.

No âmbito das receitas próprias, a participação da Bahia na arrecadação nacional do ICMS, que era de 4,53% em 2014, encerrou o ano de 2019 em 4,85% – cada variação de 0,1% corresponde a R\$ 480 milhões.

Já no que diz respeito às despesas, a Bahia obteve entre 2015 e 2019 a expressiva economia real de R\$ 5,9 bilhões, conquistada devido a ações de qualificação do gasto público que incluíram a extinção de dois mil cargos e



empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina pública.

Investimentos

As principais áreas de concentração dos investimentos baianos desde 2015 foram infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança pública. Entre as principais obras realizadas no período estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além da construção e da recuperação de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca.

As obras da Linha Azul estão entre os principais investimentos em mobilidade – Foto: Camila Souza/GOVBA

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais e 16 policlínicas regionais, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março deste ano.

Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que estará em operação a partir de fevereiro de 2021.

As policlínicas regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA





CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
segunda-feira, 26 de outubro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Bahia já investiu R\$ 13,7 bilhões desde 2015 e lidera ranking junto SP

São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 23/10/2020 às 18:09



Metrô

Foto: Camila Souza

somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto.

“Continuar investindo significa gerar emprego e renda em um momento difícil para a população, em especial num caso como o nosso, em que o orçamento do setor público equivale a um quinto do PIB, peso relativo bem mais alto que nos estados mais ricos”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

O secretário observa, no entanto, que o desafio tende a se intensificar daqui para a frente. A pandemia trouxe perdas na arrecadação tomando-se como parâmetro os números de 2019, que já não refletem a realidade financeira de 2020, pressionada pela expansão nos gastos necessários ao enfrentamento da crise sanitária, lembra Vitório.

O titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) ainda ressalta que a Bahia mantém a máquina pública em pleno funcionamento e segue em dia com os pagamentos a servidores e fornecedores, mas o impacto das crises sanitária e fiscal sobre as contas públicas tende a se amplificar em 2021. “O pacote de ajuda federal foi importante, mas incapaz de alterar a situação de dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia”, alerta.

O período entre 2015 e 2020, entretanto, já vinha sendo marcado por crises sucessivas na economia brasileira, acrescenta Vitório, que atribui a sustentação da capacidade de investimento da Bahia ao longo desses seis anos a um bem sucedido trabalho de garantia do equilíbrio fiscal sob a liderança do governador Rui Costa, baseado em controle do gasto, modernização tecnológica do fisco baiano e combate à sonegação.

No âmbito das receitas próprias, a participação da Bahia na arrecadação nacional do ICMS, que era de 4,53% em 2014, encerrou o ano de 2019 em 4,85% – cada variação de 0,1% corresponde a R\$ 480 milhões.

Já no que diz respeito às despesas, a Bahia obteve entre 2015 e 2019 a expressiva economia real de R\$ 5,9 bilhões, conquistada devido a ações de qualificação do gasto público que incluíram a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina pública.

Investimentos

As principais áreas de concentração dos investimentos baianos desde 2015 foram infraestrutura, mobilidade, saúde, educação e segurança pública. Entre as principais obras realizadas no período estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além da construção e da recuperação de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais e 16 policlínicas regionais, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março deste ano.

Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que estará em operação a partir de fevereiro de 2021.

As policlínicas regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=128834)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/26/natal-do-shopping-bela-vista-e-inaugurado-com-espetaculo-circense,128867,0.html>)

NATAL DO SHOPPING BELA VISTA É INAUGURADO COM ESPETÁCULO CIRCENSE

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/26/natal-do-shopping-bela-vista-e-inaugurado-com-espetaculo-circense,128867,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/26/natal-do-shopping-bela-vista-e-inaugurado-com-espetaculo-circense,128867,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/26/natal-do-shopping-bela-vista-e-inaugurado-com-espetaculo-circense,128867,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/26/natal-do-shopping-bela-vista-e-inaugurado-com-espetaculo-circense,128867,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/25/feira-artesanato-da-bahia-encerra-neste-domingo-no-salvador-shopping,128857,0.html>)

FEIRA ARTESANATO DA BAHIA ENCERRA NESTE DOMINGO NO SALVADOR SHOPPING

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/25/feira-artesanato-da-bahia-encerra-neste-domingo-no-salvador-shopping,128857,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/25/feira-artesanato-da-bahia-encerra-neste-domingo-no-salvador-shopping,128857,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/25/feira-artesanato-da-bahia-encerra-neste-domingo-no-salvador-shopping,128857,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/25/feira-artesanato-da-bahia-encerra-neste-domingo-no-salvador-shopping,128857,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/24/shopping-barra-tera-natal-de-sinos-e-arvores-dos-sonhos-comeca-dia-16,128851,0.html>)

SHOPPING BARRA TERÁ NATAL DE SINOS E ÁRVORES DOS SONHOS COMEÇA DIA 16

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/24/shopping-barra-tera-natal-de-sinos-e-arvores-dos-sonhos-comeca-dia-16,128851,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/24/shopping-barra-tera-natal-de-sinos-e-arvores-dos-sonhos-comeca-dia-16,128851,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/24/shopping-barra-tera-natal-de-sinos-e-arvores-dos-sonhos-comeca-dia-16,128851,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/24/shopping-barra-tera-natal-de-sinos-e-arvores-dos-sonhos-comeca-dia-16,128851,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/23/do-leme-ao-pontal-colorado-lanca-cerveja-para-homenagear-tim-maia,128831,0.html>)

Do Leme ao Pontal: Colorado lança cerveja para homenagear Tim Maia (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/23/do-leme-ao-pontal-colorado-lanca-cerveja-para-homenagear-tim-maia,128831,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/23/do-leme-ao-pontal-colorado-lanca-cerveja-para-homenagear-tim-maia,128831,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/23/do-leme-ao-pontal-colorado-lanca-cerveja-para-homenagear-tim-maia,128831,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/23/do-leme-ao-pontal-colorado-lanca-cerveja-para-homenagear-tim-maia,128831,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/20/cinemark-salvador-shopping-reabre-nesta-quinta-feira-2210,128792,0.html>)

Cinemark Salvador Shopping reabre nesta quinta-feira, 22/10 (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/20/cinemark-salvador-shopping-reabre-nesta-quinta-feira-2210,128792,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/20/cinemark-salvador-shopping-reabre-nesta-quinta-feira-2210,128792,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/20/cinemark-salvador-shopping-reabre-nesta-quinta-feira-2210,128792,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/20/cinemark-salvador-shopping-reabre-nesta-quinta-feira-2210,128792,0.html>)

ECONOMIA

Publicado em 23/10/2020 às 23h00.

Bahia já investiu R\$ 13,7 bilhões desde 2015 e lidera ranking junto com SP

Em terceiro lugar aparece Rio de Janeiro, seguido por Ceará e Minas Gerais

Redação



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2020 e entrou outra vez na lista dos líderes em destinação de recursos para obras e ações voltadas diretamente ao atendimento a demandas da população. São Paulo somou R\$ 42,4 bilhões no período e ocupa a primeira posição entre os executivos estaduais em termos absolutos.

O Rio de Janeiro, que sediou as Olimpíadas em 2016, ficou em terceiro no ranking com R\$ 12,9 bilhões investidos. Em seguida vêm Ceará, com R\$ 11,7 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões. Completam as dez primeiras posições Pará, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Pernambuco.

Os dados foram extraídos do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, publicado pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério

Veículo: Site Aratu On	Online
Data: 24/10/2020	Caderno: Notícias



Nota Premiada Bahia tem 91 ganhadores de 24 municípios; R\$ 100 mil foram para moradora do Jardim das Margaridas

Compartilhe:

[Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)

Há 2 dias Atualizada Há 2 dias Fonte: Da redação



Crédito da Foto: Mateus Pereira/GovBa

A Nota Premiada Bahia divulgou na última quinta-feira (22/10) o resultado do sorteio de outubro que contemplou 91 moradores de 24 municípios do estado. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas.

Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no [site da campanha](#) e ainda no [Instagram da Nota Premiada](#), além das redes sociais da [Secretaria da Fazenda da Bahia](#).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, o destaque foi para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2). Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

Veículo: RÁDIO 93 FM JEQUIÉ	
Data: 23/10/2020	Programa: --
Assunto: Nota Premiada Bahia sorteia dois moradores de Jequié.	

Data: 23/10/2020

Hora: 06:21:20

Duração: 00:24

Emissora: RÁDIO 93 FM JEQUIÉ

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Nota Premiada Bahia sorteia dois moradores de Jequié.

Veículo: Site Camaçari Fatos e Fotos	Online
Data: 23/10/2020	Caderno: Notícias



Em: 23/10/20 - 09:53 Fonte: Correio da Bahia Editoria: **Cidade**

Nota Premiada Bahia contempla ganhadores de Camaçari e mais 23 municípios



Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior
(Foto: Reprodução)

Prêmio de R\$ 100 mil foi para uma pessoa da capital; dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior

O resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia foi divulgado nesta quinta-feira (22) e 91 moradores de 24 municípios do estado foram contemplados. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha ou no Instagram da Nota Premiada, além das redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

A Nota Premiada possui atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.



COVID-19 Pedido é do promotor Rogério Queiroz, do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do órgão

MP-BA solicita plano de desmobilização de leitos exclusivos

JANE FERNANDES

As secretarias da Saúde de Salvador e da Bahia devem apresentar um planejamento para a desmobilização das unidades e leitos reservados exclusivamente para pacientes de Covid-19 na rede pública.

Os planos foram solicitados pelo promotor de Justiça Rogério Queiroz, integrante do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público da Bahia (MP-BA).

O promotor de Justiça esclarece que o Ministério Público não pode determinar a apresentação desse planejamento. De acordo com Queiroz, isto só seria possível por ordem judicial. Na sua avaliação, a situação é complexa, mas tem dois pontos centrais: a possibilidade de recrudescimento da pandemia em todo o estado e a chegada da demanda reprimida nos últimos meses aos serviços de saúde.

“Os tempos médios de regulação aumentaram muito, as unidades que realizam os procedimentos estão cheias, os pacientes chegando mais graves, o que quer dizer que demanda mais tempo de internamento, então o leito gira menos, quando o leito gira menos, atende menos gente”, detalha o membro do MP.

Quanto à expectativa de que os leitos criados em estruturas permanentes sejam incorporados à rede pública, o promotor esclarece que há um complicador, pois financiamento é tripartite, ou seja, envolve Município, Estado e União.

Então, o governo federal teria de fazer investimentos para a abertura e manutenção destes novos leitos, providenciando a incorporação dos recursos necessários no teto financeiro repassado para o custeio dos serviços de saúde.

Leitos

Questionado sobre a incorporação dos leitos Covid-19 montados em estruturas permanentes à rede pública geral, o Ministério da Saúde não deu retorno até o fechamento dessa reportagem.



O Hospital Santa Clara, na Avenida Antônio Carlos Magalhães no bairro do Itaigara, teve a operação suspensa

Segundo dados da Sesab, atualmente a rede exclusiva para Covid-19 é composta por 1.136 leitos clínicos e 889 de UTI

De acordo com o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, ele e todos os secretários da área do País estão negociando o cofinanciamento do custeio dos leitos abertos com o governo federal. “Independentemente disso, aqui na Bahia,

nós estamos vendo como podemos manter o Hospital Espanhol aberto”, acrescenta o gestor.

Critério

Vilas-Boas explicou que o critério central para a desmobilização de leitos é a bai-



MP-BA também apontou dificuldades na regulação

Fotos: Rafael Martins / Ag. A TARDE

“O tempo de regulação aumentou, as unidades que realizam os procedimentos estão cheias”

ROGÉRIO QUEIROZ, promotor

ta por 1.136 leitos clínicos e 889 de UTI.

O secretário disse não ter conhecimento da demanda do Ministério Público para a apresentação do plano de desmobilização, mas ressaltou que a equipe está atenta ao recrudescimento da doença. “Está tendo dois fenômenos, uma diminuição no número de casos totais, acompanhado do aumento do número de casos novos”, comenta, sinalizando que a segunda onda de Covid-19 já teve início.

Quanto à disponibilidade de leitos para pacientes que não estão com Covid-19 e as dificuldades para regulação apontadas pelo MP, Vilas-Boas reconhece que o “cobertor é curto”. “A gente conseguiu expandir bastante o número de leitos de Covid, às custas de ampliação de leitos. Uma parte foi sacrificada, mas uma pequena parte, a maior parte foram leitos improvisados em enfermarias, emergências ou hospitais de campanha”, argumenta.

“Esse movimento de retorno dos leitos dos principais hospitais está se fazendo acompanhar de um aumento expressivo das cirurgias, das patologias que ficaram acumuladas. As pessoas ficaram sem buscar atendimento hospitalar durante seis meses e agora estão todas querendo ir buscar de vez”, completa o secretário.

Planejamento

Atualmente oferecendo 231 leitos clínicos e 141 de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), para adultos e crianças, quando questionada sobre o atendimento à demanda do MP, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) declarou, por nota, que a desmobilização está em fase de planejamento.

Segundo a SMS, os leitos adicionados à rede estão nos hospitais de campanha do Wet'n Wild e do Itaigara Memorial, e no hospital Med tower. Do total de leitos que tinham sido destinados para Covid-19, a Secretaria informou que dez de UTI e dez clínicos já retornaram para a rede municipal geral.



Raphael Müller / Ag. A TARDE

Na avaliação do promotor Rogério Queiroz, a situação em questão é complexa

xa taxa de ocupação, e que até o momento apenas Brumado, Juazeiro e Salvador tiveram unidades desmobilizadas.

Na capital, a operação foi suspensa no Hospital de Campanha da Fonte Nova, no Hospital Santa Clara e no

hospital montado no Hotel Riverside.

Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria da Saúde, 513 leitos clínicos e 344 de UTI foram desmobilizados em todo o estado, e atualmente a rede exclusiva para Covid-19 é compos-

Leito clínico no NE cresce 23%

Um levantamento da Rede Covidia, utilizando dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde/DatSUS, mostra que o início da pandemia de Covid-19 gerou um aumento no número de leitos disponíveis via SUS (Sistema Único de Saúde). Em todo o país, o incremento de leitos clínicos, entre fevereiro e junho, foi de 25%, ficando em 23% na região Nordeste.

Em relação às UTIs também houve um avanço no período citado, mas bem mais discreto. Na região Nordeste, houve um aumento de 3,8%, acima da média nacional de 1,65%. O levantamento da Rede Covidia não tem dados específicos por estado.

Resposta

“De um lado, esse aumento demonstra a capacidade de

resposta do Sistema Único de Saúde às emergências sanitárias. De outro lado, está testando a sustentabilidade desta capacidade”, avalia o vice-presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública, Luis Eugênio Portela, que também é professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

O levantamento realizado pela Rede Covidia não possui dados específicos por estado

Portela defende a manutenção dos leitos criados em estruturas permanentes, aliada à ampliação dos investimentos na atenção básica e na vigilância.

Ele lembra o histórico de baixo investimento no SUS, em todo o país, e ressalta que a capital baiana, com população de quase três milhões de habitantes, “só tem 15 hospitais públicos, sendo 14 de gestão estadual e apenas um municipal”.

Situação crítica

Pensando no estado, que tem mais de 15 milhões de habitantes, ele considera a situação ainda mais crítica.

“São apenas 22 hospitais públicos de gestão estadual. As prefeituras, por sua vez, em regra, possuem apenas hospitais de pequeno porte, com menos de 50 leitos, quando os possuem”, argu-

menta o professor.

“Essa insuficiência é parcialmente compensada com a contratação, pelo SUS, de leitos na rede privada, especialmente, filantrópica”, pondera Portela, acrescentando que essa estratégia é usada tanto em Salvador quanto no interior.

Antigos

Ele destaca que em geral são hospitais antigos e que unidades privadas de construção mais recente não têm os usuários do SUS como clientela.

Na avaliação do professor, para que a pandemia deixe algum legado é fundamental não só incorporar os leitos criados, mas também aumentar o contingente de profissionais, com adoção de planos de carreira para os integrantes de equipes de saúde.

Momento também é de retomada na rede privada

O momento também é de retomada na rede privada, que está com demanda entre 75% a 80% da habitual, de acordo com o presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Mauro Adan. Ele diz que o movimento rumo à normalização varia entre as instituições, mas na média começou em agosto e vem avançando gradualmente.

Segundo Adan, nos meses mais críticos, os mais de 250 associados tiveram no máximo 20% das atividades fora de urgência e emergência. As principais motivações foram a reserva de leitos para atendimento de pacientes com Covid-19 ou suspeita da doença e a redução do fluxo de pacientes por conta das medidas de isolamento, completa Adan.

“Quando as pessoas foram se sentindo mais seguras e os hospitais diminuindo os leitos para Covid, de forma bastante acentuada a partir de agosto, as cirurgias eletivas foram sendo retomadas e quem tinha cirurgias marcadas começa a ser chamado”, lembra Adan.

Segundo ele, os planos de saúde se mantiveram autorizando cirurgias e outros procedimentos, então os adiantamentos foram, principalmente, por decisão conjunta dos pacientes e médicos assistentes.

Como a pandemia avançou primeiro em Salvador e depois para o interior, Adan conta que a retomada também aconteceu de forma diferente fora da capital, com o início da retomada só a partir do mês de setembro em diante.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Com cooperativismo o café pode crescer na Bahia

João Lopes, presidente da Assocafé, conhece a história toda do café na Bahia. E conta algo que talvez muitos desconheçam: "antes do café chegar em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais ele foi baiano". Ao descer do Pará a Bahia foi o primeiro polo cafeeiro do Brasil. João Lopes planta em Brejões e comenta que nos anos 60 cometemos um erro terrível fazendo o erradicação do café com o objetivo de manter preços altos, e o que conseguimos com isso foi na verdade estimular novos competidores. Aquele período, afirma o pre-

sidente da Assocafé, foi tenso para a cafeicultura e a Bahia. Em função das dificuldades de apoio e assistência técnica nasceu a entidade que representa os cafeicultores da Bahia pelos anos 90 e hoje o estado é o 4º maior produtor de café depois de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, pela ordem os três maiores.

Como crescer a cafeicultura na Bahia? No oeste a competição com as áreas extensas, mecanização e grãos e algodão é difícil, afirma João. Hoje está no semi-árido, e a estratégia de cafés especiais que temos em Vitória da Con-

quista, por exemplo, faz parte da visão da Assocafé de procurar diferenciação e preços acima do padrão preço de commodity.

Bahia é o 4º maior produtor de café após Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo

No sul da Bahia, o desenvolvimento do café tem reinício e a presença de cooperativa capixaba significa o modelo a ser desenvolvido

O Brasil chegou a deter 76% da produção de café mundial. Hoje temos cerca de 30%

no resto do estado. A Coabriel do Espírito Santo marca presença na região e vem oferecer o modelo ideal a ser perseguido na Bahia.

O jornal A Tarde foi elogiado pelo presidente da Assocafé, que ressaltou o papel importante da informação, anos atrás, na retomada das iniciativas da entidade e parabeniza pelo foco novo agora no agronegócio da mesma forma.

Nos próximos 10 anos a Bahia deverá crescer na cafeicultura, e os problemas climáticos que têm prejudicado a atividade não deve-

rão se repetir.

O Brasil chegou a ser 76% do café mundial. Hoje somos cerca de 30%. Se nos próximos 10 anos o consumo mundial de café atingir 210 milhões de sacas perante 169 milhões hoje, a Bahia poderá participar ativamente desse mercado com o café, "mas precisamos de cooperativismo", afirma João Lopes, um líder que conhece muito e reconhece que somente iremos crescer juntos e organizados.

Onde Bahia já foi pioneira no café, a ordem agora é voltar a crescer.



Embrapa / Divulgação

Bahia produziu 11,6 milhões de dúzias de ovos no 1º trimestre

A produção baiana de ovos de galinha foi de 11,6 milhões de dúzias no 1º trimestre deste ano, representando aumento de 1,8% em relação ao último trimestre de 2019 (11,4 milhões de dúzias) e de 5,4% em relação ao 1º trimestre do ano passado (11,0 milhões de dúzias), segundo levantamento preliminar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeções da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) indicam que 53 bilhões de unidades deverão ser produzidas este ano e o consumo per capita nacional deve ser de 250 unidades (8,5% maior que 2019), contra 148 em 2010. Menos de 1% ganha o mercado internacional.

Na Bahia foram 83 milhões de dúzias de ovos de galinha em 2019, segundo a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE. Porém, mostraram diminuição quantitativa, de 3,7%. Segundo a mesma pesquisa do IBGE, o total de galináceos na Bahia era de quase 50 milhões de cabeças. Barreiras (6,9 milhões de animais), Conceição da Feira (4 milhões) e Luís Eduardo Magalhães (3,2 milhões) eram os municípios baianos com os maiores plantéis.

As exportações brasileiras de carne de frango (*in natura* e processados) totalizaram 3,178 milhões de toneladas entre janeiro e setembro (1,3% maior em relação ao desempenho no mesmo período de 2019, com 3,137 milhões de toneladas).

Tarifa de exportação

Ricardo Santin, presidente da ABPA e do Instituto Ovos Brasil (IOB), resalta que na última década, o brasileiro mudou seus hábitos alimentares – e o ovo foi um dos protagonistas deste processo. A preocupação com a saudabilidade dos alimentos ganhou força, ao mesmo tempo em que a população tem informações mais claras sobre as qualidades.

A ABPA solicitou ao Governo Federal, por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), a suspensão temporária da Tarifa de Exportação Comum (TEC) para a importação de milho e de soja de nações externas ao Mercosul, que impactam o ovo, a carne de frango e a carne suína.

Avicultura necessita de clima ameno o ano todo

COVID-19 Setor teve terceiro maior crescimento do país, mas gargalos atrapalham a produção

Apesar da pandemia, Bahia ganha empresas na área de avicultura

MARJORIE MOURA

Assim como em outras áreas do agronegócio no Brasil, a pandemia não bloqueou o movimento positivo registrado no setor de avicultura na Bahia para o segmento galináceos (frangos para corte e galinhas poedeiras). Entre 2018 e 2019, o plantel desses animais passou de 44,2 milhões para 49,4 milhões, num crescimento de 11,6% (mais 5,2 milhões de cabeças em um ano).

Foi o terceiro maior incremento do país em números absolutos e em taxa de crescimento, e fez com que o efetivo baiano de galináceos atingisse, no ano passado, um patamar recorde nos 45 anos da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estado ocupa o oitavo lugar em fornecimento de frangos e ovos. E

no mês em que se comemora o Dia do Ovo, o estado vai ganhar duas grandes empresas, uma em Conceição da Feira (73,4 km de Salvador), grande polo estadual da avicultura, e outra em Nova Soure (241 km de Salvador), do grupo Gurjão.

O titular da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), secretário Lucas Costa, comemora os números, mas reconhece que, existem obstáculos para o crescimento da produção. Este foi um dos assuntos tratados há cerca de 15 dias, em reunião entre representantes da secretaria e da Associação Baiana de Avicultura (ABA). Um dos principais problemas identificados é a deficiência de fornecimento de energia elétrica, cuja suspensão por longos períodos, já causaram perda de animais e ovos por falta de re-

A Bahia vai ganhar duas empresas de avicultura durante a pandemia

frigeração. E a chegada do verão, que vem registrando recordes de temperatura elevada, gera grande preocupação.

Segundo o secretário, a associação está elaborando um relatório no qual identificará os principais gargalos para o problema da energia elétrica. Com os dados, a Seagri junto com a Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), assim como em outros setores do agronegócio, bus-

cará soluções.

Ele informou que a o governo pretende construir cinco abatedouros públicos de aves no estado, buscando informações sobre as regiões mais estratégicas para a implantação. "Desta forma nós estimulamos a produção do pequeno criador porque o custo de instalação deste tipo de equipamento é muito elevado", explicou.

Cadeia produtiva

A diretora executiva da ABA, Patrícia Nascimento, explica que a entidade representa a cadeia produtiva da avicultura na Bahia e participou da reunião da Seagri para buscar soluções para os problemas do setor. Ela informou que o relatório que ficou acertado na secretaria está em fase de levantamento de informações e ainda não é possível dizer as causas dos problemas com o for-

necimento da energia elétrica para as empresas.

Apesar dos problemas que já ocorreram, principalmente na região de Conceição da Feira, com uma empresa de ração com a produção parada por 10 horas, as temperaturas ainda não são alarmantes, informou Patrícia Nascimento.

Ela confirmou o bom momento da avicultura no estado no período da pandemia, causado por dois fatores: primeiro o baixo custo dos produtos da indústria aviária, uma proteína de origem animal de grande qualidade e de baixa gordura, e o fato de as pessoas serem obrigadas a ficar em casa, passando a fazer as refeições preparadas na residência.

Mas a pandemia também forçou a suspensão do II Seminário Baiano de Avicultura (II Simba), que ocorreria em Feira de Santana.

NEGÓCIOS

empregosenegocios@grupoatarde.com.br

& OPORTUNIDADES

INTERNET Leia mais sobre carreiras e negócios no Portal A TARDE


www.atarde.com.br/economia

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE


Thamires e Clara abriram uma empresa de consultoria
MARIA ALICE DE SOUZA*

A abertura de empresas cresceu na pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Segundo a Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), o número de registros, de abril a setembro, foi maior que a quantidade de negócios fechados, sendo 12.563 aberturas e 9.033 fechamentos. No mesmo período do ano passado, foram criadas 14.882 empresas e 9.352 fechadas.

Apesar de mais registros de abertura no ano passado, a entidade comemora os dados dos últimos meses como “positivos”, justamente por conta da crise sanitária e econômica causada pela pandemia.

Outro fator verificado na crise sanitária é o número de criação de novos empreendimentos pelo MEI, que foi o maior para o período desde 2010 e 2% superior ao do ano passado. O perfil desse novo microempreendedor são pessoas que perderam o emprego ou sofreram redução salarial e viram na criação do negócio próprio uma alternativa para obter renda e mitigar os danos financeiros ocasionados pela Covid-19.

A gerente de unidade de atendimento individual do Sebrae, Fernanda Gretz, conta que de março até setembro foram formalizados 51.857 micro e pequenos negócios na Bahia, sendo destes 46.114 (89%) microempreendedores individuais MEIs.

Para ela, os impactos causados pela pandemia resultaram em novas oportunidades no mercado, diante das necessidades e perfis dos consumidores. “Sabemos que uma boa parte do faturamento dos pequenos negócios foi impactada com a pandemia, porém foi possível identificar oportunidades para empreender nesse período, com o comércio online, por meio de vendas em redes sociais, por exemplo. Com isso, os empreendedores buscaram a formalização dessas atividades e muitas puderam ser enquadradas como MEI”, explica.

Sector de alimentação

Ainda segundo a gerente, a grande parte das formalizações do MEI refere-se aos serviços de alimentação, pois, com distanciamento social, muitos viram nesse setor uma oportunidade de investimento e passaram a atuar com marketing digital para divulgação, venda online e a potencialização das

NEGÓCIOS Número de microempreendedores foi o maior em 10 anos, segundo o Sebrae; Juceb também registrou elevação

Pandemia acelera a abertura de MEIs e empresas na Bahia

Frederico Pimentel / Divulgação


Com eventos cancelados, Emanuelle decidiu empreender

entregas por delivery.

“É importante destacar que a formalização de novas empresas deve sempre ser motivada por uma oportunidade de negócio existente no mercado de atuação. É muito importante que o início de uma nova empresa seja bem planejado e, principalmente, analisado sobre sua viabilidade financeira”, comenta a gerente do Sebrae.

Entre os novos microempreendedores do ramo alimentício está Emanuelle Nascimento, conhecida especialista em carne do país, há 18 anos atua ministrando cursos para açougueiros e churrasqueiros dentro e fora do país. Ela conta que iniciou o ano com a agenda dos “sonhos”, porém, com a pandemia, viu todos os seus objetivos de vida esvaecerem.

Com a agenda cancelada, as contas chegando, a chef precisou se movimentar, e a solução veio por meio dos seguidores, que sugeriram a criação de cardápio de carnes por delivery. “Com a pandemia eu fiquei em casa, e, como minha renda estava atrelada aos cursos, a renda foi para zero, nesse meio-termo meus seguidores começaram a pedir pelo delivery de churrasco, até que um seguidor pediu que fizesse pelo menos o delivery de cupim”, diz.

O que começou com apenas seis kits de cupim ganhou proporção e deu origem à Rainha do Cupim (@chefemanuelenascimento). “Pensei, só vou assar se vender, e em três horas acabaram todos os seis kits, então eu pensei que era sorte de principiante e em pouco tempo vi o ne-

gocio crescendo”, conta Emanuelle.

O negócio que começou na cozinha da própria casa cresceu e a microempreendedora precisou alugar uma cozinha industrial e, até o final do ano, vai abrir um restaurante. Ela fala que o delivery reestruturou as finanças, chegando a lucrar mais do que ganhava com os eventos que ministrava. Com pratos a partir de R\$ 78 é necessário fazer agendamento para adquirir o alimento, a entrega é feita em todos os bairros de Salvador e região metropolitana.

Quem também viu na alimentação a saída para se reerguer na pandemia foi Paula Bandeira (@temperosdacinha). A microempreendedora costumava vender comida nas feiras de rua da cidade, suspensas desde março, devido os protocolos

PARA ABRIR UMA EMPRESA

PLANEJAMENTO É necessário atuar em uma atividade que o empreendedor tenha conhecimento e afinidade. Além disso, deve evitar misturar o faturamento da empresa com o dinheiro pessoal. Por isso anote todos os gastos e ganhos

MERCADO Antes de investir é imprescindível estudar e avaliar o mercado, para saber se terá retorno financeiro, por isso é necessário verificar se a ideia de negócio é realmente uma oportunidade de uma nova empresa

FORMALIZAÇÃO Ao formalizar o MEI ou outra modalidade, deve-se manter em dia os pagamentos mensais e declarações anuais da empresa

INTERNET Invista nas redes sociais, para divulgar seu negócio e conquistar novos clientes

FONTE: FERNANDA GRETZ, GERENTE DO SEBRAE

de saúde vigentes para conter a propagação do vírus, ela e a mãe tiveram que se reinventar para manter e expandir a clientela.

A solução foi fazer o registro no MEI e vender marmitas congeladas com os pratos oferecidos nas feiras e a criação de uma linha de alimentos saudáveis. “Nunca tínhamos feito marmitas, nem pensávamos em vender, quando começaram a surgir os pedidos eu fiquei assustada, não achei que fosse imediato, porque tudo foi muito no improviso”, fala.

Ela conta que, com o dinheiro que sobrava, passaram a investir em novos equipamentos e conseguiram comprar um carro, pois no começo os pedidos eram entregues por terceirizados. Além disso, o negócio gerou oportunidade de emprego, pois a equipe, que antes contava com ela e a mãe, agora conta com duas ajudantes de cozinha. As marmitas são vendidas a partir de R\$ 18,90.

Consultoria e mentoria

A pandemia mudou a rotina de todos, com a suspensão de aulas e a adoção do home office por algumas empresas, foi preciso se adaptar ao novo normal e organizar a vida. A Weplanyou (@weplanyou) surgiu em julho, por causa do distanciamento social, visando à necessidade de colaborar com pessoas e empresas na organização e desenvolvimento pessoal, diante de um cenário de incertezas, é o que conta uma das sócias da empresa, Thamires Figueiredo. “Queremos transformar pessoas em caçadores de sonhos e sonhos em meta, principalmente em uma realidade tão difícil como a que estamos vivendo”, afirma Thamires.

A empresa também conta com a diretora de desenvolvimento pessoal Clara Andrade. Juntas elas ministram cursos sobre desenvolvimento pessoal e realizam consultorias e mentorias individuais. Com o engajamento alcançado, a empresa planeja lançar novos cursos até o final do ano.

Em quatro meses, já fecharam contrato com empresas de pequeno e grande portes e firmaram parcerias com outros empreendedores, onde dão consultorias de gestão de negócios e desenvolvimento pessoal. Os cursos oferecidos custam a partir de R\$ 80.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

“Foi possível identificar oportunidades para empreender”

FERNANDA GRETZ, do Sebrae

Dario G. Neto / ASN-BA / 8.4.2019



INFRAESTRUTURA Macro drenagem do rio Ipitanga, sistema de esgotamento sanitário e escolas estão entre as intervenções

Lauro de Freitas recebe pacote de obras com investimentos que somam R\$ 560 mi

Diego Mascarenhas / Gov-BA

BRUNO BRITO*

Em visita a Lauro de Freitas, na manhã de ontem, o governador Rui Costa (PT) entregou a primeira passarela da cidade com elevadores e autorizou a construção de duas escolas. Na mesma oportunidade, o gestor visitou as obras de macro drenagem no rio Ipitanga e utilizou o ônibus movido a GNV, que está em fase de teste na Bahia, e autorizou a recuperação de trecho da Estrada do Coco.

Ao todo, o pacote de ações totaliza custo de cerca de R\$ 560 milhões do governo do estado. De acordo com Rui, o grande aporte financeiro é necessário para combater problemas que são enfrentados há vários anos em Lauro. “Quando se fala em saneamento básico, estamos resolvendo problemas de décadas passadas. Com uma obra desse tamanho de macro drenagem, nós estamos resolvendo um problema crônico da cidade que são os alagamentos. Estamos realizando o sonho de muitos anos da população de Lauro de Freitas”, destacou.

Apenas na macro drenagem serão investidos cerca de R\$ 170 milhões para o desassoreamento do rio Ipitanga. Ao todo, a obra contempla 5 km de extensão e cinco reservatórios.

“Estamos ampliando a calha do rio para 30 metros na parte superior e 22 metros na parte inferior. Essa obra vai eliminar esses alagamentos que ocorriam em Lauro de Freitas, dando maior fluidez ao rio e às chuvas que correm para o Joanes”, explicou o diretor de urbanismo e habitação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), Maurício Mathias.

Outra ação que está sendo realizada é a implantação do esgotamento sanitário pela Embasa, com custo de R\$ 210 milhões. Segundo o governador, o principal foco é assegurar uma saúde melhor para a população.

“É uma obra importante, porque tem a ver com a condição ambiental e de saúde de Lauro. Esgotamento e saneamento são muito mais que obra de infraestrutura, é obra de saúde pública e cuidado com meio ambiente.



Durante visita, governador Rui Costa entregou a primeira passarela com elevadores da cidade e autorizou a recuperação na Estrada do Coco

Aqui em Lauro de Freitas, a situação se agrava porque o lençol freático é muito alto. Um terreno que já está molhado, quando chove, facilmente alaga. Até o momento, já estão executados R\$ 85 milhões, para levar o esgoto da cidade ao emissário submarino, além das ligações”, apontou.

Assinada na manhã de ontem, a ordem de serviço que autoriza a recuperação do trecho de 10 km da BA-099, que atravessa Lauro de Freitas, será administrada pelo município.

“Isso facilita toda a legislação de ocupação do uso do solo, que passa a depender unicamente de leis municipais, assim como as decisões de trânsito. E para entregar a via em perfeito estado, estamos investindo R\$ 10 milhões na pavimentação”, disse o secretário estadual da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti. Existem ainda obras de pavimentação em andamento na Rua Djanira Maria Bastos Quingoma, com investimento de mais de R\$ 2 milhões. Quanto ao ônibus movido

Na mesma oportunidade, o gestor visitou as obras de macro drenagem no rio Ipitanga e utilizou o ônibus movido a GNV, que está em fase de teste na Bahia

a gás natural veicular (GNV) e biometano, a meta é tornar a Bahia referência nacional e internacional, de cuidado com a vida humana, segundo o governador Rui Costa. “Queimar diesel significa emitir poluentes que fazem mal à saúde, principalmente de crianças e idosos, que são as faixas etárias onde temos mais problemas respiratórios. Por isso, vamos iniciar esse teste-piloto”, explicou o



Camila Souza / Gov-BA

Desassoreamento e macro drenagem do rio Ipitanga

governador. Inicialmente, seis ônibus serão testados fazendo o trajeto Aeroporto-Praia do Forte, nos horários das 6h e 15h, e será cobrado o valor de R\$ 8,10.

Segundo Rui, o foco posterior será realizar a troca progressiva da frota, que também contará com veículos elétricos. “A ação terá total apoio do governo do estado, inclusive com renúncia

de tributos, para viabilizar economicamente a substituição, isso porque são ônibus mais caros. E, ao preço da tarifa hoje, não seria possível, então a saída é abrir mão na compra ou na operação de tributos, para viabilizar o transporte”, justificou o governador.

O governador informou ainda que está licitada a operação do Hospital Metropolitano, que já teve as obras

concluídas e aguarda para ser inaugurado. “Investimos mais R\$ 130 milhões no Hospital Metropolitano. Estamos fazendo a licitação para que a operação seja semelhante à do Hospital do Subúrbio. Com o início do funcionamento, o Menandro de Faria passa a ser gerido por Lauro de Freitas e a ser especializado em atendimento materno-infantil”, disse.

Quanto às escolas, Rui explicou que uma ação envolve a reconstrução do Ceptic, que funciona com estrutura provisória atualmente. Outra iniciativa é a construção de uma nova unidade escolar em Portão. O local está em processo de desapropriação do terreno, para que as obras sejam iniciadas.

“As duas escolas juntas vão custar R\$ 35 milhões, com quadra coberta, campo com grama sintética, laboratório e uma piscina, que será instalada no Ceptic, para que nossos jovens possam se interessar pelo esporte”, destacou.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Maria de Lourdes Santana Santos faleceu no Hospital Português, 85 anos, casada, natural de Feira de Santana-BA

Pedro Gomes Clementino faleceu em residência, 72 anos, casado, natural de Salvador-BA

Francisco Eduardo Paschoarelli Veiga faleceu no Hospital Aliança, 58 anos, casado, natural de São Paulo-SP

Evilázia Maria da Silva Virgens faleceu no Hospital da Bahia, 93 anos, viúva, natural de Salvador-BA

Antônio dos Santos faleceu em residência, 80 anos, casado, natural de Salvador-BA

Dalva Ramos do Nascimento faleceu no Hospital do Subúrbio, 84 anos, solteira, natural de Salvador-BA

Maria Moreira da Silva

faleceu no Hospital Aliança, 82 anos, viúva, natural de Nazaré-BA

Wellington Cruz Cardoso de Carvalho faleceu no Hospital Aristides Maltez, 54 anos, solteiro, natural de Castro Alves-BA

Huang Wei faleceu no Porto de Salvador, 26 anos, solteiro, natural de Huangshi City/Hubei Province - China

Shuichi Shimizu faleceu em residência, 73 anos,

casado, natural de Japão

CAMPO SANTO

João Gomes de Oliveira faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 82 anos, natural de Mossoró-RN

José Ramos Pereira faleceu no Hospital Universitário, 86 anos, natural de Feira de Santana-BA

Edvaldo Emerentino dos Santos faleceu no

Hospital Aristides Maltez, 90 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Jovi Borges Gonçalves Filho faleceu em residência, 57 anos, divorciado, engenheiro civil, natural de Porto Seguro-BA

Regina Pereira Coêlho faleceu em residência, 98 anos, solteira, médica, natural de Salvador-BA

João José de França faleceu em residência, 77 anos, casado, aposentado, natural de Mundo Novo-BA

Bertolino Rodrigues de Souza faleceu no Hospital Cárdio Pulmonar, 87 anos, casado, auditor fiscal, natural de Casa Nova-BA

Maria Elízia Nunes faleceu no Hospital Santo Antônio, 77 anos, solteira, religiosa, natural de Virgíópolis-MG

CLIMA

salvador@grupopos.com.br

SALVADOR HOJE
23° 29°

SALVADOR AMANHÃ
23° 32°



1 REMANSO	2 JUAZEIRO	3 PAULO AFONSO	4 FORMOSA DO RIO PRETO	5 IRECE	6 JACOBINA	7 FEIRA DE SANTANA	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	9 BARREIRAS	10 BOM JESUS DA LAPA	11 VITÓRIA DA CONQUISTA	12 ILHÉUS	13 PORTO SEGURO	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA
22° 35°	19° 34°	22° 34°	22° 35°	18° 32°	18° 31°	20° 31°	22° 33°	22° 36°	20° 37°	16° 29°	21° 29°	20° 29°	21° 35°

HOJE	AMANHÃ	SEGUNDA-FEIRA	TEMPERATURAS
Baixa 05h00 0,6m	Alta 0h13 1,7m	Alta 01h27 1,8m	Brasil Mín. Máx.
Alta 11h40 1,6m	Baixa 06h34 0,6m	Baixa 07h39 0,5m	Brasília 19° 28°
Baixa 17h50 0,7m	Alta 13h05 1,7m	Alta 14h00 1,8m	Curitiba 14° 21°
-----	Baixa 19h08 0,7m	Baixa 19h59 0,5m	Natal 25° 31°
			Brasil Mín. Máx.
			J. Pessoa 24° 31°
			Rio 18° 28°
			Recife 24° 32°

Mais*

Wendel de Novais*

REPORTAGEM
wendel.novais@redesbahi.com.br

Sede do maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste, localizado em Feira de Santana, a Bahia é a 'menina dos olhos' do crime organizado na hora de transportar cigarros contrabandeados. Feira, Barreiras e Vitória da Conquista são, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), os principais pontos de atenção, mas isso não tem a ver com a taxa de consumo nesses locais. O que os faz com que essas três cidades sejam pontos certos de passagem para os contrabandistas são as rodovias que as rodeiam, estratégicas para a logística de transporte: BR-110, BR-116 e BR-135.

Vendidos em bares e pontos comerciais de pequeno porte e, muitas vezes, informais, os cigarros contrabandeados são absorvidos pelo mercado em grande escala no território brasileiro e baiano. Isso porque os clandestinos custam, em média, a metade do preço dos originais.

A diferença considerável de valores se deve, principalmente, à alta taxa de tributação da produção nacional, uma tentativa de inibir o consumo. Mas, ao invés disso, o que resultou da política é o avanço e o domínio dos contrabandistas no mercado.

Atualmente, 57% dos cigarros consumidos no Brasil são ilegais. Na Bahia, os contrabandeados são 40% de todos os cigarros que circulam no estado, de acordo com estimativas da indústria. Em 2015, respondiam por 37%. A alta taxa de circulação desses produtos faz com os cofres públicos baianos deixem de faturar, anualmente, cerca de R\$ 196 milhões.

Associado a diversos delitos e financiador das organizações criminosas, o contrabando de cigarros representa, segundo os órgãos oficiais, um risco real para segurança pública da Bahia. A atividade, além de ser peça fundamental para bandidos e estar relacionada a crimes como tráfico de drogas e armas, roubos a mão armada e assassinatos, é um fator sólido para o aumento da violência por onde passa - inclusive o território baiano, uma rota fixa.

FINANCIADOR DO CRIME

De acordo com Jader Ribeiro, chefe da seção de Operações Especializadas da PRF, o contrabando é uma das atividades cruciais para criminosos baianos que tentam diversificar as ações. Assim, conseguem obter mais rendimentos e financiar outras ações.

"Existe uma tendência do

●● O contrabando de cigarros acontece muito na Bahia por conta da demanda interna e pelo fato de ser a porta de entrada para o Norte e o Nordeste
Jader Ribeiro
Chefe de Operações Especializadas da PRF

●● O Brasil tem um dos maiores impostos para cigarro do mundo. O problema é que a produção de cigarro do Paraguai, que tem uma das menores tributações, se aproveita disso
Edson Vismona
Presidente do Fórum Nacional Contra a Proibição e Legalidade (FNCP)

●● Não adianta querer desestimular o uso com preços altos e não conter o avanço dessa atividade criminosa
Pery Shikida
Economista

●● Possivelmente, teremos uma quantidade variável de nicotina, a substância que causa a dependência, podendo deixar indivíduos com dependência mais elevada
Maristela Sestelo
Psicóloga

ATUALMENTE, 57% DOS CIGARROS CONSUMIDOS NO BRASIL E 40% NA BAHIA SÃO CONTRABANDEADOS



Porta de entrada para contrabando de cigarros

Bahia
Rodovias em Feira, Barreiras e Vitória da Conquista são cruciais para quem transporta mercadoria para o Norte e Nordeste

aumento do contrabando na Bahia por conta da diversificação das atividades do crime organizado, que é notada pela polícia há alguns anos. Os criminosos estão investindo em outros ilícitos para obter mais lucro. E o contrabando de cigarros é um dos focos das organizações criminosas. É uma atividade que serve de financiamento para eles e que ajuda a promover outros crimes como tráfico de armas, tráfico de drogas, roubos e outros delitos", afirma.

Segundo a PRF, na Bahia, até 15 de outubro, os agentes apreenderam 2,57 milhões de maços de cigarros - um impacto financeiro de quase R\$ 13 milhões no crime organizado. Os transportadores foram interceptados em Vitória da Conquista, na BR-116 (1,05 milhão de maços), Feira de Santana, também na BR-116 (882 mil), Ribeira do Pombal, na BR-110 (300 mil), Guanambi, na BR-030 (325 mil) e Jequié, na BR-116 (5 mil).

Apesar de o número de apreensões ter caído em comparação com 2019, quando 4,046 milhões de maços foram apreendidos no mesmo período, a sensação de que há uma tendência de aumento da atividade em território baiano ainda existe, avalia Jader.

O porquê da intensificação do contrabando na Bahia está na localização geográfica e na malha viária, caminho lógico para os contrabandistas na hora de levar as cargas para o Norte e outros estados do Nordeste.

"O contrabando de cigarros acontece muito na Bahia por conta da demanda interna e também pelo fato de a Bahia ser a porta de entrada para o Norte e o Nordeste. A localização geográfica e as rodovias são importantes para entender o que motiva o aumento da atividade. O estado tem malhas rodoviárias cruciais na logística de escoamento do negócio", explica Jader.

Feira de Santana é, para a PRF, a cidade mais crucial para o avanço da atividade. "É um entroncamento rodoviário que facilita a chegada em outros estados com a BR-116, BR-101, BR-124. Facilita demais a vida deles", diz o chefe da seção de Operações Especializadas.

FATOR TRIBUTÁRIO

Campeão mundial na distribuição e consumo de cigarros ilícitos, o mercado brasileiro vê o contrabando ganhar ainda mais corpo diante da carga tributária aplicada no produto, entre

FOTOS: ENVIADAÇÃO/PRF



71% e 90%. Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona a vê com um trunfo para o contrabando.

"O Brasil, respeitando as determinações da OMS, tem um dos maiores impostos para cigarro do mundo. O problema é que a produção de cigarro do Paraguai, que tem uma das menores tributações, se aproveita disso. Com a tributação baixa, o produto que chega aqui é muito mais barato que os legalmente comercializados e o consumidor não titubeia: vai no que dói menos no bolso", afirma.

Segundo o Ibope, o preço médio do contrabandeado no Nordeste em 2019 era de R\$ 3,49; já o do produto legal era de R\$ 7,51. Ou seja, o produto nacional é mais do que duas vezes mais caro em território nordestino. Pela lei brasileira, o preço mínimo de venda de um cigarro legal, nos critérios da Anvisa, é R\$ 5.

Para o economista Pery Shikida, especialista da chamada "economia do crime", a decisão estratégica de taxar os cigarros de forma ostensiva é válida, mas facilita a abstração da mercadoria ilegal. "Uma pessoa não vai priorizar o produto nacional mesmo que ele seja de melhor qualidade e tenha em si menos problemas para o organismo. Quem tem menos dinheiro, que é maioria, vai comprar o contrabando, não tem jeito", opina.

COM SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTEAGEM ERLA RIBEIRO

1 Cargas apreendidas nas rodovias que cortam a Bahia mostram que malha viária do estado é estratégica para o contrabando 2 **As cidades de Feira de Santana, Barreiras e Vitória da Conquista são os principais pontos de circulação e escoamento 3 Da Bahia,** cigarros vão para o restante do Nordeste e para o Norte

Em 2019, prejuízo fiscal superou a arrecadação

O crescimento do contrabando representa uma derrota gigantesca para a arrecadação do Brasil sobre o produto. Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), afirma que as perdas chegam a bilhões e, no ano passado, superaram pela primeira vez a arrecadação com a taxa de produto.

"No ano passado, houve mais evasão fiscal do que pagamento de impostos. Uma diferença de R\$ 400 milhões. Ou seja, foram pagos R\$ 12,8 bilhões em impostos e detectamos uma evasão de R\$ 13,2 bilhões em cigarros contrabandeados. Pela primeira vez, a evasão fiscal foi maior do que a arrecadação", diz. O Ministério de Economia e a Secretaria da Fazenda foram procurados para falar sobre o impacto nos cofres públicos, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

O economista Pery Shikida acredita que a alta tributação é ineficaz em reduzir o consumo e perigosa ao possibilitar o lucro de organizações criminosas. "O governo está fazendo uma política de erradicação do cigarro. A carga tributária é estrategicamente pensada para que se aumente o preço e diminua o consumo. Só

que esse produto contrabandeado tem uma circulação em um valor muito menor que acontece em larga escala. Não adianta querer desestimular o uso com preços altos e não conter o avanço dessa atividade criminosa que domina mais da metade do mercado inteiro em território nacional. É facilitar a vida do crime", avalia.

Além disso, não é só de cigarro paraguaio que vive o contrabando no Brasil. O mercado já desperta a atenção de novos contrabandistas de diversos países. Um levantamento do Ibope Inteligência aponta um aumento exponencial da presença de cigarros contrabandeados da Coreia do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, especialmente no Norte e no Nordeste.

A marca sul-coreana Pine, por exemplo, viu sua fatia no mercado ilegal no Nordeste saltar de 7% em janeiro de 2019, para 14% em julho de 2020. A Pine já ultrapassou marcas ilegais paraguaias, tradicionalmente líderes de mercado, como a Gift, produzida pela Urion, e a Eight, da Tabasa. A marca norte-americana Bellos já é a terceira ilegal mais consumida no Nordeste - 8% em 2019. Ao todo, 12% dos cigarros ilegais consumidos no Nordeste são dos EUA. No Norte, 11% são do Reino Unido.

Médica e Anvisa falam de riscos à saúde

A produção legal de cigarro nacional precisa obedecer regras rígidas, o que não acontece com produtos ilegais que circulam por aqui. O cigarro não é nada saudável e, mesmo os que respondem aos critérios de produção causam danos consideráveis ao organismo como bronquite, úlceras gástricas, infarto, AVC e outros problemas. No caso dos contrabandeados que vêm de mercados com menor taxa de e menor controle de qualidade, os riscos podem ser iguais ou ainda maiores para o ser humano - não se sabe o que vem dentro.

Isso é o que explica Maristela Sestelo, médica pneumologista e coordenadora do programa de apoio ao fumante da Escola Bahiana e da Universidade do Estado da Bahia (Uneb): "Como não há o controle da Anvisa, a determinação legal da quantidade de nicotina e outros produtos que estão presentes nos cigarros ficam indeterminadas. Possivelmente, teremos uma quantidade variável de nicotina, a substância que causa a dependência química, podendo deixar indivíduos com dependência mais elevada".

Segundo Maristela, é plausível considerar a possibilidade de estes cigarros causarem doenças que os de produção regulamentada não provocam. "Acredita-se que, diante da falta de regulamentação, a exposição a substâncias desconhecidas, que podem ser acrescentadas aos cigarros possa trazer malefícios à saúde, além dos já conhecidos como câncer de pulmão, bexiga, boca, esôfago e outra centena de doenças", informa.

A Anvisa fez um alerta: "Os cigarros irregulares representam um grave problema para a sociedade, já que têm preço mais baixo dos que os regularizados e, consequentemente, são mais acessíveis para crianças e adolescentes, altamente vulneráveis à iniciação no consumo precoce de tabaco. Não há níveis seguros para o consumo de qualquer produto derivado do tabaco. A única forma de estar livre dos riscos relacionados a esses produtos é não consumi-los e não respirar a fumaça", aponta.

57%

dos cigarros consumidos atualmente no Brasil são considerados ilegais

40%

é o percentual de cigarros contrabandeados consumidos na Bahia

196

milhões de reais deixam de ser arrecadados anualmente pelo cofres públicos por conta do comércio ilegal de cigarros

2,57

milhões de maços de cigarros legais foram apreendidos este ano na Bahia até o dia 15 de outubro, segundo a PRF

1,058

milhões de maços de cigarros foram apreendidos este ano só em Vitória da Conquista

Envio de dólares ao Brasil bate recorde

REAL DESVALORIZADO Com a alta do dólar frente ao real, as remessas de brasileiros que vivem no exterior para familiares no Brasil têm batido recordes sucessivos. Em setembro, foram registradas US\$ 293 milhões de receitas de transferências pessoais, segundo dados do Banco Central (BC). Esse foi o maior volume para o mês de setembro, na série histórica, iniciada em 1995. Em setembro de 2019, as transferências somaram US\$ 248,6 milhões.

Nos primeiros 9 meses deste ano (de 1º de ja-

293MI
de dólares
foram
transferidos
para o
Brasil em
setembro

neiro a 30 de setembro), foram US\$ 2,407 bilhões enviados para o Brasil, crescimento de 11,6% em relação a igual período de 2019. Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o dólar mais caro faz com que o dinheiro convertido em reais no Brasil represente um volume maior de recursos. Ele diz que isso pode incentivar os brasileiros no exterior a mandarem mais dólares para o país.

"Como a pessoa no exterior que está enviando para seus parentes no Brasil sabe que aquela mesma quantidade de dólares que manda sempre vai representar uma quantidade maior, pode ter um incentivo para aumentar esse fluxo em dólares", disse Rocha, ao apresentar o rela-

tório das contas externas, na última sexta-feira (23/10).

Por outro lado, a alta do dólar desestimula o envio de recursos do Brasil para o exterior. Em setembro, essas transferências chegaram a US\$ 128 milhões, queda de 18,9% frente ao mesmo mês de 2019. No acumulado do ano de 2020 até setembro, o valor chegou a US\$ 1,065 bilhão, recuo de 31,1% contra igual período do ano passado. A maior parte das transferências de dólares que vêm para o Brasil são dos Estados Unidos. No último mês de setembro, o volume chegou a US\$ 147,2 milhões. Outros US\$ 57 mi vieram do Reino Unido; US\$ 17 mi de Portugal; US\$ 9,8 mi da Espanha; US\$ 7,7 mi da Itália e US\$ 7,6 mi do Japão.

COM INFLAÇÃO EM ALTA, RENDA FIXA GANHA FORÇA

INVESTIMENTOS O ritmo de alta dos preços em outubro surpreendeu investidores e gestores, que passaram a avaliar novos cenários para proteger o patrimônio de um repique da inflação. Segundo especialistas, nesse contexto a renda fixa pode ganhar força, com destaque para os títulos pós-fixados com taxas de retorno atreladas ao IPCA.

Pressionado pelos alimentos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) acelerou em outubro para 0,94%. Trata-se da maior taxa para o mês desde 1995 e da maior alta mensal desde dezembro do ano passado.

Para o economista Daniel Weeks, da gestora Garde, a julgar pelos preços no atacado, inflação deve permanecer em aceleração por um tempo. "Isso tem impacto nos investimentos, ter uma parcela dos investimentos alocada em títulos de renda fixa que se beneficiem da alta da inflação é uma boa oportunidade", defende o especialista.

Com covid-19 controlada, Ásia vira motor da economia global

RETOMADA MAS RÁPIDA A recessão global causada pela covid-19 tende a acelerar o deslocamento do dinamismo da economia mundial para a Ásia, onde, com a China à frente, um melhor controle da pandemia já começa a resultar numa retomada mais rápida e vigorosa do que em outras regiões.

Além da China, Vietnã, Taiwan e Coreia do Sul são exemplos de países que terão desempenho econômico acima da média mundial, pelas projeções do Fundo Monetário Internacional.

Esse movimento aponta para a continuidade das tensões comerciais entre China e Estados Unidos e para a

manutenção da alta demanda chinesa por matérias-primas produzidas pelo Brasil, como soja, minério de ferro, celulose e carne. O crescimento de 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) chinês no terceiro trimestre, na comparação com igual período de 2019, reforçou esse cenário.

PROJETO SOBRE CABOTAGEM ESTÁ PARADO NA CÂMARA

LOGÍSTICA O projeto que facilita a navegação comercial da costa brasileira, conhecido como BR do Mar, só deve deslanchar na Câmara quando a briga pela presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) estiver resolvida. A avaliação é do deputado João Carlos Gurgel (PSL-SP), escolhido para relatar a medida que tem como objetivo aumentar o volume de cargas da chamada navegação de cabotagem, entre portos ou pontos da costa de um mesmo país. Apesar de uma sessão plenária ter sido marcada para amanhã, a disputa pela CMO já atrasou a previsão do governo, que queria avançar na apreciação do BR do Mar nesta semana. Além disso, não há garantias de que o imbróglie envolvendo a comissão do Orçamento esteja resolvida até a próxima sessão. "Nós temos ainda aqui o problema da CMO, que está travando a pauta da Câmara. Terá sessão na terça-feira. Se já estiver instaurada a CMO, a sessão vai a frente", diz Gurgel.

Pauta está travada por causa da disputa pela chefia da comissão do orçamento

BRASIL APOSTA NO CERRADO PARA PRODUZIR MAIS TRIGO

AGRO Dependente da importação de trigo, o Brasil começa um movimento, adotado no passado com a soja, para se tornar autossuficiente na produção do grão. É no calor e na seca do Cerrado que agricultores pretendem alavancar a lavoura. Eles apostam nas características da região e na tecnologia do preparo de novas sementes. Hoje, metade das 12 milhões de toneladas de trigo consumidas no País por ano é importada. A Embrapa vê no cultivo do "trigo tropical" a melhor chance de dobrar as 6 milhões de toneladas que hoje são produzidas em 2,2 milhões de hectares em diversas áreas do País e economizar R\$ 400 milhões com a redução nas importações. O governo planeja, a partir de 2021, ampliar em 50% os cerca de 200 mil hectares de trigo plantados no Cerrado. A meta é alcançar 1 milhão, até 2025, em regiões de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e também no oeste baiano.

País pode economizar R\$ 400 milhões com a redução das importações do grão e de seus derivados

Comitê alerta sobre segunda onda de covid no Nordeste

PRÓXIMOS MESES A flexibilização das medidas de isolamento social e as eleições municipais marcadas para novembro podem precipitar uma segunda onda de covid-19 na região Nordeste nos próximos meses.

O alerta foi divulgado nessa sexta-feira (23) pelo Comitê Científico do Nordeste, segundo o qual o fenômeno que já preocupa países da Europa como França, Espanha, Itália e Reino Unido pode ter uma influência no recrudescimento da pandemia na Bahia e estados vizinhos em função do fluxo de turistas europeus que costumam vir para nossas praias nas festas de fim de ano.

"Há um risco real de que nos próximos meses tenhamos um fluxo de portadores do Sar-cov-2, até de cepas diferentes das que aqui prevalecem", alerta Miguel Nicolelis, neurocientista e um dos coordenadores do comitê.

Por essa razão, a recomendação é que se instale, em todos os aeroportos, estandes sanitários com equipes de saúde munidas de folhetos informativos, equipamentos de aferição de temperatura e kits de testagem rápida de passageiros provenientes do exterior.

Além disso, orienta a adoção de quarentena de 14 dias para os turistas que não apresentarem atestados que comprovem a ausência de infecção pelo coronavírus.

"Já passamos por essa situação de ver os acontecimentos primeiro na Europa e depois se reproduzindo aqui. Temos uma oportuni-

dade, desta vez, de não deixar isso se repetir", reforça Nicolelis.

O comitê mostra através de previsões matemáticas e dados das secretarias de Saúde que a pandemia atingiu seu pico em todos os estados do Nordeste. "Isso fez com que, em vários locais, as medidas de isolamento social fossem diminuídas além do necessário, resultando em alta probabilidade de uma possível segunda onda", constata Sergio Rezende, ex-ministro da Ciência e Tecnologia e, também, coordenador do comitê.

Rezende frisa a "premença de se adotarem as medidas sugeridas pelo Comitê porque uma nova onda de covid-19, obviamente, poderá trazer sérias consequências econômicas, sanitárias e sociais, complicando ainda mais o cenário".

A campanha eleitoral que tem gerado aglomerações em todos os municípios pode contribuir para o aumento da reprodução do vírus. Em geral, as campanhas criam eventos "onde pessoas desprezam todas as normas sanitárias indicadas pela Organização Mundial de Saúde", diz o boletim.

Invariavelmente, nas aglomerações, o risco desse tipo de contaminação aumenta consideravelmente, gerando a expectativa de

●● Já passamos por essa situação de ver os acontecimentos primeiro na Europa e depois se reproduzindo aqui. Temos uma oportunidade, desta vez, de não deixar isso se repetir
Miguel Nicolelis

Neurocientista e um dos coordenadores do Comitê Científico do Nordeste

●● Um estudo publicado na revista Science indicou que o vírus pode permanecer no ar por algumas horas, ou seja, tirar a máscara em aglomerações é um grande risco
Cientistas

no boletim divulgado na sexta (23)

que, no período pós-eleição, possa ocorrer uma segunda onda da epidemia.

"Infelizmente, a maioria dos candidatos coloca sua eleição como prioridade, desconsiderando a vida de seus eleitores e as suas próprias", criticam os cientistas.

Com a redução dos números foi possível iniciar o relaxamento das normas de isolamento social. Esse processo deve se dar com cautela, como têm alertado os boletins anteriores do comitê.

Com as reaberturas, redobram os cuidados individuais e coletivos com higiene, uso de máscaras e distanciamento para a prevenção à covid-19.

Há pessoas que acreditam que o uso de máscara é segurança total contra a transmissão do vírus. A máscara é uma barreira importante para evitar a transmissão virológica. Entretanto, o distanciamento entre pessoas é fundamental.

Nas aglomerações, as pessoas retiram as máscaras com muita frequência, o que potencializa o risco.

"Um estudo publicado na revista Science indicou que o vírus pode permanecer no ar por algumas horas, ou seja, tirar a máscara em aglomerações é um grande risco", alertam os cientistas.

LEIA MAIS SOBRE SEGUNDA ONDA DA DOENÇA NAS PÁGINAS 18 E 19

Desemprego na Bahia é o maior do país, diz IBGE

PNAD COVID-19 A Bahia tem a maior taxa de desemprego do Brasil. A desocupação no estado avançou ainda mais no mês de setembro, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado nessa sexta (23). Os dados são da edição mensal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19. Segundo o instituto, a taxa de desocupação - percentual de pessoas que procuram emprego em relação às que estão trabalhando - cresceu novamente e atingiu 19,6%. No mês anterior, em agosto, esse índice era de 18,1%. O número é o mais alto do país.

Em setembro o número de pessoas que estavam trabalhando (93 mil), foi inferior ao aumento no número de pessoas desocupadas, ou seja, aquelas que buscam uma vaga no mercado de trabalho e ainda não encon-

19,6%

é a taxa de desocupação na Bahia medida em setembro e divulgada na sexta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

traram. Esse grupo cresceu 12,5%, passando de 1,078 milhão de pessoas para 1,213 milhão. Ou seja, em um mês, mais de 135 mil pessoas passaram a ter essa condição. Isso fez com que, assim como já havia ocorrido no mês anterior, na passagem de agosto para setembro, a Bahia registrasse o maior aumento absoluto do país no número de pessoas procurando trabalho no Brasil.

Para o IBGE, o contínuo aumento no número de pessoas desocupadas no estado tem relação com a nova queda no número de cidadãos que não estavam trabalhando, queriam trabalhar, mas nem chegaram a procurar emprego por causa da pandemia ou por não haver oportunidade no mercado.

É a primeira vez desde maio que esse grupo, cuja busca por trabalho é impactada diretamente pela Covid-19, ficou abaixo dos 2 milhões na Bahia. Os números apontam que esse valor

chegou a 1,891 milhão de pessoas em setembro, numa redução de 12,5% em relação a agosto, o que representou menos 270 mil pessoas nessa situação, em apenas um mês. Ainda assim, o índice é o segundo maior do país, abaixo apenas de São Paulo, que registra 2,640 milhões de pessoas que desejam trabalhar, mas nem chegaram a procurar emprego por conta da pandemia.

Setembro também registrou uma queda no percentual de trabalhadores na Bahia que tiveram redução salarial comparado ao que costumavam receber. A queda foi de 29,6% (1,438 milhão de pessoas). Antes, entre maio e junho, 2,1 milhões de pessoas tinham sofrido com a redução salarial, pouco mais de 4 em cada 10 trabalhadores baianos. Apesar disso, a Bahia ainda era, em setembro, o estado com maior percentual de trabalhadores com redução de rendimento do país.

PETROBRAS INICIA VENDA DE CAMPOS EM SE

CONCESSÕES A Petrobras anunciou na sexta (23) a divulgação de oportunidade (teaser) referente à venda da totalidade de suas participações no Polo Carmópolis, que inclui 11 concessões de campos terrestres localizados em Sergipe. Estão incluídos na oferta 3 mil poços de petróleo em produção, 17 estações de tratamento de óleo, uma estação de gás em Carmópolis, aproximadamente 350 km de gasodutos e oleodutos, o Terminal Aquaviário de Aracaju (Tecarmo), o oleoduto Bonsucesso-Atalaia, uma unidade de processamento de gás natural e uma estação de processamento de óleo.

MAIS DE R\$ 2 BI SACADOS DO TESOUREIRO DIRETO

TÍTULOS PÚBLICOS As emissões de títulos públicos por meio do Tesouro Direto somaram R\$ 1,855 bilhões em setembro. Os resgates totalizaram R\$ 2,024 bilhões no período, informou o Ministério da Economia na sexta (23). Com isso, o resgate de títulos foi maior do que as emissões, pelo terceiro mês seguido, resultando em um "saída líquida" de R\$ 168 milhões de recursos do programa no mês passado. Em setembro, segundo o Ministério da Economia, o título mais demandado pelos investidores foi o indexado à Selic (Tesouro Selic), cuja participação nas vendas atingiu 39,9%.



ENTRE/ELEIÇÕES

www.correio24horas.com.br



Hilza Cordeiro
 texto
 hilza.cordeiro@
 redet Bahia.com.br



OWILSON

Empregos e mais incentivos fiscais

Bruno Reis apresenta propostas e encerra sabatinas do CORREIO com candidatos

A série de sabinas virtuais do CORREIO das Eleições 2020, foi encerrada pelo candidato Bruno Reis (DEM), que apresentou, na sexta-feira (23), as propostas que pretende implementar em Salvador, caso seja eleito. Atual vice-prefeito da cidade, ele definiu que sua pauta prioritária será a geração de emprego e apresentou ainda projetos voltados para as áreas de saúde e educação no município. Durante uma hora, Bruno Reis respondeu às perguntas de jornalistas, especialistas e leitores.

Em resposta à pergunta inicial sobre o que julga mais urgente na capital e por que ele se considera o melhor candidato para resolver, Bruno Reis disse que sua principal preocupação é o desemprego que assola a capital. Na sexta, o IBGE apontou que a Bahia está com a maior taxa de desemprego do país, atingindo quase 20%. O postulante prometeu criar, de imediato, 50 mil empregos a partir de parcerias com o setor privado, que será estimulado com incentivos e isenções fiscais de impostos como IPTU e TFF. Segundo ele, projetos que

já estão em processo de implantação, como o Polo da Economia Criativa, deverão despertar os negócios na área de moda, design, gastronomia e produção audiovisual. O candidato ainda citou o Centro Cultural Casa da Música, o famoso casarão dos azulejos azuis no Comércio, que também deve promover atividades de economia criativa.

"Me considero o mais preparado [para ser o futuro prefeito] por minha experiência, pelos diversos cargos que ocupei. Comecei como estagiário na Câmara Municipal e hoje sou o atual vice-prefeito, conheço essa cidade como ninguém e estou atualizado dos seus problemas. Quero colocar minha força de trabalho e energia para fazer com que Salvador continue crescendo", disse.

SONHOS AMBICIOSOS

Membro da gestão do prefeito ACM Neto, que está encerrando o mandato com 85% de aprovação popular – segundo pesquisa Ibope/TV Bahia divulgada neste mês –, Bruno foi também questionado sobre qual diferença será capaz de fazer à frente da administração da capital. O candidato disse que agora a cidade pode

"sonhar sonhos mais ambiciosos" e citou programas que pretende implantar.

"Muito foi feito nesses oito anos, mas temos consciência de que há muito a ser feito, não tínhamos como resolver problemas acumulados ao longo de 470 anos. Salvador ocupava as últimas posições em praticamente todas as áreas, mudamos essa realidade, mas ainda não chegamos no patamar que queremos. Foi difícil chegar até aqui, mas agora estamos em outro patamar", comentou.

Bruno Reis mencionou que criará a primeira maternidade de Salvador, uma clínica da dor, além de mais um centro de reabilitação para atender pessoas com deficiência na região de Cajazeiras. Ele também disse que a prefeitura está preparada e tem know how para fazer a imunização em massa da população tão logo a vacina contra a covid-19 esteja disponível.

O candidato garantiu ainda, na educação, que sua administração irá priorizar a faixa de estudantes até 6 anos e que investirá ainda mais mobilidade, internet pública e um polo de inovação no subúrbio.

LEIA AS RESPOSTAS COMPLETAS DO CANDIDATO EM: [GLO.BO/2HLFN1C](https://glo.bo/2HLFN1C)

Candidato Bruno Reis, que é vice-prefeito da administração ACM Neto, citou avanços já alcançados e listou projetos para Salvador continuar crescendo

TRANSMISSÃO EM TEMPO REAL PELO INSTA, FACE E YOUTUBE

A Sabatina do CORREIO, que aconteceu do dia 19 ao dia 23, foi transmitida ao vivo pelo YouTube, Facebook e, pela primeira vez, também através do Instagram do jornal (se você perdeu, veja abaixo como rever). Ao longo da semana, todo o conteúdo também foi publicado no site Correio24horas e na edição impressa do jornal. Para a realização do programa com toda a infraestrutura, o CORREIO teve as parcerias da ITS Brasil e da E_studio, que forneceram apoio técnico e internet de alta qualidade.

Responsável pela tecnologia do streaming e a realização digital da live, a E_studio teve uma grande responsabilidade nas mãos, disse o sócio proprietário da empresa, Márcio Ribeiro, pouco antes da primeira transmissão. "Desde o começo, sabemos da responsabilidade que era atuar nesse projeto. Estamos dando voz para a pessoa que vai governar nossa cidade pelos próximos quatro anos", explicou.

A internet de qualidade foi garantida pela ITS Brasil, que tem parceria com o CORREIO desde as lives de São João. Segundo o diretor comercial da companhia balana, Naysdon Leite, a ITS Brasil abraçou a causa por saber do papel que a informação tem na decisão de voto. "Acreditamos que as pessoas que estão em casa precisam saber escolher os candidatos com base em informação de qualidade. Por isso, ampliamos essa parceria", disse.

Na pandemia, a ITS Brasil realizou mais de 300 lives patrocinadas, mas a empresa não é recente. Com 17 anos de mercado, a companhia tem como foco oferecer internet dedicada de qualidade para o cliente corporativo. Mesmo em caso de algum imprevisto, a empresa restabelece a conexão em até 4h.

A E_studio foi criada na pandemia com a união de duas empresas: a R2 Eventos e a Sakamoto Produções. Com o coronavírus, Fábio Sakamoto e Mariana Sakamoto juntaram as forças com Márcio Ribeiro para criar a companhia especializada em eventos virtuais por meio de streaming.

Para garantir o bom andamento do evento, no dia de cada sabatina o candidato ou alguém da sua equipe precisava ficar disponível 30 minutos antes para a realização de um teste de acesso.

Os candidatos também se comprometem com as regras da sabatina. Não foram permitidos ataques às empresas Rede Bahia, Jornal CORREIO, TV Globo, bem como aos demais candidatos. Caso o candidato desobedeça a regra, teria o microfone cortado e o tempo perdido no processo não seria devolvido.

A sabatina teve quatro blocos e cada pergunta durou um minuto, com os candidatos e candidatas tendo dois para as respostas. De acordo com Donaldson Gomes, editor do CORREIO, os sabatinados podiam, por exemplo, se prolongar numa resposta e reduzir a quantidade de perguntas feitas a ele.

AUDI-ÉNCIA

43227

mil visualizações no Instagram, Facebook e Youtube – audiência da Sabatina CORREIO até às 22h de sexta, 23. Só a entrevista com o candidato Bruno Reis, que fechou o evento, teve 5.143 visualizações no mesmo período

RELEMBRE AS ENTREVISTAS

● **Sabatinas Quem perdeu - ou deseja rever - a conversa com os candidatos à Prefeitura de Salvador ouvidos pelo CORREIO na Sabatina das Eleições Municipais 2020, pode assistir aos vídeos no canal do jornal no YouTube. Dos nove prefeituráveis, oito aceitaram responder uma série de perguntas feitas pelos jornalistas da redação, por eleitores e representantes de diversos segmentos, como empresários e entidades do terceiro setor: Bruno Reis, Rodrigo Pereira, Olívia Santana, Hilton Coelho, Baccelar, Celsoinho Cotrim, Major Denice e César Leite. Os prefeituráveis também falaram de suas propostas para a cidade, caso sejam eleitos. O Pastor Isidoro, que chegou a confirmar presença, desistiu, alegando compromissos de agenda.**

Para rever todas as sabatinas, acesse globo.com/24h/24h

Estado investe em novos hospitais

Inaugurado em setembro na cidade de Juazeiro pelo governador Rui Costa, a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, o Unacon, está em pleno funcionamento e é o primeiro de uma série de novas unidades de saúde que o Governo do Estado está implantando no interior da Bahia para tratamento do câncer neste segundo mandato do governador Rui Costa. Em novembro, será a vez da entrega do Hospital do Câncer em Caetité. O anúncio foi feito pelo governador, em transmissão pelas redes sociais, no último dia 20. A unidade, que está com mais de 90% das obras concluídas, irá beneficiar moradores de 48 municípios do sudoeste baiano.

Também está em programação a implantação de unidades de alta complexidade para tratamento do câncer em outras três regiões do estado, ainda durante a gestão Rui Costa. Os novos Unacons deverão entrar em funcionamento no Hospital Regional Dr Mário Dourado Sobrinho, em Irecê; no Hospital do Oeste, em Barreiras; e no Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Porto

Seguro.

O perfil assistencial destas unidades prevê a oferta de ações ambulatoriais, como consultas médicas especializadas, procedimentos diagnósticos em laboratório de patologia clínica e anatomopatologia, biópsias, radiologia, tomografia computadorizada e endoscopias digestiva e urinária. No âmbito das ações de internação hospitalar deverão estar estruturados para realizar, no mínimo, 650 cirurgias oncológicas/ano, para tratamento do câncer de mama, de colo do útero, ovário, bexiga, próstata, cólon e reto, estômago, entre outros.

Atualmente na rede de assistência de alta complexidade em Oncologia do Estado da Bahia, as UNACON pertencentes a Rede Própria da SESAB estão implantadas no Hospital Estadual da Mulher, no Hospital Geral Roberto Santos, no Hospital Geral de Vitória da Conquista, no Hospital Estadual da Criança, e no Hospital Regional de Juazeiro, inaugurado em setembro.

UNACON DE JUAZEIRO

A Unacon de Juazeiro foi construída pelo governo estadual com mais de R\$ 30 milhões em recursos, aplicados em obra e equipamen-



UNACON está em pleno funcionamento e é o primeiro de uma série de novas unidades de saúde que o Governo do Estado está implantando no interior da Bahia para tratamento do câncer

tos, e ofertará o primeiro serviço de radioterapia e braquiterapia do interior baiano. A entrega da Unacon faz parte da estratégia do Governo do Estado de descentralizar atendimentos de alta complexidade na Bahia, regionalizando serviços de saúde pública. O objetivo é

oferecer serviços de qualidade em todas as regiões da Bahia, e não somente em Salvador.

Anexa ao Hospital Regional de Juazeiro (HRJ), no bairro Santo Antônio, a nova unidade ocupa seis pavimentos, totalizando uma área construída de 4.145,52

metros quadrados. O Hospital está ofertando atendimento a pacientes com todos os tipos de câncer e em todas as fases da doença, desde o diagnóstico, passando pela cirurgia e o tratamento.

A unidade também conta com um acelerador line-

ar, equipamento utilizado no tratamento radioterápico com capacidade para realizar 43 mil sessões de radioterapia por ano. Pacientes já estão chegando à unidade por meio de regulação feita pela Central de Marcação municipal, mediante disponibilidade de vagas.

Educação aliada do Outubro Rosa

A Secretaria de Educação do Estado (SEC) também entrou na campanha do Governo do Estado e promoveu uma série de atividades voltadas ao Outubro Rosa. Lives e encontros virtuais foram realizados com a promoção de ações que intensificaram o cuidado com a saúde das mulheres, como a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, assim como debate sobre a violência contra a mulher.

Realizado pelo Programa de Atenção à Saúde e Valorização do Professor, o bate-papo "Maria da Penha no Outubro Rosa" contou com a participação da comandante da Ronda Maria da Penha, Major Flávia Barreto, e a mediação da psicóloga Jaqueline Noronha, além de outros representantes da SEC. "O objetivo deste encontro foi, justamente, desmistificar paradigmas, debater os diversos tipos de violência, apresentar a rede de apoio, formas de enfrentamento e entender um pouco mais sobre o impacto da violência contra o gênero feminino. A nossa proposta é abrir a temática feminina sob

vários olhares e entender que prevenir e combater a violência é também cuidar da saúde da mulher", destacou a superintendente de Recursos Humanos da SEC, Rosário Muricy, ao abrir o encontro virtual.

A major Flávia Barreto falou da importância de discutir o tema da violência doméstica com a sociedade, considerando ser esta uma forma também de cuidar da saúde física e mental da mulher. "É mais do que provado que a violência doméstica não atinge somente as mulheres; atinge também as famílias e demais pessoas que convivem com a mulher violentada. O impacto da violência é muito grande e, infelizmente, ainda persiste a cultura de que briga de casal a gente não deve se intrometer. Todos precisam se engajar nesta luta para banir a violência doméstica e o papel da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2016) é, justamente, proteger as nossas assistidas da violência doméstica e familiar", ressaltou.

A cobertura da Lei Maria da Penha também foi ressaltada pela major



ENCONTROS realçaram o cuidado com a saúde das mulheres, como a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama

Flávia. "A lei prevê cinco tipos de violência – psicológica, moral, patrimonial, sexual e física – e vai abraçar essa mulher se a violência for cometida dentro do ambiente doméstico e familiar ou dentro de uma relação íntima de afeto". A

Lei Maria da Penha, destacou a policial, ampara o gênero feminino, independentemente se a vítima é mulher biológica ou social. "No mês passado, por exemplo, tivemos a alegria de receber a primeira mulher trans para ser assistida

pela Ronda Maria da Penha. Isso mostra que o objetivo desta lei é proteger a mulher simplesmente por ser mulher. A busca é pela paridade de direitos e mudar mentalidades culturais enraizadas que promovem a violência contra a mulher".

Muitas ações de prevenção

Abertas a toda comunidade escolar e ao público em geral, as atividades que a SEC realiza visam potencializar as ações de prevenção ao câncer de mama. Executada pelo Programa

de Atenção à Saúde e Valorização do Professor, iniciativa desenvolvida pela SEC, os encontros virtuais e as lives giram em torno da promoção de ações que intensifiquem o cuidado à saúde das mulheres, como

a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, assim como debate sobre a violência contra a mulher, como explicou a coordenadora Elisabete Dias.

Atendimento psicológico

Além dessas atividades, os professores e servidores da rede estadual de ensino podem solicitar atendimento psicológico on-line individualizado, através do e-mail: suabtpesso@maeducacao.gov.br. Para isso, é necessário informar a matrícula, o nome, o telefone e a escola em que o interessado está lotado. Após a solicitação via e-mail do agendamento, o servidor é direcionado a um psicólogo para o atendimento, que é realizado por telefone, WhatsApp ou Google Meet, com horário marcado e de acordo com a disponibilidade da agenda. O procedimento, autorizado pelo Conselho de Psicologia, visa continuar proporcionando auxílio e cuidado emocional aos educadores, considerando as dificuldades do período de isolamento social devido à pandemia do novo Coronavírus.

SOBRE O PROGRAMA

O Programa de Atenção à Saúde e Valorização do Professor tem a proposta de reabilitar, prevenir e promover a saúde do docente, prestando assistência e apoio a esses profissionais no desempenho de suas atividades. O programa oferece serviços gratuitos nas áreas de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Serviço Social e Psicologia. O programa vem promovendo, ainda, campanhas como o Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, realizadas em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado (SESAB).

No mês da saúde da mulher, governo do estado lança zap Respeita as Mina

A Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado (SPM-BA) lançou, no último dia 19, o projeto piloto do "Zap Respeita as Mina", um software programado que utiliza inteligência artificial para gerar respostas referentes à violência doméstica e familiar, além de permitir o acesso por mensagem a atendentes em contato direto com o serviço 190 da Polícia Militar para os casos de emergência. "Neste Outubro Rosa, temos reforçado nossas ações de conscientização e o enfrentamento do câncer de mama, mas o cuidado com as mulheres precisa ir além. É muito simbólico e importante lançar esta nova ferramenta justamente neste mês de tanto cuidado e atenção com elas. E este cuidado deve ser permanente, durante todo o ano", afirmou o governador Rui Costa.

Para acessar o Zap Respeita as Mina, por meio do número 71 9909-9322, as mulheres poderão pedir ajuda, em caso de emergência, enviando uma mensagem para uma das

atendentes. Todo o diálogo será apenas por mensagem de texto, uma opção para mulheres que não podem realizar uma ligação telefônica por estar no mesmo ambiente que o agressor. Ao se certificarem da gravidade da situação, as atendentes poderão acionar a polícia.

A usuária poderá também optar por obter orientações e informações acerca dos órgãos que compõem a rede de atenção à mulher em situação de violência e as atribuições de cada um deles; da central de atendimento à mulher (Ligue 180); de como fazer uma denúncia; como obter uma medida protetiva de urgência; ou que fazer em caso de violência sexual, entre outras informações. Para isso, a pessoa deverá clicar no link que estará disponível assim que acessar o sistema.

Outra opção é acessar o site da SPM-BA, www.mulheres.ba.gov.br. Ao entrar no site e clicar no ícone do Zap Respeita as Mina, a usuária será direcionada ao chatbot, um software programado que utiliza inteligência artificial,



para orientações e informações. Ao se conectar, a pessoa digita o número correspondente à opção que deseja e obtém as informações e orientações de forma rápida. Mensagens também poderão ser encaminhadas às atendentes de plantão por meio de webchat.

A secretária da SPM-BA, Julieta Palmeira, destaca o pioneirismo do serviço na área de enfrentamento à violência e o apoio da Secretaria de Segurança Pública (SSP) à iniciativa. "Esse serviço é uma alternativa importante por orientar sobre a violência de gênero e permitir também o pedido

de ajuda por meio de mensagem, sendo mais uma opção para a mulher nos casos de emergência. Soma-se a outras iniciativas e serviços sempre buscando ampliar o acesso à denúncia e pedido de proteção principalmente durante a COVID-19. Agradecemos o apoio da SSP nessa nova

ferramenta", disse.

O secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, ressaltou a importância de somar esforços para combater a violência contra as mulheres e destacou outros canais em atividade. "Além do serviço de 190 e os atendimentos da Ronda Maria da Penha e das Deams, destacamos que a nova Delegacia Digital garante também um atendimento rápido para as vítimas, sem a necessidade, no primeiro momento, de se dirigirem até uma unidade convencional de forma presencial", salientou o secretário.

Em estudo divulgado recentemente pelo Banco Mundial, as opções de webchat e whatsapp para denúncia de violência contra a mulher são apontadas como alternativa para ajudar a diminuir os riscos e o medo de as mulheres serem ouvidas por seus agressores, especialmente nesses tempos de pandemia. Do mesmo modo, o registro de casos por boletim de ocorrência eletrônico a exemplo da delegacia digital.

Bahia deve registrar mais de 6 mil novos casos de câncer de mama

Em 2020, a Bahia registrará 3.460 novos casos de câncer de mama. Destes, 1.180 em Salvador. A estimativa é do Instituto Nacional do Câncer (Inca), que explica: o câncer de mama é uma doença causada pela multiplicação desordenada de células da mama. Esse processo gera células anormais que se multiplicam, formando um tumor. Há vários tipos de câncer de mama. Por isso, a doença pode evoluir de diferentes formas. Alguns tipos têm desenvolvimento rápido, enquanto outros crescem mais lentamente. Esses comporta-

mentos distintos se devem a características próprias de cada tumor.

Múltiplos fatores estão envolvidos na etiologia do câncer de mama, assim explicam os especialistas do Inca, entre eles estão: idade da primeira menstruação (menor do que 12 anos); menopausa após os 55 anos; mulheres que nunca engravidaram ou nunca tiveram filhos (nulíparidade); primeira gravidez após os 30 anos; uso de alguns anticoncepcionais e terapia de reposição hormonal (TRH) na menopausa, especialmente se por tempo prolongado; exposição à radiação ionizante; consumo



HÁ VÁRIOS tipos de câncer de mama. Por isso, a doença pode evoluir de diferentes formas. Alguns tipos têm desenvolvimento rápido, enquanto outros crescem mais lentamente

de bebidas alcoólicas; dietas hipercalóricas; sedentarismo e predisposição genética.

Hoje, os médicos recomendam a identificação da doença em estágios iniciais por intermédio das estratégias de detecção precoce, pautadas nas ações de rastreamento e diagnós-

tico precoce. A mamografia bial para as mulheres na faixa etária estabelecida é a estratégia de rastreio indicada, enquanto o diagnóstico precoce é formado pelo tripé: população alerta para os sinais e sintomas suspeitos; profissionais de saúde capacitados para avaliar os casos

suspeitos; e sistemas e serviços de saúde preparados para garantir a confirmação diagnóstica oportuna e com qualidade.

O tratamento do câncer de mama depende da fase em que a doença se encontra e do tipo do tumor. Pode incluir cirurgia, radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia

e terapia biológica (terapia alvo). Quando a doença é diagnosticada no início, o tratamento tem maior potencial curativo. No caso de uma doença já possuir metástases (quando o câncer se espalhou para outros órgãos), o tratamento busca prolongar a sobrevida e melhorar a qualidade de vida.



O SECRETÁRIO da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, explica que a iniciativa faz parte da programação da Sesab para o Outubro Rosa

Governo do Estado realiza 10 mil mamografias em Salvador

Com o objetivo de reduzir os casos mais graves da doença, o Governo do Estado assegurou a realização de 10 mil mamografias na capital baiana, por meio da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). As mulheres de 40 a 69 anos, residentes em Salvador, puderam agendar pela internet (saes.saude.ba.gov.br) ou pelo telefone 0800-071-4000. As mamografias estão sendo feitas exclusivamente com horário agendado previamente, para evitar aglomeração.

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, explica que a iniciativa faz parte da programação da Sesab para o Outubro Rosa, movimento internacional criado em 1990 que estimula empresas, população e entidades a trabalhar na detecção precoce e tratamento do câncer de mama. "A principal causa de morte por câncer entre mulheres se dá pelo câncer de

mama e o diagnóstico precoce pode levar à cura. Além disso, quando precocemente descoberto pode-se evitar o procedimento cirúrgico de retirar a mama por completo, o que, para algumas mulheres, é como uma mutilação, ou ainda evitar procedimentos complementares como quimioterapia ou radioterapia, aumentando a sobrevida dessas pacientes e reduzindo a morbidade", afirma o secretário.

As unidades móveis ainda estão realizando exames na Vila Militar dos Dendzeiros (até 31/10), na Mansão do Caminho (até 13/11), no Lar Harmonia (entre 29/10 e 31/10), na UPA de São Caetano (entre 03/11 e 13/11) e na Unidade de Emergência Mãe Hilda de Jitolú (entre 05/11 e 10/11). No entanto, todas as vagas destinadas à realização dos procedimentos já foram agendadas ao longo deste mês de outubro, o que comprova o êxito da ação.

Hospital da Mulher, referência nacional na saúde para mulher

Referência nacional no atendimento à saúde da mulher, o Hospital da Mulher, inaugurado pelo governador Rui Costa em janeiro de 2017, realizou punções de mama guiadas por ultrassonografia para diagnóstico do câncer de mama ao longo deste mês de outubro. A ação foi idealizada em parceria com as Policlínicas Regionais de Saúde, outro projeto de sucesso do chefe do executivo baiano na área da saúde.

Os procedimentos, que ainda estão sendo realizados por equipes multiprofissionais do hospital, tem no roteiro todas as 16 policlínicas que já foram entregues pelo Governo do Estado na gestão Rui Costa. A Policlínica de Santo Antônio de Jesus foi a primeira a participar da ação, nos dias 2 e 3 de outubro. Ao todo, cerca de mil mulheres serão beneficiadas durante toda a campanha.

Desde a inauguração da unidade, o Hospital da Mulher realizou mais de 880 mil exames e procedimentos como punções, mamografias e estereotaxia, além de mais de 30 mil cirurgias. Cada Policlínica classificou as pacientes com perfil necessário à participação na ação. Em seguida, foram

agendadas e disponibilizadas às pacientes as datas dos procedimentos com especialista do Hospital da Mulher.

A realização dos procedimentos seguirá durante o mês de novembro. Após a realização, identificada a necessidade de tratamento, a paciente será encaminhada para Hospital da Mulher, localizado no bairro do Roma, em Salvador. "Nós temos o maior e melhor Hospital da Mulher do país. A realização desta ação proativa de identificação de casos da doença para tratamento é fundamental para salvar vidas de milhares de mulheres em toda a Bahia", afirma o governador, que lembra com tristeza o enfrentamento da doença em sua família. "Sempre destaco a importância do diagnóstico precoce porque enfrentei essa doença dentro de casa, quando minha mãe foi diagnosticada com câncer ainda jovem. Infelizmente, perdi minha mãe, mas não podemos perder mais mães de família por falta de diagnóstico e tratamento. Este é o meu desafio", completou.

A diretora geral da Policlínica Regional de Saúde de Jequié, Ignês Lopes, destacou a importância do pro-



to. "Essa ação é incrível, porque essas mulheres fazem o procedimento e têm garantia do encaminhamento, caso elas precisem, para o Hospital da Mulher. Então estamos muito felizes de trazer esse acesso próximo de onde elas moram e ao mesmo tempo proporcionar resolutividade".

Todos os fluxos da ação são realizados em acordo

com os protocolos de saúde e segurança preconizados pela Sesab, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS).

A participante Analu Santos veio de Ubatã para ser atendida. "Achei excelente, todo mundo muito educado e foi rapidinho o procedimento. Facilitou muito minha vida esse atendimento aqui, senão eu le-

varia mais tempo para ir em Salvador".

"Esta ação vem para atender uma demanda já existente de pacientes com lesões na mama. Nosso objetivo é, principalmente no meio dessa pandemia, levar parte do Serviço de Mastologia até a paciente e a região delas, de maneira que as pacientes não precisem se deslocar para Salvador",

explicou o coordenador do Serviço de Mastologia do Hospital da Mulher, André Dias.

Além de Jequié, a ação já passou pelas policlínicas de Guanambi, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Alagoinhas e Feira de Santana. Para a diretora geral da Policlínica Regional de Feira de Santana, Monique Seixas, o momento é gratificante. "A gente percebe a felicidade das mulheres quando chegam aqui. As equipes são envolvidas e isso motiva ainda mais. Fortalece a rede para que os diagnósticos e, consequentemente, os devidos tratamentos ocorram de forma mais rápida e essa é a nossa proposta".

CONSCIENTIZAÇÃO

Além da ação itinerante nas policlínicas regionais, o Hospital da Mulher também tem promovido uma série de ações educativas para pacientes e colaboradores durante o Outubro Rosa. Nas últimas semanas, a unidade abordou o conceito, detecção, prevenção, mitos e verdades em torno da doença que, conforme estimativa do Instituto Nacional do Câncer, deve acometer mais de 60 mil mulheres em 2020 no Brasil.

Cinema e música também entram na humanização do tratamento

A humanização no cuidado às pacientes é um dos pilares do Hospital da Mulher. Durante todo o ano, através da Comissão de Humanização, a unidade promove práticas integrativas, ações de saúde, beleza e bem-estar. Este mês, devido à Campanha Outubro Rosa, as práticas têm sido intensificadas com palestras informativas, musicoterapia

e sessões de cinema, entre outras atividades. "É uma forma de chamarmos a atenção para esta causa tão importante, que é a conscientização e prevenção ao câncer de mama", pontuou a coordenadora de enfermagem do Serviço de Oncologia Clínica, Milena Durães.

A surpresa de ser recebida com música na primeira sessão de quimioterapia

fez da manhã da paciente Fabiana Ribeiro mais leve. Vinda de Juazeiro, interior baiano, Fabiana se alegrou e cantou junto com os artistas durante a musicoterapia realizada na última semana. "Gostei muito das músicas! A gente fica mais calma, confiante. Muitas vezes o que precisamos é só de uma palavra que deixe a gente mais forte e isso pode vir através

da música", contou.

Para a paciente Elenilda Pereira, ser transportada para a telona do cinema e mergulhar na história exitosa foi o que fez da sessão de quimioterapia uma experiência única. Além da possibilidade de se distrair durante o tratamento no hospital, a ocasião permitiu que Elenilda tivesse o primeiro contato com o cinema, mes-

mo o não-tradicional.

"Essa foi a minha primeira experiência com uma sessão de cinema; estou achando ótimo, porque eu estava bastante ansiosa e agora acalmei. É muito bom para a gente", contou Elenilda, que se divertiu com a exibição da comédia 'Minha Mãe é uma Peça'.

De acordo com a coordenadora do Serviço de Psi-

cológia do Hospital da Mulher, Mariana Britto, a sessão de cinema promovida pelo Serviço de Oncologia do Hospital é mais um recurso que entra no fortalecimento do cuidado com as pacientes. "Pode inclusive ter um efeito terapêutico, já que ajuda a relaxar e distrair as pacientes no momento da quimioterapia", afirmou Mariana.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/10/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 25 de Outubro de 2020 - 21:20

Com alta da moeda, Banco Central registra recorde de remessas de dólares para Brasil

Com a alta do dólar, as remessas da moeda americana feitas por brasileiros que vivem no exterior para familiares no Brasil têm batido recordes.

De acordo com informações da Agência Brasil, dados do Banco Central (BC) indicam que em setembro foram registradas US\$ 293 milhões de receitas de transferências pessoais. O valor é o maior volume para o mês de setembro, na série histórica, iniciada em 1995. No ano passado o total foi de US\$ 248,6 milhões.

Ainda segundo a publicação, de janeiro a setembro de 2020 US\$ 2,407 bilhões foram enviados ao Brasil, o que corresponde a um acréscimo de 11,6% em relação ao período no ano passado.

Para o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a alta do dólar faz com que a conversão para reais no Brasil represente um volume maior de recursos, o que pode incentivar brasileiros residentes no exterior a mandarem mais dinheiro ao país de origem.

“Como a pessoa no exterior que está mandando para seus parentes no Brasil sabe que aquela mesma quantidade de dólares que manda sempre vai representar uma quantidade maior, pode ter um incentivo para aumentar esse fluxo em dólares”, disse, ao apresentar o relatório das contas externas, na última sexta-feira (23).

Por outro lado, a valorização da moeda americana tem desestimulado o envio de recursos do Brasil para fora. Em setembro deste ano, as transferências chegaram a US\$ 128 milhões, o que representa uma queda de 18,9% na comparação com o mesmo mês de 2019. No acumulado do ano até setembro, o valor chegou a US\$ 1,065 bilhão, que corresponde a um recuo de 31,1% comparado a igual período de 2019.

A maior parte do dinheiro transferido para o Brasil vem dos Estados Unidos. Esse setembro, o volume chegou a US\$ 147,2 milhões. Outros US\$ 57 milhões vieram do Reino Unido, US\$ 17 milhões de Portugal, US\$ 9,8 milhões da Espanha, US\$ 7,7 milhões da Itália e US\$ 7,6 milhões do Japão.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/10/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 25 de Outubro de 2020 - 16:00

Indústria têxtil projeta recuperação ao patamar pré-pandemia durante o natal



Com 75% de capacidade de produção ocupada, a indústria têxtil brasileira está trabalhando com previsões positivas para o final de 2020.

De acordo com o jornal O Globo, o setor espera alcançar no Natal deste ano, os mesmos índices de 2019.

A estimativa alavancou a escalada de produção, que chegou a patamar de 15% da produção ocupada em abril.

O segmento têxtil da Bahia vai ganhar novo empreendimento, com a instalação de uma unidade industrial da Nova Tecelagem e Fiação Oeste S/A, no município de Luís Eduardo Magalhães. A companhia prevê investimento de R\$ 100 milhões e geração de 800 empregos diretos e indiretos ([saiba mais aqui](#)).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/10/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 25 de Outubro de 2020 - 14:00

Sesab realiza 360 mamografias em Salvador em parceria com PM

Para auxiliar mulheres a fazerem a mamografia - principal exame para descobrir o câncer de mama -, o efetivo da 41ª Companhia Independente da Polícia Militar se uniu às equipes da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), em um grande mutirão nesta semana.

Trezentos e sessenta mulheres, com idades entre 40 e 69 anos, sem histórico de cirurgias mamárias e que não realizaram o exame no último ano, foram atendidas por especialistas da clínica Delfin Medicina Diagnóstica entre a quinta-feira (22) e o sábado (24).

Um ônibus itinerante do Programa Estadual de Rastreamento do Câncer de Mama da Sesab estacionou em frente a sede da unidade, na rua Agnelo Brito, e assistiu as pacientes, divididas em 120 mulheres por turno, em horários previamente marcados, seguindo todos os protocolos para evitar a disseminação da covid-19 (novo Coronavírus).

“A SSP tem sido um grande exemplo nas ações sociais voltadas às mulheres com câncer, a exemplo da campanha Ligadas por Fios. Nossa corporação segue o mesmo modelo, com iniciativas do Outubro Rosa”, contou o comandante da 41ª CIPM, major Anderson Santos Rodrigues.

Equipes da Base Comunitária de Segurança (BCS) do Calabar também participaram, dando total suporte o longo dos três dias de ação.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/10/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 24 de Outubro de 2020 - 19:00

Resgates superam investimentos no Tesouro Direto em R\$ 168,48 milhões

por Folhapress

Os resgates do Tesouro Direto superaram as emissões pelo terceiro mês seguido. Em setembro, foram realizadas 403.225 operações de investimento em títulos do Tesouro Direto, no valor de R\$ 1,86 bilhão. Durante esse mês, os resgates foram de R\$ 2,02 bilhões. Dessa forma, houve retirada líquida de R\$ 168,48 milhões. Os dados foram divulgados hoje (23) pela Secretaria do Tesouro Nacional, em Brasília. As informações são da Agência Brasil.

As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 67,42% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R\$ 4.602,00.

Segundo o Tesouro Nacional, os títulos mais demandados pelos investidores foram os indexados à taxa Selic (Tesouro Selic), que somaram R\$ 740,66 milhões, representando 39,91% das vendas.

Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) totalizaram, em vendas, R\$ 656,95 milhões e corresponderam a 35,40% do total, enquanto os títulos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) atingiram R\$ 458,03 milhões em vendas, ou 24,68% do total.

Nas recompras (resgates antecipados), também predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R\$ 1,22 bilhão (60,42%). Os títulos remunerados por índices de preços (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) alcançaram R\$ 514,25 milhões (25,41%), e os prefixados, R\$ 286,79 milhões (14,17%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre um e cinco anos, que alcançaram 45,58% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 26,67%, enquanto os títulos com vencimento de 5 a 10 anos corresponderam a 27,75% do total.

ESTOQUE

Em setembro de 2020, o estoque do Tesouro Direto ficou em R\$ 61,49 bilhões, aumento de 0,41% em relação a agosto (R\$ 61,24 bilhões).

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque, somando R\$ 29,99 bilhões, ou 48,78% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R\$ 19,44 bilhões (31,63%), e os títulos prefixados: R\$ 12,05 bilhões, com 19,60% do total.

Quanto ao perfil de vencimento dos títulos em estoque, a parcela com vencimento em até um ano fechou o mês em R\$ 3,68 bilhões, ou 5,99% do total. A parcela do estoque vincendo de 1 a 5 anos foi de R\$ 36,07 bilhões (58,65%) e o percentual acima de 5 anos foi de R\$ 21,74

bilhões (35,35%).

O total de investidores ativos no Tesouro Direto, isto é, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no programa, atingiu 1.359.609 pessoas em setembro, um aumento de 14.954 investidores no mês.

O total de investidores ativos no Tesouro Direto, isto é, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no programa, é de 1.359.609 pessoas em setembro, um aumento de 14.954 investidores no mês. Já o número de investidores cadastrados no programa chegou a 8.386.216 pessoas.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 23/10/2020	Caderno: Notícias



RUI INVESTE R\$ 35 MI EM NOVAS ESCOLAS DE LAURO



23 Outubro, 2020

Em agenda no município de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nesta sexta-feira (23), o governador Rui Costa, acompanhado pelo secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, anunciou a construção de duas novas escolas em Lauro de Freitas, com investimentos de R\$ 35 milhões. Na oportunidade, os gestores visitaram o terreno onde será construída a nova escola que atenderá a comunidade escolar do Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia da Informação e Comunicação (CEEP-TIC). A outra unidade escolar será no bairro de Portão.

“Vamos construir dois colégios aqui, em Lauro de Freitas. Um, que será o novo CEEP-TIC, e outro em Portão. As duas escolas juntas vão custar R\$ 35 milhões e terão quadra coberta, campo com grama sintética, laboratório e uma piscina, para que nossos jovens possam se interessar pelo esporte”, destacou Rui.

O secretário Jerônimo ressaltou a preocupação do Governo do Estado com a requalificação da infraestrutura das escolas. “Estamos com o planejamento de 60 novas escolas até 2022 e, mesmo com a pandemia, estamos mantendo as obras com todos os cuidados sanitários para a prevenção da COVID-19. Nesta passagem por Lauro também pude percorrer as atuais instalações do CEEP-TIC e conversar com os dirigentes e a comunidade escolar. E tive a grata surpresa de conhecer o trabalho artístico do professor Lúcio José, que está estampado nas paredes das salas de aula”.

O professor de Língua Portuguesa e vice-diretor do CEEP-TIC, Lúcio José, aproveitou a suspensão das aulas para se dedicar à antiga paixão. “Realizarei este trabalho de grafite nas dez salas de aula, utilizando um tema para cada espaço. Infelizmente, não pude trazer os estudantes para evitar aglomeração, mas esta prática é incentivada no aprendizado deles, durante o ano letivo, culminando no Sarau Cultural,” explicou.

mercado

Quase 60% dos consumidores têm adiado compras de bens ou serviços

Pesquisa do FGV Ibre aponta que brasileiros estão cautelosos por temor de desemprego e vírus

Eduardo Cuculo
Júlia Moura

SÃO PAULO A pandemia levou quase 60% dos consumidores a adiar a compra de bens e serviços. Segundo sondagem especial realizada pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) feita com 1.171 pessoas, 58% dos brasileiros frearam o consumo.

O principal motivo apontado para adiar as compras é a incerteza com relação à pandemia de Covid-19 (53%), crise sanitária que levou às restrições de circulação, inibindo o consumo, e gerou insegurança em relação ao futuro.

Os consumidores também afirmam que estão poupando por precaução (31%), estão com medo do desemprego de alguém na família (19%) ou com dificuldade de obter emprego (15%).

Entre as famílias com renda de até R\$ 1.000, 34% relatam como motivo a dificuldade de obter emprego, praticamente o mesmo percentual dos que citam as incertezas com a pandemia (35%).

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a taxa de desemprego chegou a 14% em setembro, maior percentual da série histórica da Prad Covid, pesquisa criada para mensurar os efeitos da pandemia. A taxa é maior entre mulheres (17%) e negros (16%).

Outra razão para o freio nos gastos apontada na pesquisa

de Ibre é a falta de recursos —cerca de 10% dizem não ter como pagar as contas. A perda de renda com o fim dos benefícios emergenciais é citada por 7% dos entrevistados.

Entre os 11,1% que apontam outros motivos, muitos relataram a redução de consumo por causa da alta de preços. Em outubro, a prévia da inflação (IPCA 15) acendeu para 0,94%, o maior valor para o mês desde 1995.

"O consumidor continua se mantendo bastante cauteloso em relação à compra de bens ou serviços. Esse percentual é mais alto para as faixas de renda mais baixas, que foram as que mais sofreram na pandemia, com perda de emprego e suspensão de contrato de trabalho e estão com nível de endividamento mais alto", afirma Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das sondagens do FGV Ibre.

"Nas faixas de renda mais alta, grande parte está poupando por precaução, mas isso está acontecendo também nas faixas de renda mais baixas, pelo medo do desemprego de uma nova onda da pandemia", diz a coordenadora.

O cenário ideal é aquele que o auxílio deixa de existir ou diminuir o efeito poupança tende a voltar para a economia", disse Campos Neto.

Nos últimos documentos oficiais, o BC mostrou preocupação com o fim do auxílio emergencial e suas consequências sobre o nível de consumo e a economia. Apesar disso, uma autoridade monetária tem reforçado a necessidade do fim do benefício, dado seu impacto negativo sobre os cofres públicos.

O professor de economia da UnB (Universidade de Brasília), Roberto Piscitelli, no entanto, alerta que o montante guardado pode não voltar imediatamente à economia.

"A poupança provavelmente não será automaticamente

revertida em consumo depois de dezembro e mesmo que isso ocorra é difícil imaginar que se dê na mesma intensidade de velocidade".

Para ele, caso o cenário traçado pelo BC se concretize, as consequências econômicas e sociais serão acentuadas. "A população de baixa renda será penalizada, especialmente no Norte e no Nordeste, onde o auxílio teve mais efeito e onde as economias das classes mais altas não devem compensar o fim do benefício", ponderou.

O especialista destacou ainda que o mercado de trabalho pode demorar a responder a esse tipo de estímulo. "Enquanto isso, os mais pobres ficarão desassistidos", disse.

Piscitelli lembrou também que o consumo gerado pelo auxílio emergencial foi ponderadamente de itens essenciais, como alimentos, e não de bens duráveis. "Isso não alavanca a economia e a indústria", avalia.

Entre os consumidores analisados no estudo do BC, estão os superpovos. O coordenador do curso de economia da Universidade Católica de Brasília, Matheus Silva de Paiva, ressaltou que esse grupo tradicionalmente gasta fora do país.

"Eles foram impedidos de viajar e devem continuar consumindo em outros países quando o consumo acabar", diz.

Em sua visão, esperar uma retomada com base no consumo, sem investimentos, pode significar repetir o que consideramos erros de gestão do governo Lula (2007-2011).

"Além disso, é preciso insistir nas reformas estruturais, ou vamos experimentar voos de galinha [pequenos avanços seguidos de quedas]", argumentou.

Dados mostram que o brasileiro guardou dinheiro du-

milhões melhoraram em outubro em relação à pesquisa semelhante realizada em julho: cinema e teatro (de 80% para 64%), viajar de férias de avião ou ônibus (de 70% para 64%), frequentar bares e restaurantes (de 64% para 42%) e shopping centers (de 55% para 39%).

"Há uma propensão maior das pessoas voltarem aos shoppings do que, por exemplo, ir a cinema e teatro. Faz sentido, se você está indo para o shopping center, você começa a reduzir, como menos arroz e se acostuma a marcas mais baratas", diz o paulistano.

Serpa diz ainda ter reduzido de leis trabalhistas, e tratadas com cultura, algo difícil no Brasil", diz o paulistano.

O setor de cultura foi um dos mais impactados pela pandemia, com o fechamento de cinemas, teatros e casas de shows. Apesar da flexibilização da quarentena, ainda há resistência do consumidor a voltar a esses espaços, mesmo que fossem tomadas medidas de recuperação contra o vírus.

Esse temor, no entanto, está diminuindo. Segundo levantamento do FGV Ibre, os

lojas. Nos outros serviços há uma cautela maior dos consumidores", afirma Bittencourt.

Como mostrou reportagem da Folha deste domingo (25), dados do Monitor do PIB do FGV Ibre mostram que o consumo de bens voltou aos níveis anteriores à pandemia em julho e, em agosto, já estava 0,8% acima do nível de fevereiro. Nos serviços, ainda está cerca de 10% abaixo. Com isso, o consumo total ainda apresenta queda de 5,8%.

Os serviços são responsáveis por cerca de 30% dos empregos, o que faz com que a lenta retomada do setor se reflita no mercado de trabalho.

"A perda de renda com o fim dos benefícios não aparece como principal fator para a postergação de compras de bens e serviços. Isso chama a atenção. Nem nas rendas mais baixas o percentual é tão grande quanto a gente esperava, e acho que isso tem a ver muito mais com a questão do pagamento, do mercado de trabalho, do que dos benefícios mesmo", afirma a pesquisadora.

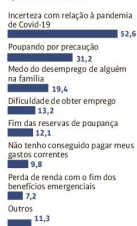
No mês passado, outra sondagem da instituição mostrou que mais de 25% das empresas previam ajustes na folha de pagamento. "Como o consumidor está muito cauteloso em relação ao consumo de serviços, esse setor é o que está tendo a maior dificuldade de recuperação e o que emprega 30% da população, por isso, tem dificuldade de cumprir a folha de pagamento."



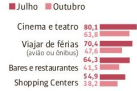
Você tem adiado compras de bens ou serviços por causa da pandemia?



Quais os motivos?*



Considerando a liberação das atividades abaixo, em qual lugar não iria sob hipótese alguma?



*Necessidade de múltiplas respostas. Fonte: Sondagem especial do Ibrg/FGV - outubro 2020

BC conta com poupança das classes média e alta para substituir auxílio

Larissa Garcia

BRASÍLIA Contando com o fim do auxílio emergencial no próximo ano, o Banco Central aposta na volta ao consumo daqueles que conseguiram poupar durante a pandemia para continuar a estimular a atividade, hoje dependente do auxílio pago pelo governo aos mais pobres.

No "cenário ideal" traçado pelo BC para o término do auxílio, as classes média e alta vão canalizar a poupança, que bateu recordes durante a pandemia, para o consumo, permitindo a manutenção do estímulo à atividade.

A autarquia se baseia em estudos próprios para as previsões. Um deles mostrou que o auxílio emergencial foi usado essencialmente para compras e pouco do benefício foi guardado para o futuro.

Outro levantamento sugere que a poupança foi formada pelas economias das classes mais altas, que deixaram de consumir pelas restrições impostas pelo distanciamento social e a falta de mobilidade, ou por incertezas.

Nesse documento, o BC mostra que pessoas de renda mais elevada (que variou de R\$ 4.000 a R\$ 20 milhões mensais) tiveram queda acentuada no consumo em abril, mês mais afetado pela pandemia da Covid-19. Nesse contexto, a retomada sugerida pelo BC viria da poupança feita por essa ampla faixa de renda, após o fim do auxílio emergencial pago aos mais pobres.

As duas pesquisas foram divulgadas no relatório de inflação da autarquia, publicado no fim de setembro.

"A massa salarial ampla foi quase que totalmente recomposta [pelos auxílios], mas o consumo caiu. Houve um aumento da poupança por par-

te da população de mais alta renda, que não teve acesso ao consumo de algum bem pelo distanciamento, por exemplo", afirmou o presidente do BC, Roberto Campos Neto, na ocasião.

"O cenário ideal é aquele que o auxílio deixa de existir ou diminuir o efeito poupança tende a voltar para a economia", disse Campos Neto.

Nos últimos documentos oficiais, o BC mostrou preocupação com o fim do auxílio emergencial e suas consequências sobre o nível de consumo e a economia. Apesar disso, uma autoridade monetária tem reforçado a necessidade do fim do benefício, dado seu impacto negativo sobre os cofres públicos.

O professor de economia da UnB (Universidade de Brasília), Roberto Piscitelli, no entanto, alerta que o montante guardado pode não voltar imediatamente à economia.

"A poupança provavelmente não será automaticamente

revertida em consumo depois de dezembro e mesmo que isso ocorra é difícil imaginar que se dê na mesma intensidade de velocidade".

Para ele, caso o cenário traçado pelo BC se concretize, as consequências econômicas e sociais serão acentuadas. "A população de baixa renda será penalizada, especialmente no Norte e no Nordeste, onde o auxílio teve mais efeito e onde as economias das classes mais altas não devem compensar o fim do benefício", ponderou.

O especialista destacou ainda que o mercado de trabalho pode demorar a responder a esse tipo de estímulo. "Enquanto isso, os mais pobres ficarão desassistidos", disse.

Piscitelli lembrou também que o consumo gerado pelo auxílio emergencial foi ponderadamente de itens essenciais, como alimentos, e não de bens duráveis. "Isso não alavanca a economia e a indústria", avalia.

Entre os consumidores analisados no estudo do BC, estão os superpovos. O coordenador do curso de economia da Universidade Católica de Brasília, Matheus Silva de Paiva, ressaltou que esse grupo tradicionalmente gasta fora do país.

"Eles foram impedidos de viajar e devem continuar consumindo em outros países quando o consumo acabar", diz.

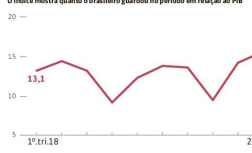
Em sua visão, esperar uma retomada com base no consumo, sem investimentos, pode significar repetir o que consideramos erros de gestão do governo Lula (2007-2011).

"Além disso, é preciso insistir nas reformas estruturais, ou vamos experimentar voos de galinha [pequenos avanços seguidos de quedas]", argumentou.

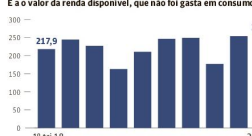
Dados mostram que o brasileiro guardou dinheiro du-

BC prevê retomada com poupança dos mais ricos

Taxa de poupança, em % do PIB



Poupança bruta, em R\$ bilhões



O brasileiro poupançou 10,4 bilhões a mais no 2º trimestre que no mesmo período do ano passado

Saldo da caderneta de poupança, em R\$ bi



Auxílio emergencial

Cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300 até dezembro

67,7 milhões de pessoas receberam

R\$ 228,4 bilhões já foram pagos

R\$ 321,8 bilhões é o custo total do programa (com a prorrogação)

Fonte: IBGE, Banco Central, Caixa Econômica e Ministério da Economia

“A poupança provavelmente não será automaticamente revertida em consumo depois de dezembro e mesmo que isso ocorra é difícil imaginar que se dê na mesma intensidade e velocidade

Roberto Piscitelli professor de economia da UnB

folhainvest

Compra de crédito de descarbonização deve chegar a 6 milhões nesta segunda

Setor comemora marca, ainda que seja menos da metade da meta prevista para o ano pela ANP

Júlia Moura

SÃO PAULO A compra obrigatória de CBios (créditos de descarbonização) por distribuidoras de combustíveis no Brasil deve bater a marca dos 6 milhões nesta segunda (26), segundo dados da Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar), entidade que representa as usinas do Centro-sul, produtoras de etanol e emissoras destes títulos.

Na última sexta-feira (23), a compra obrigatória de CBios no Brasil chegou a 5,86 milhões de créditos.

Cada título equivale a uma tonelada de dióxido de carbono que deixou de ser emitida na atmosfera com a produção de biocombustível em detrimento de combustíveis fósseis. O preço médio do CBio é R\$ 39, mas ele tem subido no último mês. A média da última semana foi R\$ 51, fechando perto de R\$ 58 na sexta, cerca de US\$ 10,32.

No estado americano da Califórnia, um título semelhante vale US\$ 200 (R\$ 1.126).

Apesar da marca de 6 milhões ser comemorada pelo setor, o número é menos da metade dos 14,5 milhões de créditos que os distribuidores devem comprar, segundo meta definida pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) para 2020, o primeiro ano de negociação dos créditos.

Os créditos começam a entrar no mercado em abril e, em setembro, o governo reduziu pela metade a meta de aquisição obrigatória de CBios, citando impactos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de combustíveis. Inicialmente, a meta de 2020 era de 28,7 milhões.

Além das distribuidoras, qualquer investidor, incluindo pessoa física, pode comprar CBios na Bolsa por meio do mercado de balcão.

Os CBios foram estrutura-



Terminal de Carga de Etanol da Copersucar em Paulínia (SP); empresa emitiu 2 milhões de CBios neste ano. Divulgação/Copersucar

dos pelo RenovaBio, programa lançado pelo Ministério de Minas e Energia em 2016 para atingir parte das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa estipuladas pelo Brasil no Acordo de Paris.

"O início da operacionalização do RenovaBio possibilita a ampliação da sustentabilidade da nossa matriz de transportes e se faz ainda mais pertinente neste momento do Brasil, com a questão ambiental", afirma Evandro Gussi, presidente da Unica.

"É a indústria mostrando a importância de se reduzir a emissão de carbono", diz.

O RenovaBio compara a pegada de carbono dos diferentes biocombustíveis em todo o seu ciclo, da produção à queima no veículo, paramen-

surar a redução de emissões proporcionada frente à alternativa fóssil. Com isso, o programa estabelece metas de descarbonização para cada distribuidora, cumpridas por meio do aumento do uso de combustíveis renováveis e pela comercialização de CBios.

Com as metas do RenovaBio, a produção nacional de etanol deve aumentar para 48 bilhões de litros em 2029. Para isso, as usinas deverão investir de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões na próxima década — nas duas últimas safras, a produção foi de cerca de 33 bilhões cada uma. As estimativas são do governo federal.

Não podem emitir CBios fazendas de cana-de-açúcar que tenham desmatado desde 2018 para ampliar a plan-

tação, ainda que legalmente.

"Em linhas gerais, um metro cúbico gera cerca de um CBio, dependendo de qual é a eficiência da usina. É um dinheiro líquido que entra", diz Cláudio Oliveira, vice-presidente de relações institucionais e desenvolvimento sustentável da Raizen.

A cada ano, as usinas devem certificar os seus dados de produção para emissão de novos CBios com uma certificadora terceirizada especializada, que valida a sustentabilidade do negócio. Quanto mais eficiência energética, mais créditos a usina pode emitir. Até o momento, são 22 usinas certificadas no país.

"O programa [RenovaBio] é fundamental para a transição para uma matriz ener-

gética mais limpa. Nenhuma outra iniciativa é tão complexa. Para emitir CBios, a usina tem que mostrar toda a produção, o que exige aperfeiçoamento. É muito mais que uma diferenciação tributária e uma mistura de biocombustível em combustíveis fósseis. Tem um alcance muito maior", afirmou Oliveira.

"A grande maioria da indústria se preocupou com isso e investiu dinheiro. Os CBios estão indo muito bem, superando a expectativa", diz Luis Roberto Pogetti, presidente do Conselho de Administração da Copersucar.

A Copersucar tem capacidade para emitir 6 milhões de CBios anualmente. Até o momento, foram 2 milhões. O custo para a empresa se cer-

tificar, registrar seus créditos e contratar banco custodiante, além de corretagem e imposto, somou R\$ 15 milhões.

"O retorno financeiro não é relevante. A preocupação do produtor no momento é que o programa se solidifique e crie raízes. Ele não está esperando demanda para emitir CBio. Queremos dar liquidez para o mercado, que deve ganhar força no futuro. A sociedade precisa mitigar a emissão de carbono", diz Pogetti.

Estão disponíveis no mercado brasileiro cerca de 11,6 milhões de títulos. Segundo a Unica, o volume de créditos será suficiente até o fim de 2020 para atender também pessoas físicas e jurídicas que queiram compensar suas próprias emissões de GEE ou especular em cima destes títulos, que não têm validade.

Segundo Fábio Alperowitch, gestor e sócio da Fama Investimentos, o volume de CBios negociado neste ano é pouco representativo, mas um bom primeiro passo sustentável.

"Estes números são ínfimos, mas são o melhor que nada. Do ponto de vista ambiental, porém, o CBio é pouco representativo porque não protege os biomas mais sensíveis. A esperança é que o mercado de carbono seja regulamentado."

Com a regulamentação, donos de terra na Amazônia seriam recompensados financeiramente por não desmatar, por exemplo, o que pode ter um impacto relevante na preservação da floresta.

"O mercado [de créditos de carbono] é pequeno, mas está crescendo muito. Dois terços do PIB mundial já têm carbono regulamentado. É um mercado gigantesco, representa muito dinheiro e pode ser o maior programa de transferência de renda da história. Quem precisa comprar crédito de carbono são os países ricos, e quem vende são os pobres", afirma Alperowitch.

Gussi, presidente da Unica, critica a falta de padronização do mercado e dos títulos para uma negociação internacional, o que poderia atrair o investimento estrangeiro.

"Como o Brasil tem o maior potencial de biocombustíveis do mundo, nenhum outro país tem capacidade de ter um número tão elevado de créditos de carbono", avalia.

Cresce busca por investimento coletivo em pequena empresa

SÃO PAULO Além do mercado de ações, outro beneficiário da queda da taxa de juros foi o equity crowdfunding, ou financiamento coletivo de empresas privadas. Segundo plataformas de captação, com a Selic na mínima histórica de 2% ao ano, a demanda cresceu, levando ofertas a arrecadarem mais do que o previsto.

"Está tendo muita procura, empresas captaram 130% da meta das ofertas", diz Gustavo Bertotti, economista da Messagem Investimentos.

"A queda da Selic foi um presente para o setor. Estamos com muita demanda", diz Leonardo Jianotti, cofundador da Platta, plataforma eletrônica de investimento coletivo e sócio-fundador da CWB Capital.

O equity crowdfunding é um financiamento coletivo voltado para pequenas e médias empresas. Ele acontece pela internet, via plataformas regulamentadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Nesse modelo, o investidor empresta uma determinada quantia à empresa e vira seu sócio. Caso a empresa cresça, ele pode receber dividendos, que geralmente superam 10% ao ano, ou vender sua participação por um valor maior. Se a empresa quebrar, o investidor fica sem receber e pode ter outros custos sendo sócio.

A modalidade é diferente do crowdfunding imobiliário, no qual investe-se via compra de cotas (títulos de dívida).

Há um limite de captação de até R\$ 5 milhões a cada 12 me-

ses por empresa, valor muito inferior ao limite mínimo de R\$ 100 milhões de captação de um IPO (oferta pública inicial, na sigla em inglês), por exemplo. Dessa forma, o equity crowdfunding se torna uma forma de captação para empresas de menor porte, sem capacidade de fazer um IPO.

Ofertas na Bolsa de Valores, cuja captação fica próxima do limite mínimo são chamadas de mini-IPOs. Com a possibilidade de captar até R\$ 5 milhões via financiamento coletivo, o economista Leonardo Jianotti, da Platta, chama as captações de equity crowdfunding de nano-IPO.

"Poucas vezes as captações alcançam R\$ 5 milhões. O que mais restringe o mercado é o limite de aporte por investidor de R\$ 10 mil por ano", diz Jianotti. No caso do investidor qualificado (com mais de R\$ 1 milhão investido), não há limite.

Na CVM, porém, está em discussão uma proposta para elevar o limite de captação para R\$ 10 milhões, aumentando também o faturamento bruto máximo da companhia para R\$ 30 milhões anualmente. Hoje, a companhia não pode ter faturado mais que R\$ 10 milhões no ano anterior. Segundo Jianotti, isso deve acelerar o mercado, abrindo as portas para empresas maiores.

Em agosto, a CVM flexibilizou a modalidade durante 2020 devido a uma maior demanda de capital das empresas durante a pandemia.

Antes, a CVM exigia que dois terços da meta estipulada fossem levantados para aprovação da captação e, agora, é necessário apenas metade. Além disso, empresas com receita bruta anual de até R\$ 5 milhões em balanço intermediário apurado entre 1º de janeiro e 31 de junho deste ano se tornaram elegíveis a captar via crowdfunding.

Na decisão, a CVM cita a "especial vulnerabilidade de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) à retração da atividade econômica e a dificuldade enfrentada por elas para financiar suas operações por meio da obtenção de crédito junto ao sistema bancário" como justificativa para a liberação. A CVM diz ainda que os nano-IPOs podem ser "fonte alternativa ou complementar para financiamento de capital de giro e para manutenção das operações dessas empresas durante o contexto crítico".

Em sua maioria, as empre-

sas que captam via equity crowdfunding são startups com pouco tempo de vida e sem muito caixa.

Segundo dados mais recentes, de 2019, houve um salto de ofertas lançadas em relação a 2018, de 56 para 81. O percentual de ofertas encerradas dentro da meta, porém, caiu de 82% para 74%.

"É um mercado que vai crescer muito. O investimento coletivo fomenta empresas que podem virar grandes com produtos inovadores. Geralmente, são iniciativas de setores que ainda estão iniciando no Brasil, como energia solar fotovoltaica", diz Bertotti.

Segundo o economista, há um risco elevado nestes aportes. "Geralmente, são projetos ariscados. A empresa tem que executar um planejamento que, no médio a longo prazo, pode não se bancar. Não é porque a empresa paga 10% a 12% ao ano que é um investimento seguro".

Bertotti também alerta pa-

ra o risco de golpes. No final de setembro, a CVM cancelou a autorização de funcionamento de uma plataforma de crowdfunding após suspender todas as suas ofertas em maio. Entre as irregularidades apontadas, estavam operação fraudulenta e falta de padrões de diligência.

"É preciso ter cuidado e procurar empresas e plataformas com aval da CVM, observando a organização societária. O investidor deve buscar o máximo de informação possível, olhando sempre a reputação da plataforma", diz Bertotti.

Segundo José Raymundo de Faria Júnior, planejador financeiro pela Planejar, outro fator na análise é a oferta, que deve estar de acordo com as regras da CVM.

"O investidor tem o risco de perder tudo. Cerca de 75% das empresas que entram depois de 10 anos de abertura. É preciso investir em mais de uma para compensar as que não dão certo", diz Faria Júnior.

Segundo ele, o investimento em nano-IPOs tem uma vida média de 3 a 5 anos e o mercado não tem liquidez para permitir a saída da empresa investida ainda, sem prejuízo. Também não há marcações a mercado para o valor da empresa.

"É arriscado, mas o retorno pode ser maior. É um ramo muito novo que tem espaço para crescer, impulsionado pela taxa de juros baixa", afirma Faria Júnior. Por ter um alto risco, o equity crowdfunding é indicado apenas para o investidor agressivo, que aceita mais risco na carteira, e tem tempo para estudar as empresas e seus ramos.

Para analisar a empresa, Faria Júnior recomenda se atentar à experiência da equipe que a comanda e aos seus sócios-fundadores.

"É importante que eles tenham experiência financeira e comercial dentro do ramo, o que dá mais chance de sucesso ao negócio".

"A análise é limitada porque startup não tem histórico de resultados, são poucos os dados a serem estudados. Avaliar o valor de uma pequena empresa em ascensão não tem nada a ver com a análise de grandes empresas."

O planejador financeiro recomenda que o investidor analise também o setor da companhia — se estiver em expansão e com espaço para novos concorrentes, pode ser um bom negócio.

Júlia Moura

Mercado de crowdfunding de investimento no Brasil

	Nº de plataformas	Nº de investidores	Investimento médio por investidor, em R\$	Nº médio de investidores por oferta
2016	4	1.099	7.591,38	46
2017	5	2.467	5.203,08	112
2018	14	8.966	5.131,20	195
2019	26	6.720	8.786,26	112

Fonte: CVM

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Risco crescente

Alta da inflação indica fragilidades na gestão da economia, que suscita desconfiança das empresas

A aceleração da inflação nos últimos meses constituiu um alerta claro de que há problemas na economia e de que qualquer deslize do governo poderá levar o país a um quadro de grande dificuldade.

O IPCA-15 subiu 0,94% em outubro, a maior alta para o mês em 25 anos. Pressões nos preços de alimentos, bens duráveis e transportes prevaleceram, mas, pela primeira vez em muitos meses, também houve aceleração em serviços e nas medidas que buscam capturar a tendência estrutural da inflação.

O resultado é um rápido aumento das projeções para 2020, que já superam 3% e nas próximas semanas podem crescer para ainda mais perto da meta de 4% fixada pelo Banco Central para este ano.

Por ora, pode-se considerar que a alta de preços está localizada em alguns setores, não sendo um fenômeno generalizado. É natural, por exemplo, que haja algum repasse de da desvalorização do real, que encarece itens importados, para os preços internos. A inflação no atacado, mais sensível à variação cambial, subiu nos últimos meses.

No caso dos alimentos, observa-se um impacto duplo, pois além da perda de valor do real há aumento dos preços em dólar, ocasionado pela demanda chinesa por itens como soja e proteína animal. Com a pandemia, além disso, houve perturbação nas cadeias de produção, com falta temporária de insumos e produtos, o que eleva os preços.

O risco é que essas altas, ainda concentradas e em parte de caráter temporário, se generalizem e afetem as expectativas para 2021. Nesse caso, os tradicionais mecanismos de indexação, hoje um tanto dormentes por causa da recessão e da elevada ociosidade produtiva, poderiam voltar com força.

No limite, o Banco Central talvez se veja na necessidade de subir os juros para evitar estouro das metas de inflação. Caso isso ocorra, a dívida pública, que se aproxima de 100% do Produto Interno Bruto, terá sua rolagem encarecida. Não se mostra implausível que a dificuldade do Tesouro em vender seus títulos no mercado se agrave.

Eis o ciclo clássico da insolvência, que no Brasil resultou no passado em inflação galopante. Para evitar esse cenário catastrófico, sobretudo para os mais pobres que não têm como se proteger no mercado financeiro, é preciso que o governo demonstre que o país não se desviará da rota do ajuste fiscal.

O tempo é curto e o caminho é um só — aprovar no Congresso um Orçamento para 2021 que mantenha a aderência ao teto de gastos e reformas que permitam redução de despesas obrigatórias.

Cabe ao presidente Jair Bolsonaro fazer a escolha. Se insistir nos sinais populistas que emitiu até agora — que levaram a maior parte das empresas a perder a confiança na política econômica — poderá levar o país ao desastre.

Retorno sensato

Prefeitura acerta ao reabrir escolas; protocolos de segurança contra Covid-19 são seu maior desafio

Quase um ano letivo inteiro se perdeu em razão da pandemia. Fechar escolas por tanto tempo e prejudicar o aprendizado de milhões de jovens só se tornou aceitável por que a providência se impôs pela prudência — e esta manda agora retroceder de forma organizada.

Meses e meses sem estudar, ou assistindo a aulas improvisadas em telas, abrem um rombo na capacidade de toda uma geração para a vida social e profissional. Os estudantes mais pobres sofrem o prejuízo pedagógico maior, pois dependem de conexões precárias, se é que têm acesso a elas.

Apenas por isso já se pode cumprimentar o município. O prefeito Bruno Covas (PSDB), candidato à reeleição, anunciou autorização para o funcionamento de escolas a partir de 3 de novembro — embora, inexplicavelmente, não tenha reaberto plenamente os parques.

A permissão vale para as redes municipal, estadual e particular, começando pelo ensino médio, de modo voluntário e com observância de medidas de segurança.

A implementação desses protocolos sanitários, como o uso de máscaras e álcool em gel, será o grande teste de um retorno precavido. Dúvidas sobre a capacidade

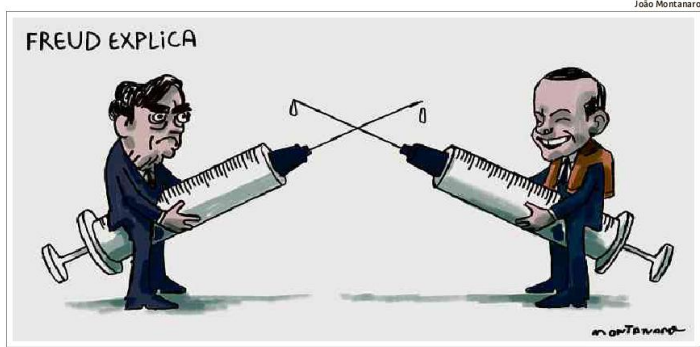
de poder público de garantir seu cumprimento foram, até aqui, o maior obstáculo para reabrir as salas de aula, quando ainda se conheciam pouco a Covid-19.

Informações importantes vão se acumulando, como as obtidas do censo sorológico providenciado pela prefeitura, que prevê aplicar testes para detectar anticorpos contra o coronavírus Sars-CoV-2 em todos os alunos e profissionais. Entre os 65,4 mil examinados, constatou-se que 13% haviam sido contaminados, dois terços dos quais adolescentes ou crianças.

Pesquisas realizadas em países que retomaram as aulas indicam ser baixo e administrável o risco de infecção no recinto escolar.

A decisão de receber primeiro os jovens de 14 a 19 anos se justifica por ser a faixa etária que mais circula no espaço urbano e se expõe ao contágio, não poucos pela necessidade imperiosa de trabalhar e reforçar a renda da família.

Não há mais como postergar o provimento de educação. A hora é de fiscalizar e fazer cumprir as medidas sanitárias nas escolas, reconhecendo que a expectativa de perfeição pode tornar-se a maior adversária do cumprimento de obrigações incontornáveis.



Vacina e política

Catarina Rochamonte

FORTALEZA O que pode o Estado? Dar uma resposta a essa questão a partir da reflexão sobre a passagem de uma condição de natureza para uma condição civil é marca dos pensadores contratualistas. Citemos dois. Para Thomas Hobbes, é o medo da morte e a necessidade de proteção contra ela que fundamentam a referida passagem e a eficácia do Estado depende da submissão absoluta do indivíduo, que abandona os seus direitos e aliena a sua liberdade em troca de proteção. Já para John Locke, apenas o direito de fazer justiça com as próprias mãos é abandonado, conservando-se o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

Locke é o pai do liberalismo; Hobbes foi o teórico do Leviatã. Pandemia, mortes, medos, máscaras, vacinação: tudo isso passa pelo debate sobre segurança e liberdade, sobre Estado e indivíduo. Mas o debate foi trocado pela brigada de egos e pela peçoada de quem só se move visando o ganho de capital político.

As incompetências e os crimes que causaram o agravamento da pande-

mia no Brasil estão espalhados, mas a briga entre Jair Bolsonaro e governador João Dória em torno da vacina contra a Covid-19 atingiu o auge da irresponsabilidade. Fazer alarde contra vacinação e desautorizar o ministro da Saúde em iniciativa correta em relação à compra de uma vacina que pode ser promissora não é a atitude que se espera de um presidente; alardear vacinação compulsória não é o que se espera de um governador.

Não importa se a vacina é chinesa; importa que seja segura e eficaz. Se for capaz de debelar a epidemia, a Coronavac deve ser adquirida e distribuída no SUS, ainda que por determinação judicial; ela ou qualquer outra que aparecer e que tenha comprovadas segurança e eficácia. Por outro lado, estabelecer a godamente vacinação obrigatória é imprudente e tentar vacinar "na marra" seria desastroso.

É necessário bom senso, mas o caminho da racionalidade e da prudência foi obstaculizado pelo fanatismo obscurantista e pela demagogia oportunista.

Assim estava escrito

Ana Cristina Rosa

BRASÍLIA Dia desses escrevi um texto narrando um fato que presencié e me impactou muito. Ao descrever o diálogo, não tubeiei por um instante sequer antes de tacar uns dois ou três "sic" — do latim sic erat scriptum, assim estava escrito.

Conteúdo publicado, recebi de um amigo a seguinte mensagem: "Da próxima vez, para registrar em escrita linguagem informal usada por terceiros sem referi-los, como é o caso, cancele o sic." A observação me intrigou por semanas.

Jamais havia me passado pela cabeça que pudesse ter cometido alguma impropriedade ao usar a expressão. Tampouco era minha intenção desprestigiar o interlocutor expondo o seu dizer como errado, ou atacar o pensamento alheio. Lendo Gabriel Nascimento, descobri que foi exatamente o que fiz.

Ao cometer o que é descrito pelo autor como epistêmico linguístico, a partir das obras de Sueli Carneiro e de Boaventura de Souza Santos, entendendo-se por epistêmico o extrínseco do pensamento do outro,

estava eu a desapropriar o sujeito de seu direito de produção do saber.

O uso de sic, mais comum nos textos acadêmicos, é forma desabonadora de corrigir item sintático ou lexical no sentido de expô-lo como errado. Em textos jornalísticos, serve para corrigir falas dos entrevistados.

Incrível como a escrita é um objeto de poder que pode ser usado como ferramenta de dominação para distinguir quem não tem fluência gramatical. Impor o que é certo ou errado, independente do costume. Sobrepor o culto ao popular. Mas não é só isso.

Para além da superfície, o epistêmico também exerce o papel de anular a possibilidade de compreensão de saberes tradicionais, que deixam de ser ouvidos, disseminados e compreendidos.

Lembrei das diversas línguas dos povos nativos do Brasil, conceituadas como dialetos frente à linguagem imposta pelos colonizadores; Quanta violência e sofrimento podem ser impelidos sem um toque no corpo físico. Afinal, assim estava escrito.

Um dia na vida do presidente

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO O Sr. Presidente da República acaba invariavelmente às 7 da manhã e, vestido de seu robe de chambre, tendo à cabeça uma touca de seda preta, dirige-se para o banheiro, onde toma um banho morno. Depois do banho, S. Exa. bebe um copo de leite e, pouco depois, serve-se de café, que deve ser forte, rejeitando-o quando assim não acontece. Em seguida, faz sua toilette e passa a ler os jornais, dirigindo-se depois para a sala particular de sua Exma. esposa, onde conversa com algum tempo, sempre com aquele modo frio, seco e pouco expansivo. As 11 horas, almoça e desce para a sala de despachos no palácio, onde examina os papéis e as questões que tem de decidir.

Durante o dia conserva-se na sala de despachos, em trabalho com os ministros que o procuram, ou vem à sala de audiências conferenciar com alguma pessoa sobre assunto importante. Nas terças-feiras dá audiências públicas no Salão Jardim, de 1 às 2 da tarde. À 13h30, toma S. Exa. um

copo de leite e, às 2, uma xícara de café, continuando na sala de despachos até às 6 da tarde, quando não há muito serviço.

Dirige-se a essa hora pela arcada interna do palácio para a sala de sua Exma. esposa e daí para a de jantar. É excessivamente sóbrio e não usa de vinho. Depois do jantar, conversa com a família e recebe as pessoas de sua amizade, ficando às vezes até meia-noite. Nunca altera a voz e até com certa dificuldade se faz ouvir. À hora de dormir, toma um banho morno e, em seguida, um copo de leite. Etc. etc.

O que se leu acima é parte de um texto de Ernesto Senna, o primeiro repórter brasileiro, publicado no jornal do Comércio, sobre um dia na vida do presidente Prudente de Moraes, que governou de 1894 a 1898.

Grandes tempos. O presidente da então jovem República não tomava medidas genocidas, não agredia as instituições, não protegia filhos corruptos, não mentia para a nação. Não fazia nada. Melhor assim.

Fraude e eleições

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Há justificada perplexidade em relação à governança eleitoral na maior democracia do mundo.

A criação de barreiras à participação de determinados segmentos do eleitorado é inédita nas democracias. As formas que essa exclusão potencial assume são variadas: exigências peculiares quanto ao voto pelo correio, problemas de acessibilidade às cabines de votação ou quanto à sua localização, além de exigências quanto à identificação do eleitor.

A situação é tão crítica que os estados com um histórico de práticas excludentes têm que submeter as alterações de procedimentos ao Departamento de Justiça. No passado, tais práticas consistiam de exigências como quitação de taxas individuais ou testes severos de alfabetização, o que acabava excluindo a população negra e/ou pobre.

Entre nós a exclusão dos setores pobres é muito mais complexa. A Lei Saraiva (1881) proibiu o voto dos analfabetos; legislação posterior referendou-a, mas a implementação era difícil. As coisas só mudaram na prática com a adoção, em 1955, da cédula oficial em substituição às fornecidas pelos próprios partidos, e que permitia a violação sutil do sigilo do voto.

Uma nova cédula exigia que o eleitor escrevesse o nome/número dos candidatos para os vários cargos, o que acarretou uma enorme expansão dos votos inválidos. A cédula distribuída pelos partidos já continha esta informação, o que permitia que os analfabetos votassem. Prevalência assim um equilíbrio perverso que permitia a sobrevivência política de elites rurais com controle histórico sobre um eleitorado cativo.

Os bastidores da reforma de 1955 estão disponíveis na forma de registro diário e detalhado das negociações políticas ocorridas entre 11 e 26 de agosto daquele ano, transcritas pelo paladino da reforma, Afonso Arinos, em suas memórias.

Tratava-se de uma das medidas da UDN contra o abuso de poder do getulismo, e contou com apoio ativo da Igreja Católica e do TSE, e pressão dos militares. O ator chave, o PSD (majoritário no Congresso), só retirou seu veto após garantia de que a cédula oficial também pudesse ser distribuída pelos partidos na eleição de 1955.

Esse estado de coisas foi simbolicamente alterado com a extensão do voto aos analfabetos pela emenda constitucional 25, de 1955; a mudança radical ocorreu em 2000, com a adoção da urna eletrônica. A porcentagem de votos em branco e nulos que era uma das maiores do mundo — a média para o período 1980-2000 chegou a inimagináveis 37%, enquanto na Costa Rica, Uruguai, Chile, Argentina girava em torno de 5% — caiu brutalmente.

Desde 2000 o Brasil é modelo de governança com altas taxas de comparecimento às urnas e baixas taxas de votos nulos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Privatização da Petrobras: um caso de jabuticaba brasileira

Estratégia das petrolíferas globais é possuir grande capacidade de refino

Luiz Pinguelli Rosa

Mestre em engenharia nuclear e doutor em física, é ex-secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima (2004-2015), ex-presidente da Eletrobras (2003-2004, governo Lula) e professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ

A privatização da Petrobras é o novo capítulo da crise política que se abateu sobre o país com o governo Jair Bolsonaro. Tendo em vista as implicações futuras para o país e para a sociedade brasileira, o tema merece um julgamento apurado.

Para driblar a necessidade legal de aprovação pelo Congresso da venda em fatias da empresa estatal, o caso foi submetido ao Supremo Tribunal Federal. No início, os primeiros votos foram contrários à distorção da lei e da Constituição, com base no entendimento de que a venda premeia as refinarias—Abreu e Lima, Landulpho Alves, Presidente Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini—deveria ser submetida ao Congresso, como manda a lei.

Entretanto, o presidente do Supremo, Luiz Fux, interrompeu a votação e mudou o processo decisório para, assim, autorizar a venda, como era a intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, um autoritário ultraliberal. Desse modo, a maioria dos ministros do STF atendeu aos interesses da classe dominante, contrários aos interesses do país, como mostrei a seguir.

A grande mídia noticiou o fato como vitória da Petrobras, o que confunde a opinião pública, pois a atual gestão da estatal indicada por Bolsonaro é ideologicamente contrária aos interesses nacionais, os quais incluem atender a demanda interna de derivados a preços justos, bem como desenvolver a exploração, a produção e a tecnologia, incluindo os biocombustíveis. Não basta dar lucro para os acionistas, em particular os norte-americanos.

À parte o interesse nacional, que cabe à gestão da estatal defender, o

próprio interesse da empresa energética está em jogo. A posição das maiores empresas petrolíferas do mundo é de possuir uma grande capacidade de refino, maior até que a de produção. A razão é simples: o preço internacional do barril de petróleo varia muito. Nos últimos anos foi de US\$ 100 a US\$ 20; logo, a margem de lucro na sua produção tem uma variação difícil de prever. Entre 2015 e 2016, o lucro líquido da Petrobras no refino foi maior do que na exploração e produção (E&P). Já em 2017, a situação se inverteu. A verticalização, englobando "upstream" (E&P) e "downstream", que inclui refino, transporte e distribuição, permite equilibrar o lucro da empresa.

A maior refinadora do mundo é a ExxonMobil, com 5,5 milhões de barris por dia (b/d), seguida pela Shell, com 4,2 milhões de b/d. Suas refinarias se espalham pelo mun-

do, pois são empresas globais. Atualmente, a ExxonMobil está expandindo sua capacidade de refino nos EUA. A capacidade de refino da Petrobras é de 2,4 milhões b/d. Por que vender o controle de suas refinarias? Será que a ExxonMobil e a Shell estão erradas?

O Brasil produz 2,7 milhões de b/d e consome cerca de 3 milhões de b/d, mas deixa ociosa cerca de 25% da capacidade de refino nacional, importando derivados principalmente dos EUA. Se a Petrobras diminuir um pouco os preços dos derivados, deslocaria os importados do mercado interno e aumentaria o seu faturamento, eliminando a capacidade ociosa de suas refinarias. Mas a política do governo é manter os preços no nível internacional e abrir o mercado.

Enquanto o presidente faz performances para o público, o ministro Paulo Guedes vende sorrateiramente pedaços da Petrobras e anuncia o mesmo para a Eletrobras. Já vendeu a preço de banana o controle de gásoduto e da distribuidora BR, da Petrobras. Agora, pretende apurar cerca de R\$ 50 bilhões com a venda do controle das refinarias—ou seja, uma ninharia, pois só de lucro em 2019 a Petrobras recebeu R\$ 40 bilhões. Ademais, as refinarias podem se voltar para a transição energética para reduzir emissões de CO₂, incorporando à produção do HVO ("hydro-treated vegetable oil"), o diesel verde, melhor que o biodiesel, como substituto ou aditivo do diesel.

Enfim, a privatização da Petrobras parece mais um caso de jabuticaba brasileira. Com a palavra, o almirante Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia.

[...]

Se a Petrobras diminuiu um pouco os preços dos derivados, deslocaria os importados do mercado interno e aumentaria o seu faturamento, eliminando a capacidade ociosa de suas refinarias. Mas a política do governo é manter os preços no nível internacional e abrir o mercado

Insegurança jurídica trava investimentos

Precisamos de estabilidade no longo prazo, sobretudo na infraestrutura

Luiz Felipe D'Avila

Cientista social, é fundador do Centro de Liderança Pública (CLP) e publisher do jornal digital Virtu News

A conhecida metáfora de que o Brasil perdeu o trem da história, tantas vezes aplicada com propriedade, parece não ser mais adequada para descrever o desempenho do país em relação a economias mais desenvolvidas. O atual recrudescimento da insegurança jurídica sugere que a nação subiu a bordo de um vagão qualquer, sem se dar conta de que a locomotiva estava em marcha à ré. O episódio da polêmica solução de um traficante internacional é o caso mais recente, mas está longe de ser o único. Poucos dias antes, em outra esfera do Judiciário, uma decisão desconsiderou cláusulas contratuais e cancelou a concessão para a exploração da Via Amarela, uma das vias expressas mais importantes do Rio de Janeiro.

Não é o caso de entrar no mérito dessas e de outras questões jurídicas. O que mais interessa ao Brasil é discutir o impacto deletério que tais iniciativas representam para a segurança institucional. O nosso ambiente jurídico está contaminado por decisões monocritéricas de membros das cortes superiores, instituições cuja relevância decorre justamente de sua natureza colegiada.

Ao mesmo tempo, mudanças radicais de interpretação das leis potencializam o grau de incerteza dos cidadãos. A diferença entre ser condenado e inocentado pode depender da turma do Supremo em que determinado caso for julgado, e não da observância estrita da Constituição.

Não seria justo, porém, jogar toda a culpa da insegurança jurídica no Judiciário. O Legislativo e o Executivo—nos níveis federal, estadual e municipal—também não ajudam. Para citar um único exemplo, o regime tributário brasileiro equivale a um cipal intrincado de leis e normas—algumas contraditórias entre si—que desafiam a paciência do contribuinte, sobretudo quando se trata de pessoas jurídicas.

O grande problema da insegurança jurídica é afugentar investimentos. A taxa de investimento tem sido insuficiente para gerar um crescimento capaz de absorver a mão de obra que, a cada ano, ingressa no merca-

do de trabalho. Está em torno de 15% do PIB, quando o mínimo aceitável é estimado em mais de 20%.

Grandes investimentos requerem uma perspectiva de estabilidade das regras no longo prazo, uma vez que muitos deles, sobretudo os de infraestrutura, exigem vários anos de maturação. Não à toa, a defesa da segurança jurídica é uma das metas em que o Centro de Liderança Pública (CLP) vem batendo desde sua fundação, há 12 anos. Há muitas outras. As pautas principais do CLP são a formação de lideranças públicas engajadas em aprovar medidas que fortaleçam a democracia, o crescimento sustentável, a justiça social e a melhoria da gestão pública.

Há ainda a defesa da manutenção do teto de gastos e das reformas estruturantes que fortalecem a democracia e o Estado de Direito. Por isso, em parceria com 20 instituições, o CLP criou o Unidos pelo Brasil, movimento que selecionou projetos de lei que já tramitam no Congresso para serem votados em regime de urgência a fim de colocar o país no trilho do crescimento. Se a agenda for aprovada, a economia crescerá 11,35% até 2025, recuperando a década perdida.

Obras intensivas em capital dependem de ambiente de negócios propício e de estabilidade das regras para serem viabilizadas. Embora atrasado, o Brasil ainda está em tempo de pegar o trem da história na direção certa—a direção do futuro.

[...]

A taxa de investimento tem sido insuficiente para gerar um crescimento capaz de absorver a mão de obra que, a cada ano, ingressa no mercado de trabalho. (...) Obras intensivas em capital dependem de ambiente de negócios propício e de estabilidade das regras para serem viabilizadas

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM **AMARELO** DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Ramos e Salles

Esse governo, além de ruim e corrupto, é chato ("General Ramos nega crise com Salles e diz que uma briga só ocorre quando há duas pessoas", Poder, 25/10). Essa turma "ideológica" brigando para impor ideias da idade do bronze, os militares interessados em manter o contracheque acima do teto legal, a família do presidente agindo como princesinhas birrentas. Devolvam o nosso Brasil.

Vilmar Dimas Nicolau (Curitiba, PR)

O general é chamado de "Maria foca" por outro ministro, os filhos do presidente endossam o comentário e no dia seguinte ele se comporta como se nada tivesse acontecido. Essa atitude leva a pensar que faz jus ao apelido e não se importa com a balbúrdia que se tornou o governo.

Denise Messer (Rio de Janeiro, RJ)

Meia verdade ou meia mentira: tem gente que briga consigo mesmo e com seus fantasmas. No Brasil, um governo que briga consigo mesmo!

Jones Dari Goettter (Dourados, MS)

Vale tudo para manter a boquinha dos generais no governo. Até humilhação. Esses militares envergavam e ajudam a destruir a nação.

Marli Moraes Garcia (Vitória, ES)

Fundo eleitoral

Jair Bolsonaro é do tipo "Faça o que eu digo e não o que eu faço, porque eu sempre vivi às custas do dinheiro público, e sou sem vergonha e vocês não" ("Após pai estimular boicote a candidatos que usam fundo, Carlos Bolsonaro se beneficia da verba", Painel, 25/10).

Paulo Braga (Salvador, BA)

Pois é, né? Tudo como previsto, só os cegos não ouviram.

Luiz Antonio (Florianópolis, SC)

Bolsonaro e o arroz

O cidadão que pediu para baixar o preço do arroz demonstrou ser mais digno do que o Bolsonaro. Ao ouvir a grosseria do presidente simplesmente virou as costas e foi embora ("Bolsonaro se irrita com quem pediu para baixar preço do arroz", Mercado).

Marina Gutierrez (Sertãozinho, SP)

Não sei quem é pior nesta história: quem reclama com um ser desprezível desses achando que vai ouvir uma solução ou o gênio que respon-

do com mais uma ignorância. Não é canetada, Bolsonaro, é fazer a gestão do país, em vez de bater perna para fazer campanha para 2022.

Douglas Marques (Rio de Janeiro, RJ)

Vacina obrigatória

Bateram tanto em Bolsonaro, e mais uma vez ele está certo ("Vacina contra Covid-19 não deve ser obrigatória na maior parte do mundo", Mundo).

João Braga (Marília, SP)

Acredito que só poderíamos falar em "obrigatoriedade" (se estendida a qualquer pessoa) se a vacina fosse hipoteticamente 100% eficaz e 100% segura, que sabemos ser impossível na prática. Caso contrário, como já ocorre com outras vacinas, a obrigatoriedade seria limitada a determinados grupos ou faixas etárias, para quem pretendesse viajar ao exterior ou para áreas endêmicas.

Tersio Gorrasi (São Paulo, SP)

Esquadrão da morte

O grande problema é que nunca houve sentimento de brasilidade na nossa sociedade ("As mortes do esquadrão", Ilustríssima, 25/10). Não temos projeto de nação. Pequenos grupos, porém muito poderosos, se prestam a agir de tal maneira que faz com que a riqueza produzida fique em suas mãos e sirva a interesses externos. Não imagino que o povo tenha força para alterar essa situação.

Samuel Fagundes (São Paulo, SP)

Marcus Melhem

"Marcus Melhem atuou de forma violenta com várias atrizes", diz defesa de vítimas de ex-diretor da TV Globo" (Ilustrada, 25/10). Como diria o Robinho: "...infelizmente existem essas feministas". Parabéns às atrizes e funcionárias que romperam o silêncio! O machismo é forte! Ser agarrada e trancada numa sala não é assédio? E ainda bem que existem mulheres que reagem!

Maria Alice Viveiros de Castro (Rio Claro, RJ)

Quem defende abusadores se identifica com eles e certamente teria as mesmas atitudes se tivesse oportunidade. Mas é importante que saiba que nós não estamos mais dispostas a deixar para lá. Abusador/estuprador tem que ser exposto, sim, tem que ser julgado, sim, e, principalmente, tem que ser condenado.

Camila Falcão Almeida (São Paulo, SP)

Não estou dizendo que o Marcus Melhem é culpado. Ele deve ter o direito de defesa ("Quero que tudo seja colocado às claras, expor a minha inocência e os meus erros", Ilustrada, 25/10). Mas sou pai de garotinha de seis anos e quero mundo melhor para ela. Fico triste e revoltado quando alguém diz que a culpa foi da vítima, seja pelas roupas, seja pelo comportamento.

Antônio Furtado de Macêdo Filho (Guarabira, PB)

Governo

Estou de saco cheio desse circo dos horrores.

Joana Plávia Batalha (Rio de Janeiro, RJ)



Colunista

Excelente o artigo de Marcos Lisboa ("Captura", Opinião, 25/10). Deputados e senadores deveriam ser selecionados pelo seu conhecimento da vida real do ambiente de negócios e pelo conhecimento da realidade de carências do povo. Infelizmente não é isso que importa.

Luiz Moura (Rio de Janeiro, RJ)

Ombudsman

Coincidência? Foi só o Boulos começar a crescer nas pesquisas ("O patrimônio de R\$ 579 de Boulos", 25/10). Ainda bem que temos uma ombudsman atenta. Parabéns.

Wiliam (Brasília, DF)

Itapemirim

Em recuperação judicial, os recursos de Ielões da Itapemirim nunca tiveram a devida prestação de contas ("Vamos participar de todas as concessões de aeroportos do país, diz dono do grupo Itapemirim", Mercado). Há indícios de desvios, tanto que o MP pediu indisponibilidade dos bens e afastamento da gestão do sr. Sidney Piva. A inviabilidade do plano aéreo é gritante, e a origem dos investimentos, nebulosa, com a empresa tendo uma dívida de R\$ 2,2 bilhões e faturamento de R\$ 289 milhões.

Paulo Adame, presidente da Associação de Credores e Ex-Funcionário Grupo Itapemirim (Cachoeiro de Itapemirim, ES)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MERCADO 18.0UT, PÁG. A26) Diferentemente do afirmado na coluna "Em defesa da PEC 45", de Samuel Pessoa, o Supremo Tribunal Federal não avaliou que o governo feriu a autonomia dos entes federados ao impor seu critério de "gasto com pessoal" em contratos de renegociação da dívida. A AGU não defendeu a constitucionalidade desse dispositivo no STF.

Reforma tributária e escolha social

Todos terão que perder simultaneamente para que todos possam se beneficiar

Samuel Pessó

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e da Julius Baer Family Office (JBFO). E doutor em economia pela USP

Há um argumento poderoso contrário ao projeto de emenda constitucional 45. O projeto, de autoria do deputado Bilela Rossi (MDB-SP) e que contou com suporte técnico do Centro de Cidadania Fiscal, promove uma profunda reforma dos impostos indiretos — ICS, ICMS, PIS, Cofins e IPI. O argumento contrário é que a reforma é demasiadamente ambiciosa. O sistema tributário frutifica construção institucional e, portanto, seu desenho mais geral, bem como os detalhes, foram fruto de um processo histórico.

Se nosso sistema tributário é muito complexo, e geram ineficiências e inúmeras ineficiências na produção e na decisão de investimento, isso se deve a um processo de escolha da sociedade. Não tem as atuais características porque algum erro maligno resolveu nos infernizá-los. Assim, deve-se aplicar um princípio conservador que Edmund Burke aprovaria: reformas institucionais devem ser incrementais e respeitosas ao status quo. O melhor, por essa visão, é partir de onde estamos e aprovar pequenas reformas, em geral

medidas infraconstitucionais, na direção da simplificação. O argumento acima parece correto e poderoso em tese. Aplica-se a quase todo processo de mudança institucional. Mas, no caso da reforma tributária, penso que está equivocado. O motivo é que, por detrás de cada complexidade, cada regime especial ou desoneração, há algum grupo da sociedade que tem interesse na manutenção da excepcionalidade. Como se diz em Brasília, jabuti não sobe em árvore. Assim, o caminho incremental

a negociação em bloco da reforma. Todos terão que perder simultaneamente. A perda de todos se trata, na verdade, de uma perda específica para cada grupo. Porém, como cada grupo participa do todo, todos se beneficiarão do impacto agregado da reforma. Como o nível de distorção e ineficiência gerada pelo sistema tributário é enorme, há uma possibilidade de que os diversos grupos de pressão percebam que os ganhos, advindos dos efeitos difusos da reforma, são superiores, em larga margem, às perdas localizadas. Com relação à reforma dos salários e complexos sistemas de tributação da produção, não há saída incremental possível. Teremos que ser revolucionários.

* Na semana passada afirmei que o STF deliberou que feria o princípio da autonomia

antes da Federação o fato de o Tesouro Nacional interpretar nos contratos de negociação de dívida com os estados, "gasto com pessoal" segundo seus critérios. A informação está errada. A Advocacia Geral da União não defendeu junto ao STF a constitucionalidade do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina um critério único de contabilização dos gastos com pessoal definido pela União. Os Estados contabilizam gastos de pessoal segundo critérios próprios. Já passou o tempo de a AGU propor uma ação direta defendendo a harmonização do critério de "gasto com pessoal" entre o Tesouro e os estados. Agradeço à minha colega Cristiane Schmidt — que tem feito trabalho excelente frente da Secretaria de Estado da Economia de Goiás — me chamar a atenção para esse ponto.

DOA. Samuel Pessóá | JSC. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUIA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



André Penha, da QuintoAndar, que fechou 6.000 novos contratos em setembro Divulgação/QuintoAndar

Home office impulsiona startups do setor imobiliário

Empresas veem alta de mais de 200% na demanda por aluguel e compra de imóveis

STARTUPS & FINTECHS

Luiza Pastora

SÃO PAULO Contrariando as próprias expectativas iniciais, startups do setor imobiliário tiveram um aumento de suas carteiras no período da pandemia do novo coronavírus. As chamadas prop-techs, junção das palavras em inglês property technology, ou tecnologia imobiliária, representam apenas 1,25% das 12,377 empresas contabilizadas até hoje pela base de dados da Absstartups, entidade que reúne estatísticas do setor. Mas o segmento já produziu a dos 12 unicórnios nacionais, ou seja, entraram para a seleta lista das startups que atingiram valor de mercado de US\$ 1 bilhão. E, durante a pandemia, passou o primeiro susto, muitas delas viram os números crescerem. "No começo foi um susto, as pessoas de repente pararam de alugar e comprar", lembra André Penha, cofundador do QuintoAndar. O sobressalto não foi à toa: o modelo de negócio da startup prevê que o proprietário do imóvel localiza por meio da plataforma e recebe seu dinheiro todo mês, mesmo que o inquilino atraso o pagamento.



Veronique Forat é criadora da Colivi, e Mate Pencz é fundador da Loft, startups do ramo imobiliário cujos negócios cresceram na pandemia Adriano Vazini/Folhapress

A empresa desembolsou mais de R\$ 50 milhões em aquisições atrasadas no período crítico da pandemia, de abril a setembro, o equivalente a cerca de 25% do que já precisou cobrir desde o início do programa de Proteção QuintoAndar, que assegura a cobertura. Mas a busca por lares que servissem também como ambiente de trabalho, e o movimento de pessoas para longe dos centros, atrás de baratear gastos com moradia, acabou revertendo o processo. Só em setembro, foram fechados mais de 6.000 novos contratos, superando patamares pré-pandemia. Desde a primeira semana de abril até a última de setembro, cresceu em 81,4% o número de imóveis anunciados no site e no aplicativo. As buscas subiram 229%. Essa movimentação gerou 440 novos contratos assinados na última semana de agosto, ante 100 da primeira semana de abril. A plataforma informa que um dos imóveis ali listados é alugado a cada sete minutos. "Estamos muito maiores hoje que antes da pandemia", garante Penha.

Da mesma forma, Mate Pencz, cofundador da Loft, outro unicórnio brasileiro, viu a retomada da procura e das vendas em junho passado. "Começamos a perceber que estávamos em patamares superiores ao mês de março, que até então havia sido nosso recorde, e desde então tem sido um novo recorde todo mês, com crescimento de 10%, 20% e até 30%", afirma. No total, Pencz conta que o volume de vendas no terceiro trimestre aumentou cerca de 220% em relação ao segundo. "Este aumento é muito maior do que o registrado na comparação com o ano passado, que girou em torno de 70%", diz o empresário. Para Pencz, esse crescimento está diretamente ligado ao cenário financeiro. "Entendemos que o motivo são as melhores condições em décadas no Brasil para se adquirir um imóvel, com juros no piso histórico e acesso facilitado ao financiamento", explica. Para ampliar a oferta de serviços oferecidos aos clientes, o empresário conta que a Loft adquiriu, em setembro, a Invest Mais. "Nos tomamos uma das cinco maiores originadoras de financiamento do mercado secundário, que inclui todos os apartamentos menores os lançamentos". Ele projeta que, com a aquisição, a operação de crédito da empresa supere R\$ 1 bilhão ao ano. O aumento na movimentação do mercado de moradia não foi sentido apenas entre os unicórnios, mas também por startups menores, como a Colivi. Voltada para intermediar o compartilhamento de imóveis

“Começamos a perceber que estávamos em patamares superiores ao mês de março, que até então havia sido nosso recorde, e desde então tem sido um novo recorde todo mês, com crescimento de 10%, 20% e até 30%”

Mate Pencz
Cofundador da Loft

por meio da análise dos perfis dos candidatos, a empresa criada por Veronique Forat e Marta Monteiro foi surpreendida pela pandemia em pleno processo de reformulação de sua plataforma. "Continuamos a receber uma demanda orgânica, por que nossa campanha de captação de usuários para valer só começará em novembro", explica Veronique. "Mas em nenhum momento diminuiu a procura. Ao contrário, o número de perfis e cadastramentos só aumentou". A Colivi recebeu aporte de investimentos e mentoria da Porata Valley Ventures, fundo de investimentos especializado em construtechs e prop-techs, que hoje detém 25% do capital da startup. A empresa conta com uma base de mais de 10 milhões de usuários de todas as idades e já contabilizou mais de 1.200 matches nos últimos três anos — sendo que na maior parte desse tempo, o cruzamento dos perfis era feito manualmente, sem o uso de tecnologia. "Fazíamos tudo à mão, em planilhas Excel, cada match nos tomava até duas horas, o algoritmo éramos nós", lembra Veronique. Ela credits a esse olhar pessoal o sucesso da empreitada. Desde que começaram, mais de 90% dos usuários da plataforma confirmaram que realmente combinam com seus matches. "Nosso diferencial é a capacidade de juntar pessoas que tenham afinidades para morar juntas, o que não é fácil", explica. Agora, a startup se prepara para escalar no mercado, com o desenvolvimento de ferramentas digitais que aperfeiçoam o processo e permitem incluir novas funcionalidades.

mercado



“
Eu ainda estou meditando sobre o que me preocupa mais [a pandemia ou a política econômica]. Fato é que essas reformas têm que deslançar. Sair do campo teórico e ir para o campo prático. É isso aí que o pessoal está esperando

Rubens Ometto
acionista das empresas Raizen, Comgás, Cosan e Rumo



“
São grandes as incertezas decorrentes da ausência de uma hígidez fiscal, diante de um câmbio desvalorizado e longe da estabilidade, de um desemprego elevado e de uma redução de consumo por conta da queda de auxílios pagos pelo governo

Pedro Wongtschowski
acionista e presidente do conselho de administração da Ultrapar



“
As políticas são erráticas, voláteis. O teto fura ou não fura? As reformas não andam. Faz ou não faz a reforma tributária e a administrativa?

Horácio Lafer Piva
acionista da Klabin



“
O que preocupa é a paralisação da agenda de reformas, que teria que ser implementada para compensar o agravamento da situação fiscal. E a gente vê dificuldade de evoluir com isso. Ninguém também espera aumento de impostos para compensar, porque agravaria a situação

Ricardo Lacerda
fundador e presidente do banco BR Partners



“
Esse governo é uma decepção, dois anos se passaram e não aconteceu nada. Nenhuma misera privatização. Até a da Previdência é uma reforma capenga que deveria ser mais profunda

Lirio Parisotto
acionista presidente da petroquímica Innova

deram o atual governo estão insatisfeitos em alguns pontos, sobretudo com a demora para tirar as privatizações do papel e a falta de empenho para fazer com que as reformas avancem no Congresso.

“As reformas têm que deslançar. Precisa sair do campo teórico e ir pro campo prático”, diz Rubens Ometto, acionista das empresas Raizen, Comgás, Cosan e Rumo, que atuam no ramo de combustíveis, açúcar e logística e faturam R\$ 80,1 bilhões ao ano.

Ometto diz que, dado o atual momento, já “está meditando” sobre o que mais o preocupa: a pandemia ou a agenda econômica.

Essa insatisfação com a execução dos projetos do governo faz coro com a de outro grande empresário, Lirio Parisotto, da petroquímica Innova, que fatura R\$ 3,2 bilhões por ano.

“O governo não fez nada das privatizações, nem a reforma administrativa. Esse governo é uma decepção, dois anos se passaram e não aconteceu nada. Nenhuma misera privatização. Até a da Previdência é uma reforma capenga que deveria ser mais profunda.”

Segundo ele, a expectativa no início de 2019 era muito alta. “Todos esperavam uma gestão mais eficiente nesses pontos-chaves.”

Para Ricardo Lacerda, do Banco BR Partners, um dos líderes em fusões e aquisições, que realizou mais de R\$ 200 bilhões em operações, é compreensível que a situação fiscal brasileira tenha se agravado durante a pandemia, mas não há justificativa para a interrupção de reformas, como a tributária e administrativa.

“O que preocupa é a paralisação da agenda de reformas, que teria que ser implementada para compensar o agravamento da situação fiscal. E a gente vê dificuldade de evoluir com isso. Ninguém também espera aumento de impostos para compensar, porque agravaria mais ainda a situação”, afirma Lacerda.

Pedro Wongtschowski, acionista e presidente do conselho de administração da Ultrapar, empresa que teve um faturamento de R\$ 89 bilhões em 2019, considera o quadro econômico mais crítico que o pandêmico.

Enquanto o cenário para a saúde pública melhora com a perspectiva de criação de uma vacina, a perspectiva econômica turva, comprometendo a confiança para investir.

“São grandes as incertezas decorrentes da ausência de uma hígidez fiscal, diante de um câmbio desvalorizado e longe da estabilidade, de um desemprego elevado e de uma redução de consumo por conta da queda de auxílios pagos pelo governo. E ainda tem o risco de inflação. É um cenário que não convida ao investimento”, diz Wongtschowski.

Um termômetro para ele é o comportamento dos investidores.

“O próprio processo de privatização está indo muito mais lento e tem atraído interesse de investidores nacionais. A fuga de capital estrangeiro também é preocupante.”

Horácio Lafer Piva, acionista da Klabin, considerada a maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil e que teve um faturamento de R\$ 10,24 bilhões em 2019, declara ter uma dupla angústia.

De um lado, mantém a preocupação com o coronavírus e teme os efeitos quando se baixa a guarda com a doença. “A pandemia ocupou tanto espaço de todos. Há um cansaço natural entre empresários e trabalhadores. Agora, as pessoas estão voltando a ter uma vida normal — o que é um perigo”, diz ele.

Mas o que considera falta de rumo da política econômica também lhe preocupa. “As políticas são erráticas, voláteis. O teto fura ou não fura? As reformas não andam. Faz ou não faz a reforma tributária e a administrativa?”, questiona Piva.

Mais da metade das empresas não tem confiança na política econômica

Sondagem do FGV Ibre indica que incerteza é vista como risco para retomada nos próximos meses

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Quando os empresários brasileiros olham para frente, mirando os próximos seis meses, a maioria tem a expectativa de que o ambiente de negócios vai melhorar. O principal fator para o otimismo é a evolução da economia global.

Mas eles também vislumbram riscos que podem comprometer esse cenário. Além da incerteza com a pandemia, aparece com destaque a incerteza econômica e a falta de confiança na política econômica do governo.

Os dados constam da mais recente sondagem realizada pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Pouco mais da metade das empresas brasileiras, 52%, afirma na sondagem que a falta de confiança na política econômica do governo é um dos principais fatores que estão influenciando negativamente as expectativas de evolução do ambiente de negócios nos próximos meses.

A incerteza econômica é citada por 74% das empresas, percentual superior ao das que apontam também a questão da pandemia (65%).

“A incerteza não é só econômica, mas esse é o fator preponderante”, diz Viviane Se da Bittencourt, coordenadora das sondagens do FGV Ibre.

A desconfiança em relação ao compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas e a agenda de reformas econômicas, apontada na sondagem, tem contornado vários indicadores.

“A alta das taxas de juros de longo prazo já dificulta a rolagem da dívida pública, enquanto o real depreciado tem provocado problemas como a alta nos preços de insumos importados, elevando custos.

O percentual de desconfiança em relação à política econômica é mais alto no varejo, opção citada por 68% das empresas de um dos setores menos afetados pela pandemia.

Essa preocupação está em torno de 45% das empresas nos demais setores.

A preocupação com a pandemia se destaca nos serviços,

citada por 77% dos entrevistados no setor que mais depende do fim da crise sanitária para voltar a crescer.

O fim dos auxílios emergenciais aos consumidores e dos programas de ajuda às empresas é apontado por cerca de 25% dos entrevistados como uma das principais preocupações.

Essa questão é mais destacada pelos empresários da indústria (48%), principalmente nos segmentos de alimentação (70%) e limpeza e perfumaria (100%). Ou seja, por segmentos cujas vendas têm sido impulsionadas pelo programa emergencial.

No comércio, a questão do auxílio é mais citada nos segmentos de material de construção e de móveis e eletrodomésticos (58% de empresas com essa preocupação).

“Mesmo a indústria, que é a mais otimista entre os setores e tem uma recuperação muito acima dos demais, está preocupada com o fim dos auxílios emergenciais ao consumidor, o que pode diminuir a demanda interna”, diz a pesquisadora.

Na sondagem com 2.785 empresas, os principais fatores positivos que estão influenciando as expectativas são as perspectivas de retomada da economia mundial e a consolidação da recuperação do setor, apontados por mais de 50% dos entrevistados.

O setor de serviços é o que tem menor percentual de empresas com expectativas positivas (62%). Na indústria, 79% estão otimistas.

Dados do Monitor do PIB do FGV Ibre mostram que o consumo de bens, impulsionado pelo auxílio emergencial, voltou em julho ao nível anterior à pandemia e, em agosto, estava 0,8% acima do nível de fevereiro.

Nos serviços, ainda está cerca de 10% abaixo do período pré-pandemia. Com isso, o consumo total (que é praticamente dividido meio a meio entre bens e serviços) ainda apresenta queda de 5,8%.

“Da queda de quase 10% do consumo de serviços, aproximadamente 5 pontos percentuais se devem a alojamento e alimentação, com uma recuperação que ainda não foi suficiente, mesmo depois dessa

flexibilização”, afirma Juliana Trece, economista do Núcleo de Contas Nacionais do FGV Ibre.

“A indústria está com muito mais velocidade. Nos serviços, parece que só com uma solução para a questão da pandemia, que permita aglomeração”, afirma a pesquisadora.

O economista Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do FGV Ibre, afirma que o setor de outros serviços representa cerca de 25% dos serviços totais, que por sua vez representam por aproximadamente 70% do PIB.

“Isso significa que cerca de 15% do PIB não está voltando.”

As prévias das sondagens do Ibre têm mostrado que a indústria ainda está otimista, mas há um deslombamento em relação às expectativas dos consumidores e de outros setores.

“Na prévia de outubro a gente vê a indústria melhorando, enquanto os demais setores apresentam uma certa redução. A gente também teve a maior diferença entre confiança dos consumidores e da indústria. Existe uma diferença muito grande entre empresários e consumidores”, afirma Bittencourt.

“Isso corrobora a análise que a gente tem feito de que consumidor está mais cauteloso e voltar a fazer atividades como viagens e ir a teatro e cinemas por conta desse medo em relação à pandemia. Há uma perspectiva melhor de retomada da indústria e da construção e menor do setor de serviços”, afirma a coordenadora das sondagens do FGV Ibre.

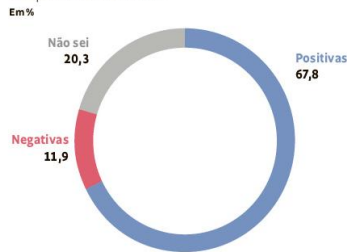
Grandes empresários estão insatisfeitos com rumo econômico

Bruna Narcizo

SÃO PAULO Na cúpula empresarial brasileira a preocupação com a política econômica é crescente. Até grandes empresários que sempre defen-

Quase 70% das empresas estão otimistas, mas incerteza econômica pesa

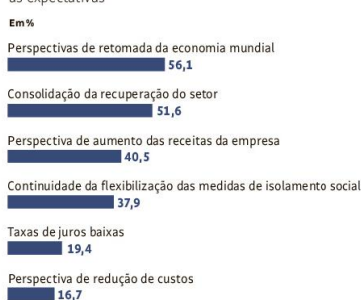
Expectativas para o ambiente de negócios nos próximos seis meses



Fatores que estão influenciando negativamente as expectativas*



Fatores que estão influenciando positivamente as expectativas*



*Possibilidade de múltiplas respostas. Fonte: Sondagem quesitos especiais do Ibre/FGV - out. 2020

mercado

Taxa de desemprego chega a 17% entre mulheres e 16% entre negros

Continuação da pág. 1

“A redução do auxílio emergencial já sugere impacto pior sobre o desemprego no Nordeste e Norte”, observa Rodolfo Tobler, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

“Essa são as regiões que mais receberam auxílio. Além de as pessoas estarem voltando a circular, também há uma pressão maior dos orçamentos familiares; as pessoas começam a ficar preocupadas com a redução e o fim do auxílio e voltam a buscar emprego.”

De acordo com ele, a atividade econômica não tem se recuperado tão rápido a ponto de absorver todas essas pessoas. “Então há uma pressão na taxa de desemprego e a expectativa é que ela continue nos próximos meses.”

Segundo a Pnad Covid, o percentual de domicílios recebendo auxílio em setembro era de 59,8% no Norte e de 58,8% no Nordeste, comparado a 43,6% na média nacional e a 41,8% no Centro-Oeste, 36,9% no Sudeste e 30,5% no Sul. O valor médio recebido recuou de R\$ 908 em agosto para R\$ 894 em setembro.

O auxílio emergencial diminuiu de valor para R\$ 300 em setembro ou R\$ 600 para mulheres solteiras com filhos. Alguns beneficiários ainda estavam recebendo naquele mês parcelas atrasadas de R\$ 600 ou R\$ 1.200. Como a média considera o valor por domicílio, se mais de uma pessoa na casa recebia o auxílio, essa média pode superar o valor do benefício individual.

Para Tobler, o perfil do aumento do desemprego também está ligado à última crise e sua recuperação, baseada no trabalho informal.

“Nosso mercado de trabalho, ao contrário dos outros

“**Nosso mercado de trabalho, ao contrário dos outros países, vinha em um momento crítico ainda, de recuperação frágil**”

Rodolfo Tobler
pesquisador do Ibre-FGV

países, vinha em um momento crítico ainda. Tivemos uma intensa recessão entre 2014 e 2016 e o mercado de trabalho vinha numa recuperação ainda frágil, muito puxada pela informalidade”, afirma.

“Esses são justamente os trabalhadores que mais sofreram na pandemia, porque, com a impossibilidade de circulação, elas não tinham a possibilidade de trabalhar. O auxílio emergencial contribuiu para amenizar esse efeito, mas uma recuperação mais forte da economia, com aumento do emprego formal, foi adiada pela pandemia.”

A Pnad Covid tem metodologia distinta da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, que mede a taxa oficial de desemprego do país e por isso os dados não são comparáveis. Mas a pesquisa tem sido acompanhada de perto pelo especialistas por ser divulgada com maior frequência do que a Pnad Contínua.

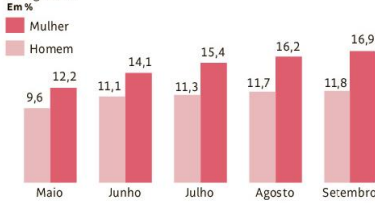
Em sua divulgação mais recente, a Pnad Contínua apontou para uma taxa de desemprego de 13,8% no trimestre encerrado em julho, com 13,1 milhões de desocupados.

Taxa de desocupação é recorde e explícita desigualdades

Taxa de desocupação Em %



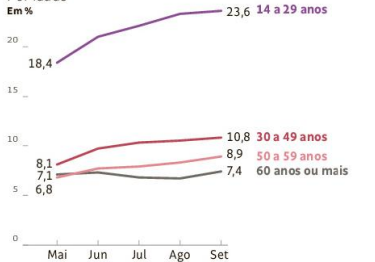
Por gênero



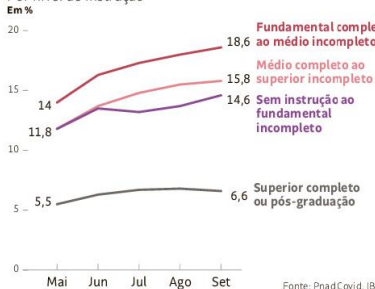
Por cor ou raça



Por idade



Por nível de instrução



Fonte: PnadCovid, IBGE

Pandemia agravou desigualdades também no mercado de trabalho

ANÁLISE

Ian Prates e Rogério Barbosa
Sociólogos, membros da Rede de Pesquisa Solidária Políticas Públicas & Sociedade

A taxa de desocupação atingiu o recorde histórico neste mês de setembro de 2020. A tragédia, porém, estava anunciada desde o início da pandemia.

Apesar de terem tramitado com relativa velocidade, os auxílios a trabalhadores e empresas foram implementados e postos em prática apenas quase um mês depois do início das medidas emergenciais de fechamento. Os saldos negativos do Caged, acumulando cerca de 1 milhão de desligamentos em março e abril, e os saldos negativos da Pnad-Contínua foram expressão do impacto não amortecido.

Em maio, pela primeira vez, menos da metade dos indivíduos em idade de trabalhar estava de fato trabalhando.

No entanto, em função do necessário distanciamento social, os desligamentos não se verteram imediatamente em estatísticas de desemprego. Milhares recolheram-se à categoria dos economicamente inativos. Com estabelecimentos fechados e o recolhimento social, as estratégias usuais de procura de emprego não estavam mais à disposição.

Como consequência, na primeira semana de maio, 19 milhões encontravam-se no “desemprego oculto pelo distanciamento social”; desejavam trabalhar, mas encontravam-se impossibilitados de procurar emprego em função da pandemia e/ou do fechamento de estabelecimentos.

Essa foi a razão para a manutenção das taxas de desemprego nos seus (elevadíssimos) níveis pré-pandêmicos.

O que assistimos agora, em setembro, é a migração entre essas duas categorias de desempregados: os que estavam ocultos passam cada vez mais a se apresentar abertamente no mercado, buscando ativamente posições e ocupações, reflexo da contínua abertura econômica. Assim, esboça-se uma tímida recuperação da maior crise que já vivemos, sem que o fator causador tenha de fato sido resolvido.

Esse desemprego afeta mais negros, mulheres e trabalhadores do Nordeste. A explicação reside em uma combinação de fatores que envolve características e estruturais do mercado de trabalho no Brasil, ao mesmo tempo que aponta para as diferentes formas de inserção no mercado e para como a pandemia afeta cada um dos grupos e regiões.

Os negros foram particularmente afetados, dentre outras coisas, pela característica de inserção mais frágil no mercado. Estamos falando da informalidade, justificada tanto devido a menores níveis de qualificação quanto a recorrentes mecanismos de discriminação.

A informalidade impediu também que esses trabalhadores pudessem lançar mão de acordos de férias coletivas e de manutenção do emprego com redução de jornada.

A razão para a maior incidência do desemprego entre mulheres, porém, é outra: a segregação ocupacional e setorial. Mulheres tipicamente estão alocadas em posições classificadas como não essenciais na pandemia: comércio, serviços domésticos remunerados, ocupações de cuidado e serviços pessoais — todos esses são, de longe, os setores mais afetados. Uma combinação perversa que afetou, principalmente, as mulheres negras.

As regiões Norte e Nordeste também sentiram mais o golpe, devido a seu mercado de trabalho com maiores taxas de informalidade, uma estrutura produtiva menos complexa e uma força de trabalho menos qualificada.

A iminência do fim do auxílio emergencial também tem precipitado o retorno ao mercado de trabalhadores que, de outra forma, poderiam ainda manter o distanciamento social. O problema é que grande número de micro e pequenas empresas foram fechadas — outras palavras, não há postos para os quais retornar.

A pandemia não apenas devastou a economia e o mercado de trabalho. Ao fazê-lo, aprofundou desigualdades que tendem a se agravar mais. Não basta esperar que uma eventual onda (ou marolinha) de crescimento levante todos os barcos. Milhões continuarão a nadar com a água no pescoço. É urgente retomar a agenda de combate às várias formas de desigualdade como política de Estado.

Confiança do consumidor no Brasil cai, diz FGV

As incertezas em relação à pandemia e a aproximação do fim dos programas de auxílio do governo afetaram o humor do brasileiro em outubro. A confiança do consumidor no país registrou a primeira queda desde abril, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta sexta-feira (23). O Índice de Confiança do Consumidor caiu 1 ponto em outubro, chegando a 82,4 pontos, interrompendo uma tendência de recuperação

iniciada no último mês de maio. Segundo a FGV, houve queda significativa nas perspectivas dos consumidores para os próximos meses, com o Índice de Expectativas (IE) recuando 1,3 ponto, a 90,2 pontos. Além disso, o indicador que mede o otimismo em relação à situação econômica foi o que mais contribuiu para a queda do índice geral em outubro, com recuo de 2 pontos, a 110,6 pontos.

Prévia da inflação tem maior alta em outubro desde 1995

SÃO PAULO Pressionada pela alta de preços dos alimentos e das passagens aéreas, a prévia da inflação oficial brasileira registrou em outubro sua maior alta desde 1995. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15) acelerou para 0,94 no mês, após alta de 0,45 em setembro.

O resultado ficou acima da expectativa dos economistas, que era de uma alta de 0,83% para o indicador em outubro,

segundo a mediana das projeções colhidas pela Bloomberg.

No ano, a inflação acumulada é de 2,31%. No acumulado de 12 meses até outubro, o índice também acelerou para alta de 3,52%, vindo de 2,65%.

O grupo de alimentação e bebidas subiu 2,24% na prévia da inflação do mês de outubro, alta puxada pelos alimentos consumidos em domicílio (2,95%). Entre os alimentos, os principais destaques foram óleo de soja (22,34%), arroz (18,48%), tomate

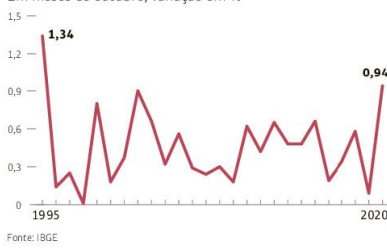
(14,25%), leite longa vida (4,26%) e carnes (4,83%).

Já as passagens aéreas registraram alta de 39,9%, impulsionadas pela recuperação da atividade no setor.

Economistas ouvidos pelo Boletim Focus do Banco Central voltaram a elevar nesta semana suas projeções para a inflação de 2020, de 2,47% para 2,65%. Foi a décima semana seguida de aumento na projeção. Para 2021, a expectativa é que o indicador feche o ano em 3,02%. **Thais Carranza**

IPCA-15

Em meses de outubro, variação em %



Fonte: IBGE

Toffoli quer validar imposto pago por herança no exterior

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Relator de uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) envolvido a tributação de heranças e doações feitas no exterior, o ministro Dias Toffoli afirmou que as leis estaduais que tratam do tema são inconstitucionais, mas que a cobrança sobre operações já realizadas deve ser validada.

Em sua decisão, o ministro se declarou favorável à tese dos contribuintes, mas sugeriu à Corte aplicar sua decisão apenas em operações que ocorram a partir da publicação do acórdão do STF sobre o julgamento da questão.

Toffoli manifestou ainda preocupação com os efeitos desse julgamento sobre as contas dos estados e ponderou que, apenas no estado de São Paulo, a consequência, sem essa modulação, haverá um impacto negativo orçamentário de R\$ 5,4 bilhões.

O STF começou a julgar nesta sexta-feira (23) um caso de repercussão geral para definir se os estados podem exigir o pagamento de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação) de doador com domicílio ou residência no exterior na ausência de uma lei federal complementar sobre o assunto.

“Propozi a modulação dos efeitos da decisão, estabelecendo que ela produza efeitos apenas quanto aos fatos geradores que venham a ocorrer a partir da publicação do presente acórdão”, disse o relator.

O ministro lembrou ainda que já houve algumas decisões proferidas no âmbito da Corte nas quais foi reconhecida a possibilidade de os estados, com base na competência legislativa plena, editarem leis prevendo a cobrança do ITCMD sobre doações ou bens objetos de herança provenientes do exterior.

Isso aconteceu em casos envolvendo leis do Rio de Janeiro, relatado pelo ministro Ricardo Lewandowski, e de São Paulo, pelo ministro Roberto Barroso.

“Não há dúvida de que esses julgados incutiram nas unidades federadas, em algum grau, a ideia de que a tributação em tela seria sem legitimação em face do texto constitucional”, disse o ministro.

Rodrigo Rigo Pinheiro, sócio coordenador da Área Tributária do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados, afirmou que, caso o posicionamento do relator prevaleça, todas as doações realizadas até a publicação do acórdão vão ser consideradas válidas e, consequentemente, o imposto que já está sendo cobrado em auto de infração ou discutido judicialmente terá de ser pago, mesmo operações ainda não declaradas ou sobre as quais as receitas estaduais não têm informações seriam tributadas.

“Apesar de declarar a cobrança inconstitucional, eu valido todas as operações anteriores, o que faz com que eu dê um cheque em branco para o Fisco cobrar um tributo inconstitucional”, argumentou o advogado.

Ele disse que reconhecer a inconstitucionalidade da cobrança, mas validá-la pelo impacto negativo orçamentário estadual, é um “eufemismo para sua constitucionalidade parcial”.

Taxa de desemprego chega a 17% entre mulheres e 16% entre negros

Desocupação tem forte desigualdade regional e por idade, maior no Nordeste e para jovens

Thais Carranza

SÃO PAULO Mulheres, negros, jovens e nordestinos estão entre os mais atingidos pelo recorde de desemprego registrado em setembro, de acordo com dados da Pnad Covid, pesquisa criada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para mensurar os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho e a saúde dos brasileiros.

Para especialistas, a aceleração do desemprego está ligada à redução e iminente fim do auxílio emergencial pago pelo governo federal e à volta à busca por emprego, com o relaxamento da quarentena.

Ao atingir mais duramente os grupos já historicamente mais vulneráveis, a desocupação provocada pela pandemia deve agravar a desigualdade no país, avaliam os analistas.

A taxa de desemprego subiu de 13,6% em agosto para 14,4% em setembro, a maior da série histórica da Pnad Covid, com 13,5 milhões de desocupados. O IBGE o considera como desempregados pessoas que estão efetivamente em busca por trabalho, por isso o avanço da taxa foi amenizado no início da pandemia devido às medidas de isolamento e ao auxílio emergencial.

Entre as mulheres, a taxa de desocupação chegou a 16,9% em setembro, maior que a dos homens (11,8%). Há aceleração no desemprego feminino: em agosto, a desocupação entre as mulheres era de 16,2% e a dos homens, de 11,7%.

Em maio, primeiro mês de realização da pesquisa, os percentuais eram de 12,4% e 6,8%. Assim, desde início do levantamento, o desemprego entre mulheres cresceu 4,7 pontos percentuais, comparado a avanço de 2,2 pontos da desocupação entre os homens.

A taxa de desemprego das mulheres é historicamente maior, mas o contexto de pandemia intensificou essa desigualdade, observa Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria.

O analista observa que a população ocupada feminina diminuiu em 1,7 milhão de pessoas entre maio e setembro, de 36,1 milhões para 34,4 milhões. Enquanto a população ocupada masculina ficou praticamente estável, passando de 48,3 milhões a 48,6 milhões no mesmo intervalo.

Segundo Xavier, essa queda da ocupação entre as mulheres está ligada aos tipos de trabalho mais atingidos pela crise. "Os setores de alojamento, alimentação e serviços domésticos estão entre os mais duramente afetados, e eles empregam muitas mulheres. Ao mesmo tempo, cargos de diretoria e gerência são menos afetados — e neles elas são minoria", exemplifica.

Outro fator de acirramento é o cuidado com os filhos, que pode estar afastando mulheres do trabalho devido às escolas e creches fechadas em muitos locais. Por cor ou raça, a taxa de desemprego chegou a 16,4% entre pretos e pardos em setembro, aumento de 5,7 ponto percentual em relação a agosto — acima dos brancos, com taxa de 11,5%, estável em relação ao mês anterior. Em maio, a taxa de desemprego era de 12% entre pretos e pardos e de 9,2% entre brancos.

Por grupos de idade, os mais jovens apresentam taxas de desocupação maiores. A taxa é de 23,6% para pessoas de 14 a 29 anos de idade; de 10,8% para a faixa entre 30 e 49 anos; 8,9% entre 50 e 59 anos; e de 7,4% para pessoas com mais de 60 anos.

Por nível de instrução, a taxa de desemprego chegou a 6,6% para pessoas com ensino superior completo em setembro, abaixo dos 6,8% registrados em agosto.

Em comparação, a taxa era de 14,6% para pessoas sem instrução ou com fundamental

incompleto, de 18,6% para pessoas com fundamental completo, e de 15,8% para quem tem ensino médio.

"Essa crise tem um potencial de aumentar a desigualdade muito grande", observa Xavier. "Os grupos menos atingidos por ela — quem faz

home office, é diretor e gerente, quem é profissional de ciência e intelectual — são em sua maioria ocupados por pessoas brancas, homens e pessoas de maior nível de instrução."

A desigualdade no desemprego está também nas regi-

ões. No Nordeste, a taxa chegou a 16,9% em setembro, vinha de 15,7% em agosto e de 11,2% em maio. Em seguida, estão Norte, com taxa de desemprego de 14,8% em setembro, Sudeste (14,2%), Centro-Oeste (12,1%) e Sul (9,8%).

Continua na pág. 4

“Os grupos menos atingidos — quem faz home office, é diretor e gerente, quem é profissional de ciência e intelectual — são em sua maioria ocupados por pessoas brancas, homens e pessoas de maior instrução”

Thiago Xavier
economista da
Tendências Consultoria

Veículo: O Globo	Online
Data: 26/10/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Investimento produtivo no país cai 73% em setembro

Dinheiro que vem do exterior para abertura de fábricas ou ampliação de unidades soma US\$ 1,6 bi, pior resultado para o mês desde 2005

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Os investidores estrangeiros reduziram drasticamente o volume de dinheiro que trazem ao Brasil para a construção de novas fábricas ou o aumento da capacidade de produção de unidades já instaladas no país.

No mês passado, o volu-

me desse tipo de investimento atingiu apenas US\$ 1,6 bilhão, marcando o pior setembro desde 2005, de acordo com o Banco Central.

Para se ter uma ideia do tamanho do tombo, no mesmo período do ano passado, o investimento direto no país — como é chamado esse tipo de inversão — somou

US\$ 6 bilhões. Aquela, portanto, foi de 73%.

O resultado ficou abaixo até da estimativa do BC, que consolida essas estatísticas e esperava um ingresso de US\$ 2 bilhões.

INCERTEZAS FISCAIS

Desde o início da crise causada pela pandemia do novo coronavírus, o volume des-

se tipo de investimento vem sofrendo cortes.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, os números baixos nos últimos meses indicam que os estrangeiros estão adiando investimentos “em função de um estado de incerteza elevado e atípico.”

Economistas acreditam

que as incertezas sobre o futuro da política fiscal brasileira explicam parte do movimento dos estrangeiros.

— Você precisa efetivamente de um norte, de alguma segurança macroeconômica no médio prazo. Essa dúvida está na cabeça de todos nós e não seria diferente nessas grandes empresas — afirmou Alexandre Espírito

Santo, economista da Órama Investimentos. — Acredito que o ano que vem é desafiador nesse sentido. Se a gente não voltar para a responsabilidade fiscal, reformas, corte de gastos, isso vai trazer muita insegurança, e os investidores estrangeiros vão postergar suas decisões — acrescentou.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, diz que ainda há um baixo apetite ao risco para países emergentes, o que ajuda a justificar um patamar menor de investimento produtivo no país.

Auxílio eleva a renda este ano sem deixar herança para 2021

Corte do benefício e desemprego anulam efeito do programa emergencial ainda em 2020

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

26/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Alessandra, da Tendências: PIB regional muda conforme situação da renda — Foto: Claudio Belli/Valor

Consultorias projetam ganho expressivo na massa de renda total do Brasil em 2020, o que poderia soar contraintuitivo em ano de pandemia, com forte queda no Produto Interno Bruto (PIB) e alta no desemprego, não fosse um auxílio emergencial com volume e alcance bem superiores às transferências tradicionais. Com a redução pela metade no valor do benefício e os efeitos negativos da crise sobre o mercado de trabalho, porém, não será possível sustentar até o fim do ano o mesmo patamar de rendas de abril e maio, e, para 2021, as previsões são de queda na massa total.

Considerando apenas a massa real de renda habitualmente recebida de todos os trabalhos, a MB Associados projeta queda de 13% neste ano, com alta de apenas 1,3% em 2021. Olhando para a massa de renda total dos domicílios em 2020 - que, além do rendimento dos trabalhos, inclui transferências do Bolsa Família, benefícios do Regime Geral de Previdência Social e outras fontes (como aluguel e juros) -, a LCA Consultores prevê alta de 3,5% neste ano.

Já a Tendências Consultoria espera crescimento de 4,5% na massa de renda total em 2020, para R\$ 4,21 trilhões (preços de maio deste ano). Na abertura por fontes, rendas do trabalho, que representam quase 60% do total, devem cair 2,6%, enquanto transferências do Bolsa Família avançariam 231,3%. Outras fontes subiriam 16,8%, e benefícios previdenciários, 3,9%.

Base forte

Auxílio mais do que compensará perda de renda na pandemia

■ Massa de renda total no Brasil

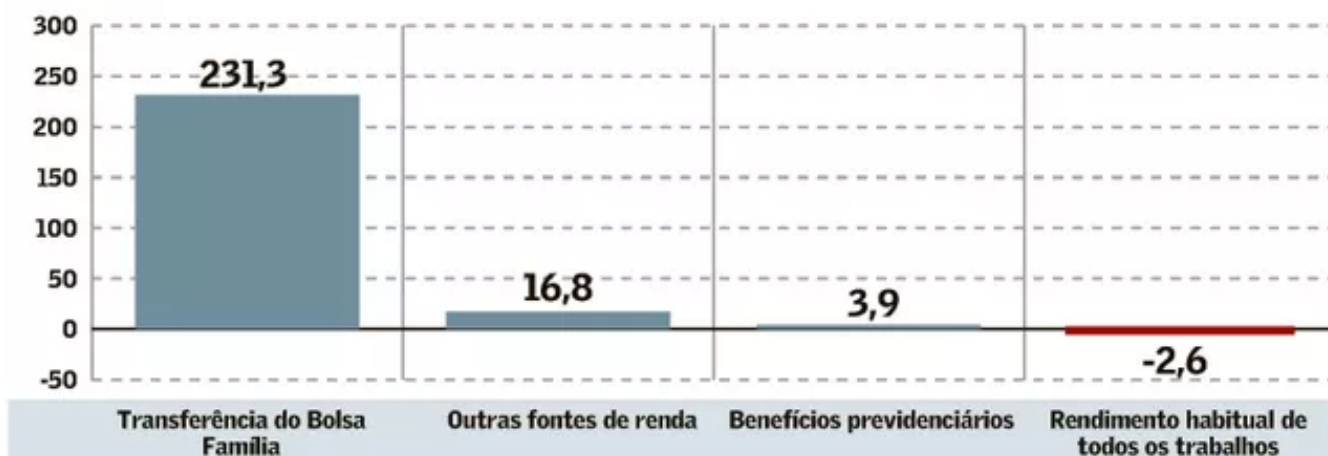
Em R\$ bilhões



↗ +4,5% é a alta prevista para 2020 ↘ -4,3% é a queda prevista para 2021

■ Projeção de variação na massa de renda total em 2020, por fonte

Em %



Fonte: Tendências Consultoria * a partir daqui são projeções

A massa de renda ampliada, que rondava R\$ 329 bilhões nos três primeiros meses do ano, cresceu quase 14% em abril, para R\$ 373,8 bilhões, chegando a R\$ 378,4 bilhões em maio, mostra relatório da Tendências. Em junho, porém, já havia recuado para R\$ 358,9 bilhões e, pelas projeções, deve seguir caindo, até R\$ 342,3 bilhões em dezembro.

Em um recorte regional, a consultoria prevê crescimento da massa total neste ano mais forte no Norte (16,7%) e Nordeste (13,6%), onde a informalidade e as classes de renda mais baixas estão, proporcionalmente, mais presentes e, assim, o impacto do auxílio foi maior. Nas demais regiões, a alta ficaria ao redor de 2%. Domicílios das classes D/E (renda mensal de até R\$ 2.600) do Norte e Nordeste devem apresentar avanços da massa total na ordem de 40% em 2020, segundo a Tendências. Mesmo no Brasil como um todo, esse é o grupo mais beneficiado, com aumento da massa previsto em 27,1%. A classe C (ganho domiciliar mensal de R\$ 2.600 a R\$ 6.200) sentiria leve avanço, de 0,5%. Em 2021, porém, a massa de renda das classes D/E cairia 19%, e a da classe C, 1,7%.

Na ponta da pirâmide, a massa de rendimentos totais da classe A (renda a partir de R\$ 19.200/mês) deve ter queda de 5% em 2020, enquanto na classe B (de R\$ 6.200 a R\$ 19.200) recuará 2%. “Quase 30% da classe A é de empregadores, sensíveis ao PIB

e à lucratividade de suas empresas”, explica Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia da Tendências. Com a perspectiva de reativação da economia, a massa da classe A pode subir 3,9% em 2021, e a da classe B, 1,6%. “Tudo isso dá uma dimensão da figura e de como ela muda. Devemos ter alterações importantes do ponto de vista de renda que batem no PIB das regiões”, afirma Alessandra, pensando em 2021.

Para o ano que vem, a previsão é de “forte ressaca” na massa de renda total brasileira, segundo a consultoria. A previsão é de queda de 4,3% em 2021, para R\$ 4,03 trilhões (a preços de maio de 2020). O cenário da casa considera uma expansão no Bolsa Família, ampliando os beneficiados de 14 milhões de famílias para 17,5 milhões e o pagamento médio de R\$ 190 para R\$ 300. “É muito menor do que aquilo que vamos ver nesse ano, o número de domicílios atendidos pelo auxílio e o custo acima de R\$ 300 bilhões. Pelo nosso cálculo, seriam gastos R\$ 63 bilhões. Mas é o que vemos como possível, dentro do teto de gastos, com a aprovação dos gatilhos emergenciais e certo grau de contingenciamento”, afirma Alessandra.

Para o PIB, a previsão é de queda de 5,6% neste ano - há chance de revisão para recuo perto de 5% - e alta de 2,9% em 2021. O Nordeste, no entanto, crescerá 2,4% no próximo ano, e o Norte, que conta com ajudas pontuais, como a importância da mineração e a recuperação da Zona Franca de Manaus, ficará pouco abaixo da média nacional, com 2,7%.

“A massa de renda é um fator que limita a previsão de 2,9%”, diz Alessandra. Para a Tendências, o mercado de trabalho deve oferecer alguma sustentação incompleta. A consultoria estima queda de 7% na ocupação neste ano, com crescimento de 5,5% em 2021. “Vemos uma ativação maior de trabalhos formais, mas uma dinâmica ainda um pouco mais devagar dos informais.”

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, “a recuperação lenta no ano que vem é tanto por uma certa estagnação da renda, que não cresce pelo excesso de mão de obra disponível, como por uma recuperação muito gradual dos ocupados”.

Além dos efeitos do auxílio, Cosmo Donato, da LCA, menciona programas para redução de jornada/salário e a suspensão dos contratos neste ano. “Se você olhar

para o estoque do Caged [registro de vagas formais], que ronda 38 milhões, e os dados do governo de que pelo menos 9 milhões de trabalhadores estariam sob alguma proteção, tem uma parcela 'imobilizada', o que pode estar deixando os desligamentos abaixo do natural, mas nada impede que, conforme a estabilidade vá acabando, haja efeitos nas demissões.”

A própria redução do auxílio já neste ano deve estimular mais pessoas a voltarem a procurar emprego, pressionando a taxa de desemprego, que deve atingir seu auge (18,5%) em março de 2021, segundo Donato. A LCA prevê queda de 2,5% na massa de renda total no próximo ano. “Você pode estar conseguindo, com as medidas, segurar a renda das famílias e o mercado de trabalho em 2020, mas o desafio ficou para 2021. Poderia até haver uma prorrogação, mas a questão fiscal está se deteriorando. Não fica muito claro quando vamos pagar toda essa conta, mas está claro que, do ponto de vista das famílias, ela não será paga em 2020, talvez o pior ainda seja o que elas vão sentir em 2021.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.
ALARME VERISURE

LINK PATROCINADO

Viajar é se re-encontrar com os seus sonhos
ALL- ACCOR LIVE LIMITLESS

LINK PATROCINADO

Com subsídio industrial em alta no mundo, CNI pede reação do governo

Para entidade, país precisa adotar com urgência uma política de combate eficaz a práticas desleais de parceiros

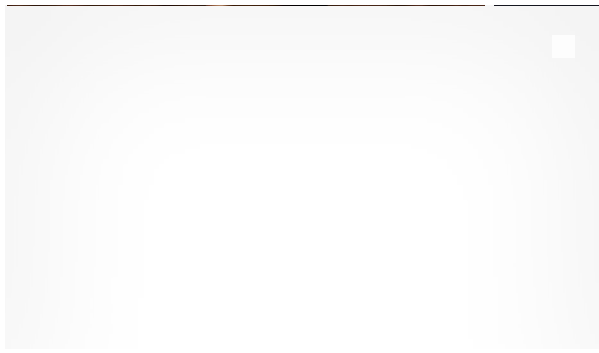
Por Assis Moreira — De Genebra

26/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A concessão de subsídios à produção industrial e às exportações aumentou 107% globalmente somente no primeiro semestre do ano, e o governo brasileiro precisa adotar com urgência uma política de combate eficaz a práticas desleais de parceiros.

É o que defende a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que elaborou uma lista de sugestões para o governo fortalecer o sistema de defesa comercial em meio à recessão global provocada pela pandemia de covid-19.

Segundo o levantamento da representação da indústria brasileira, o volume de subvenções industriais passou de 1.492 a 3.098 entre janeiro e junho. São fornecidos na forma de empréstimos, incentivos diretos, acesso a fundos controle de preços e desoneração tributária em condições que atropelam as regras do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio (OMC).



O diretor da CNI Carlos Eduardo Abijaodi nota que, em contexto de crise como a atual, é comum práticas desleais de mercado aumentarem em todo o mundo e é necessária uma reação forte.

“Precisamos combinar nossa agenda de abertura comercial com a redução de custos e também nos resguardar de práticas desleais no comércio”, afirma.

A CNI pede que o governo publique novo decreto sobre subsídios e medidas compensatórias, em discussão desde 2013. A principal mudança seria a possibilidade de se abrir investigações de subsídios ex-officio (por iniciativa do próprio governo) contra importações de produtos suspeitos de serem turbinados por subvenções por outros países.

Outra medida seria a obrigação também de abrir investigações sobretudo para produtos já alvejados por sobretaxas anti-subsídio aplicadas por outros países. Essa prática é adotada por EUA e União Europeia. Já no Brasil, reclama a CNI, para que uma investigação seja aberta, é necessário um processo custoso e de provas iniciado pelo setor empresarial atingido pela prática desleal.

Segundo a CNI, em 2019 o Brasil importou quase US\$ 5 bilhões da China em 439 produtos que outras economias impõem sobretaxas anti-subsídios.

A explosão de subvenções na economia mundial em 2020 vem na esteira do impacto econômico da crise sanitária. No momento, os governos de forma geral tentam socorrer suas indústrias e ao mesmo tempo barrar fluxo de comércio considerado desleal.

Funcionalismo não é intocável, diz líder de frente parlamentar

Para Tiago Mitraud, revisão da estabilidade não elimina todas as distorções

Por Edna Simão — De Brasília

26/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente da frente parlamentar da reforma administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), afirmou que os servidores públicos “não são intocáveis” e a revisão da estabilidade, como prevista na PEC 32/2020 encaminhada pelo governo, não resolverá todas as distorções existentes na administração pública, a não ser que venha acompanhada com a aprovação de outros projetos como a regulamentação do teto de remuneração do funcionalismo que atualmente é de R\$ 39,2 mil.

Mesmo com a resistência dos servidores, Mitraud acredita ser possível a aprovar a reforma no primeiro trimestre na Câmara.

“Uma coisa emenda a outra. Nem as proposições que a gente priorizou por si só conseguem resolver a defasagem da administração pública brasileira nem a PEC por si só resolve. São complementares”, explicou o deputado ao **Valor**.

No início de setembro, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso proposta de reforma administrativa que não inclui os novos servidores e membros de outros Poderes, como magistrados, parlamentares, promotores e procuradores do Ministério Público. Na ocasião, o governo queria sinalizar ao mercado financeiro de que continuava comprometido com as reformas estruturantes.

Com a iniciativa, a equipe econômica projeta que a economia deve variar entre R\$ 300 bilhões e R\$ 450 bilhões em dez anos, dependendo da taxa de reposição dos servidores que se aposentam.

“Mesmo que não se economizasse nenhum centavo, a reforma administrativa continuaria sendo necessária”, disse Mitraud. “Não é reforma que vem exclusivamente com finalidade fiscal. Questão fiscal é importante, mas há outras questões envolvidas para corrigir distorções e privilégios existentes em setores da administração pública e trazer mais produtividade.”

Na agenda legislativa apresentada ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a frente parlamentar pediu a inclusão dos atuais servidores públicos na reforma, assim como de juízes, magistrados e políticos. Além disso, propôs a retomada da tramitação de projetos hoje parados no Congresso Nacional como o que regulamenta o teto remuneratório.

Segundo Mitraud, esse PL está pronto para votação e possíveis ajustes no texto poderiam ser feitos no plenário. “Maia disse que está construindo acordos necessários entre os líderes para poder votar esse projeto”, disse, acrescentando que, eventualmente, pode ser colocada em plenário junto com a PEC 32. “Isso vai certamente dar boa regulamentada nesses absurdos que ainda existem hoje”, afirmou o presidente da frente.

A avaliação é de que há condições para que a PEC da reforma administrativa seja aprovada ainda no primeiro trimestre de 2021 na Câmara dos Deputados. Caso não haja recesso parlamentar, como vem sendo cogitado, poderia acontecer já em janeiro.

Especificamente sobre a estabilidade na carreira, Mitraud disse que realmente precisa ser revista. “Não acho que a discussão da estabilidade é o que vai resolver todo o problema do funcionalismo. Agora, por outro lado, não acho que seja um assunto intocável”, afirmou. “Não podem continuar existindo essas carreiras que todo mudo sobe para o topo. As carreiras precisam ser piramidais.”

O presidente da frente ressaltou que, com a aprovação da reforma administrativa, será possível acabar definitivamente com a promoção automática dos servidores públicos no governo federal, extinta há duas décadas, mas que ainda é concedida por estar vinculada a uma avaliação que é protocolar. Para Mitraud, assim como em outros países, o governo brasileiro precisa ter mais flexibilidade para contratar servidores pois as prioridades mudam conforme mudanças demográficas e as necessidades da sociedade naquele momento. Isso será possível com a definição do que é carreira de Estado e com a atualização da legislação que trata de contratação de temporários.

“É preciso ampliar o rol de possibilidades [de contratações] para reduzir o tamanho da máquina pública de acordo com as mudanças que os países passam, e o Brasil não tem isso.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.
ALARME VERISURE

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!
FOREVER-MOM

Geradoras de solar vão à Justiça por benefício fiscal

Desenvolvedoras de grandes projetos, como a Enel, tentam tornar eficaz a isenção temporária de imposto de importação para painéis bifaciais

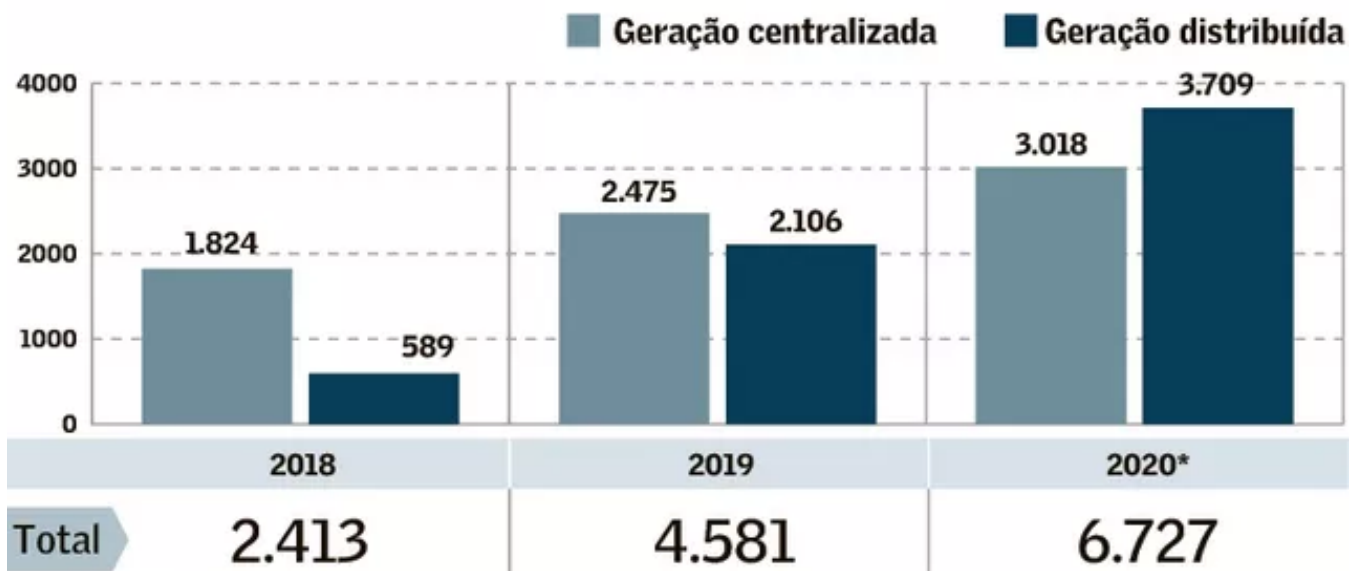
Por **Letícia Fucuchima** — De São Paulo

26/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Solar em crescimento

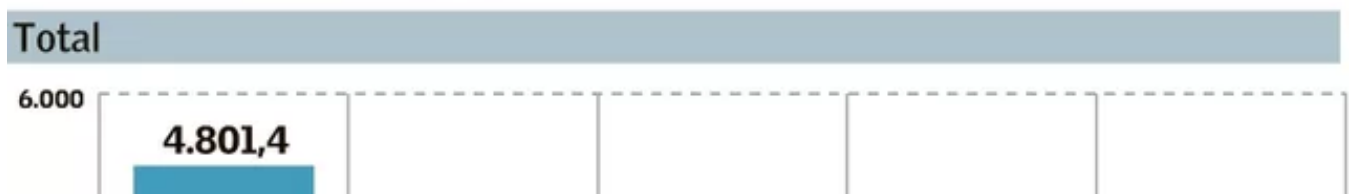
Geração centralizada foi ultrapassada pela geração distribuída neste ano

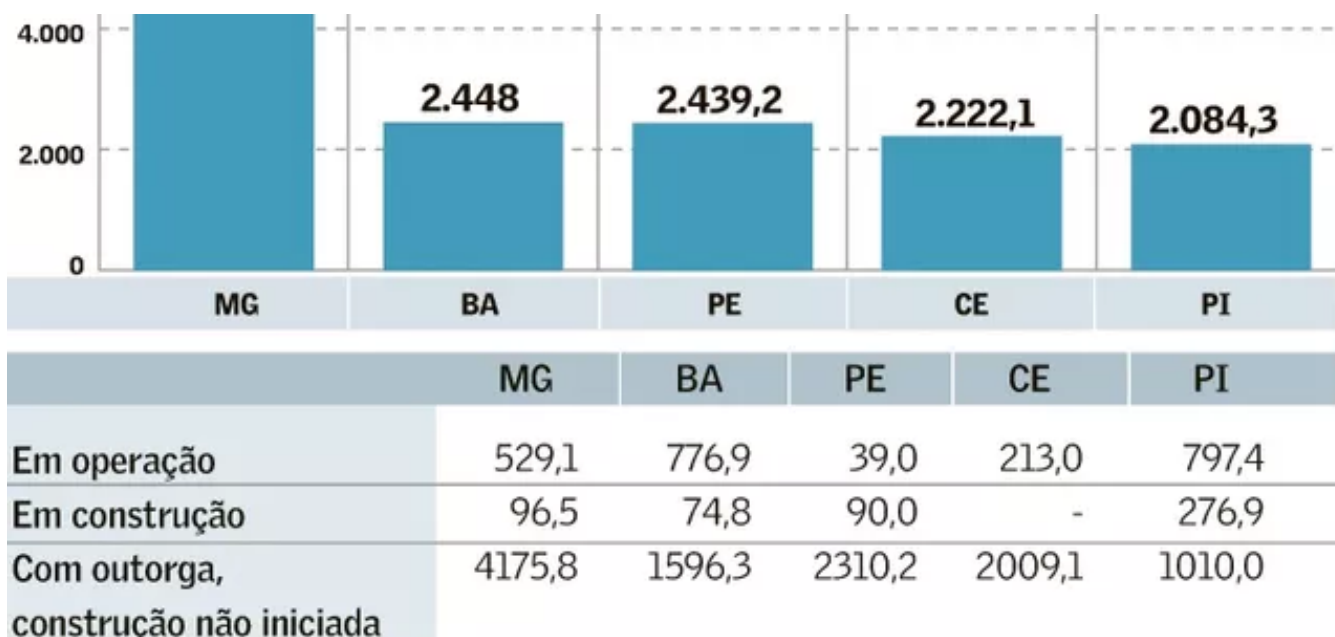
■ Potência instalada da fonte solar (MW)



■ Geração centralizada - Estados com maior concentração de usinas

Em potência instalada (MW)



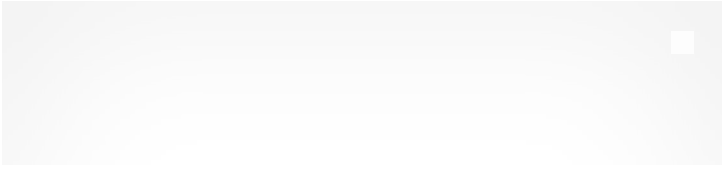


Fonte: Absolar e Aneel

Benefícios fiscais concedidos pelo governo para a importação de painéis de geração de energia solar criaram uma verdadeira confusão no setor elétrico, colocando em oposição empresas que desenvolvem e operam grandes usinas e fabricantes nacionais de módulos. O **Valor** apurou que o tema já foi judicializado por companhias como a Enel Green Power e a Newen (da construtora Steelcons), grandes vendedoras da fonte solar em leilões de energia nova nos últimos anos.

O principal imbróglio envolve a isenção temporária de imposto de importação de painéis bifaciais, equipamentos utilizados em usinas solares de médio e grande porte que permitem mais eficiência na produção de energia. No passado, geradores já tinham conseguido o “ex-tarifário” para um determinado modelo e, em 2019, entraram com mais um pedido, acatado neste ano.

Isenção do imposto de importação para painéis solares não funciona na prática, dizem empresas



Inicialmente, a medida foi bastante comemorada pelo setor, porque tenderia a baratear os empreendimentos - normalmente, a alíquota cobrada é de 12%. Os módulos chegam a representar mais de 50% do custo total de um projeto solar, e a imensa maioria dos equipamentos é importada, principalmente aqueles utilizados em usinas de médio e grande porte.

O problema começou quando a Câmara de Comércio Exterior (Camex) publicou, em fevereiro, uma resolução fixando um valor unitário limite para que as mercadorias fizessem jus à isenção. O valor fixado “matou” o benefício, afirmam pessoas que acompanham o tema.

Na visão de uma fonte, que pede para não ser identificada, há dois erros nesse processo. O primeiro seria fixar um valor limite, regra que só se aplica quando o produto também é fabricado no mercado doméstico. “O governo já concedeu em 2018 um ex-tarifário para outro tipo de painel bifacial, reconhecendo que o Brasil só produz monofacial. Dessa vez, ao colocar um preço, ele reconhece os produtos como a mesma coisa”.

Outro questionamento recai sobre o próprio preço fixado, calculado em reais com a taxa de câmbio do dia do pedido do ex-tarifário (fim de 2019). “O parâmetro não foi o preço do produto nacional, mas sim o do produto importado, de uma oferta específica para quem solicitou o ex-tarifário, não é uma referência de mercado. Não é assim que deveria funcionar”, diz a fonte. Além disso, com a disparada do dólar desde o ano passado, o benefício já teria nascido ineficaz.

Nas ações judiciais, empresas que desenvolvem grandes usinas solares pedem para manter o benefício fiscal sem a aplicação do valor unitário máximo. No caso da Newen, a companhia conseguiu um mandado de segurança para depositar em juízo os valores de imposto de importação, o que permitiu a liberação de mercadorias que estavam paradas no desembaraço aduaneiro.

“Vamos começar as importações para um projeto no primeiro trimestre e não temos segurança jurídica nenhuma da aplicação do benefício. Vamos aguardar a solução para seguir com nosso ‘pipeline’”, afirma o responsável por desenvolvimento de projetos da Newen, Marcos Bertol.

Outra empresa relata ter feito uma importação de 600 mil painéis para um novo empreendimento, de mais de 200 megawatts (MW), contando com o ex-tarifário. Como não conseguiu aplicar o benefício, na prática, o projeto ficou mais caro da noite para o dia.

O tema virou uma dor de cabeça para várias companhias que atuam com geração centralizada, afirma Fernando Castro, diretor de vendas no país da fabricante chinesa de módulos Risen Energy. Segundo ele, quem está judicializando o assunto confia que conseguirá reaver os valores de imposto que estão sendo pagos para liberar mercadorias já importadas.

Procurada, a Enel confirmou que também tem um processo judicial sobre o tema, mas preferiu não comentar.

De acordo com o Ministério da Economia, não houve erro no processo. “Para todos os ex-tarifários de módulos solares concedidos condicionados ao limite de preço unitário, constatou-se que a indústria nacional era capaz de produzir os equipamentos com a mesma tecnologia que os módulos importados e nos mesmos prazos de entrega”.

A pasta afirma ainda que foram feitas consultas públicas para que a indústria se manifestasse sobre a existência de produção local dos equipamentos.

Esse é outro ponto de divergência. Roberto Rached, sócio do Melcheds Advogados, afirma que a indústria nacional não declarou, num primeiro momento, capacidade de produção do painel bifacial. “Para que as empresas apresentassem uma nova versão sobre isso, deveria ter sido feito uma nova consulta pública, e isso não aconteceu”, defende.

Uma das fabricantes nacionais de módulos que contestou a medida do ex-tarifário na Camex é a BYD, de origem chinesa. Para a companhia, a indústria local está

sendo penalizada pela falta de isonomia para competir com o bem importado.

“Os fabricantes locais ainda pagam cerca de 30% de impostos sobre os insumos para fabricação no país, enquanto os importados só pagavam 12% de imposto de importação. Entretanto, a recente isenção para zero do imposto de importação, enquanto os fabricantes locais ainda estão sujeitos a uma carga tributária de 30%, gera falta de isonomia e dificulta a produção local, uma distorção injusta contra as indústrias locais”, disse a BYD, em nota.

Além dos bifaciais, vários outros modelos foram incluídos no ex-tarifário, mas todos estão inviabilizados pelos mesmos motivos, afirma Aldo Teixeira, presidente da Aldo Solar, distribuidora de equipamentos para geração distribuída. “O benefício tem funcionado só para inversores”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Ensine o valor do dinheiro desde cedo para sua criança e com segurança

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE

LINK PATROCINADO

Viajar é se re-encontrar com os seus sonhos

ALL- ACCOR LIVE LIMITLESS

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

Legislação dispensa aval da Anvisa para vacina, mas prioriza governo

Lei permite compra se produto estiver aprovado por pelo menos uma das agências sanitárias dos EUA, União Europeia, Japão ou China

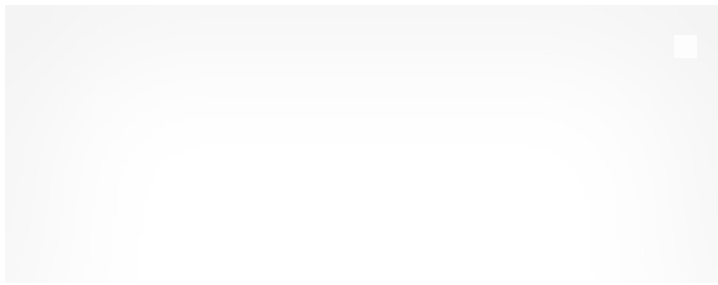
Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

26/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A legislação de combate à pandemia prevê a possibilidade de que uma determinada vacina seja comprada e distribuída no país sem a necessidade de autorização prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A previsão abriria uma brecha para que Estados e municípios organizassem programas de imunização independentemente de eventuais ações em contrário por parte do governo federal.

O artigo 3º da Lei 13.979, aprovada em fevereiro deste ano, autoriza excepcionalmente, e em caráter temporário, “a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia”.

A única exigência mencionada é de que os itens tenham sido registrados em pelo menos uma das quatro agências internacionais listadas no texto, sendo elas a Food and Drugs Administration (Estados Unidos), a European Medicines Agency (União Europeia), a Pharmaceuticals and Medical Devices Agency (Japão) e a National Medical Products Administration (China).



Esse dispositivo foi usado por governos locais, por exemplo, para a importação e distribuição de respiradores e testes para o diagnóstico de covid-19 ao longo da pandemia. O mesmo artigo da lei libera as autoridades a tomar outras medidas, entre as quais a vacinação compulsória, que está no centro de uma polêmica.

O texto, entretanto, é válido somente enquanto durar o estado de calamidade pública, estabelecido pelo decreto que, por enquanto, expira em 31 de dezembro deste ano. Já há em Brasília movimentos favoráveis à prorrogação do decreto, mas no momento as chances de isso ocorrer são consideradas baixas.

Governadores estão bastante preocupados com a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro usar sua autoridade para impedir que a Anvisa analise e libere vacinas às quais o governo tem posição contrária, como a do laboratório chinês Sinovac, desenvolvida em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo.

Nos bastidores, diretores da Anvisa afirmam que ainda não há pressão política sobre o órgão no quesito vacina, mas que esse cenário pode mudar quando chegar o primeiro pedido de registro. Atualmente, os cinco laboratórios que já entraram em contato com a agência estão na fase de pesquisa clínica, que precede o pedido de registro.

Normalmente, as análises da Anvisa respeitam a ordem de chegada dos pedidos, mas há uma previsão legal que dá prioridade ao governo federal em alguns casos. O Decreto 8.077, de 2013, diz que “produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme ato definido pelo Ministério da Saúde”, terão prioridade nas análises dos requerimentos de registro.

Baseado nesse decreto, o governo poderia, ao menos em tese, determinar à Anvisa que analisasse primeiro a vacina “preferida” de Bolsonaro. Diretores da agência acham pouco provável que eventuais pressões nesse sentido consigam interferir

PIB será pior que o de 66% dos países no biênio 2020/21

Desempenho ficará abaixo até mesmo do de nações desenvolvidas, segundo estimativa do FMI

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

26/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Marcel Balassiano: com liderança chinesa, PIB de emergentes deve crescer na média 1,3% deste ano e do próximo — Foto: Divulgação

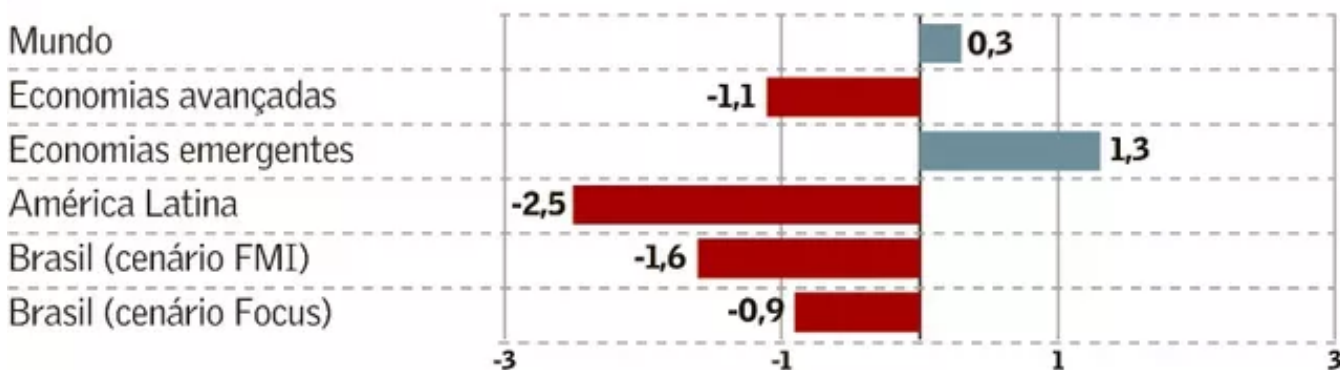
Mesmo com a revisão para cima das perspectivas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil, 127 países ainda teriam desempenho melhor do que a economia brasileira em 2020 e 2021 pelos prognósticos da entidade. Esse grupo representa 66% da amostra de 193 nações para as quais o FMI faz estimativas a cada seis meses.

Os cálculos, feitos pelo pesquisador Marcel Balassiano, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), consideram as novas projeções do órgão internacional, de retração de 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano, seguida da expansão de 2,8% em 2021. Assim, na média, a economia nacional encolheria 1,6% em cada ano.

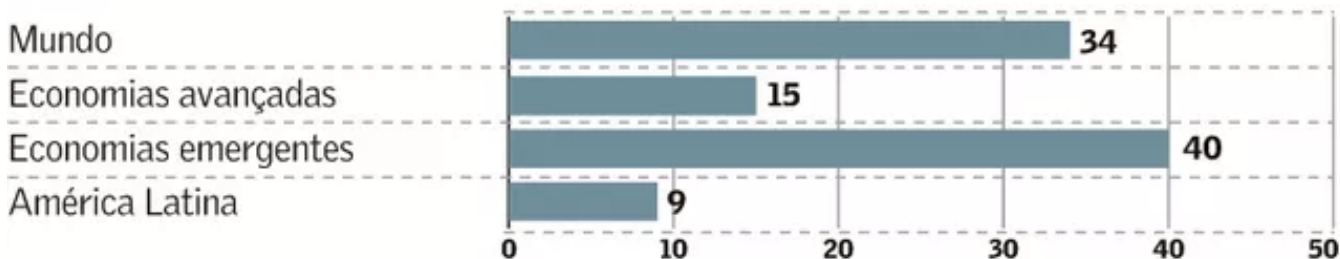
Novo cenário do FMI

Ibre/FGV compara projeções do fundo para o Brasil e outros países

Desempenho médio da economia no biênio 2020/2021 - Em % a.a.

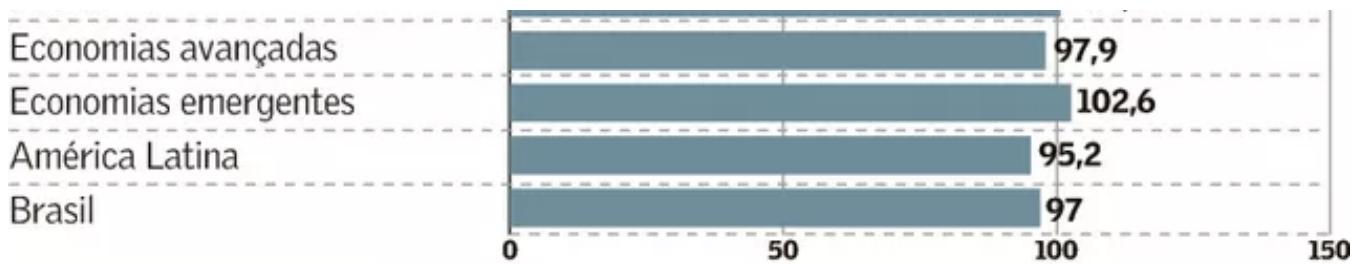


Proporção de países que devem recuperar todas as perdas em 2021 - Em %



Nível do PIB em 2021 em cada grupo (2019=100)





Fonte: FMI. Elaboração: Ibre/FGV

Caso as expectativas do FMI sejam confirmadas, o Brasil terá recessão mais forte do que a observada em países avançados, que devem recuar 1,1% ao ano, em média, neste ano e no próximo. A comparação com o grupo de emergentes é ainda mais negativa para o Brasil, uma vez que, devido à pujança da China, a economia desses países deve crescer 1,3% na média anual.

PUBLICIDADE



Em relação a seus pares na América Latina, no entanto, o Brasil estaria bem posicionado: o FMI prevê retração média de 2,5% para o PIB do continente em 2020 e 2021. A “vantagem” da economia brasileira se explica pelas medidas de distanciamento social mais brandas por aqui, assim como pela dose mais expressiva de estímulos fiscais e monetários lançada pelo governo, aponta Balassiano.

Já o PIB mundial deve ficar em terreno positivo no período, com alta média de 0,3% nos dois anos nas estimativas do FMI. Balassiano destaca, porém, que a dinâmica mais favorável não será disseminada. A expansão deve ser puxada por poucos países, com destaque para o gigante asiático - única grande economia que deve crescer neste ano (1,9%).

Prova disso é que, segundo o novo cenário do FMI, somente um terço (34%) das economias analisadas vai reaver todas as perdas de 2020 no ano seguinte. O Brasil, portanto, não estaria isolado ao terminar 2021 com o PIB ainda 3% aquém do nível de 2019, segundo as previsões de outubro do organismo.

Em igual comparação, observa Balassiano, o FMI estima que a economia mundial vai crescer 0,6%, na esteira dos países emergentes, que devem avançar 2,6% no período. Dentro desse grupo, no entanto, as economias da América Latina ainda estarão no campo negativo em relação ao patamar pré-crise, com recuo de 4,8%. Os países desenvolvidos também ainda estarão no vermelho (perda de 2,1%).

“Ou seja, a retomada do PIB mundial será puxada pela recuperação de poucos países com peso grande, como a China”, resume o economista do Ibre/FGV. Para ele, a maior clareza em relação aos efeitos econômicos da pandemia, com dados já conhecidos para o segundo trimestre, explica os números mais modestos do FMI para a recuperação a ser registrada no ano que vem em grande parte das economias.

Em abril, quando havia enorme grau de incerteza sobre o impacto do novo coronavírus no nível de atividade, o FMI previa que mais da metade (53%) das economias acompanhadas já teria recuperado as perdas de 2020 no ano seguinte. Esta foi a última vez em que a entidade fez estimativas para o grupo de 193 países. Também naquela ocasião, era esperado que 82% dessa amostra, ou 155 países, superasse o desempenho econômico brasileiro no biênio 2020/2021.

À época, a expectativa do FMI era de redução média de 1,3% do PIB brasileiro em cada ano. Assim, a melhora relativa da posição do Brasil nas novas estimativas foi consequência mais da piora das projeções para os demais países do que de maior otimismo nas previsões para a economia nacional, ressalta Balassiano.

Na revisão de cenário de junho, em que o FMI divulgou projeção de queda de 9,1% para a economia brasileira neste ano e aumento de 3,6% no próximo, foram publicadas estimativas para um conjunto menor, de 15 nações, observa o economista.

Apesar do prognóstico menos pessimista para o Brasil, o órgão internacional ainda tem perspectivas mais comedidas do que os economistas de mercado. Pela mediana de estimativas coletadas pelo Banco Central no boletim Focus, o PIB brasileiro vai cair 5% em 2020 e crescer 3,5% em 2021, o que resultaria em perda média anual de 0,9% no período (usando média geométrica, e não aritmética).

Considerando as previsões mais otimistas do Focus, o percentual de países acompanhados pelo FMI que teria desempenho superior ao do Brasil neste ano e no próximo diminuiria a 48%.

Órgãos como o FMI e o Banco Mundial fazem projeções com certa defasagem, ao passo que o boletim do Banco Central é atualizado semanalmente, nota Balassiano. Por isso, é natural que as estimativas de mercado e do FMI tenham alguma discrepância, afirma o economista do Ibre.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Ensine o valor do dinheiro desde cedo para sua criança e com segurança

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE